

A ACÇÃO DA IGREJA NO TERRAMOTO DE LISBOA DE 1755: MINISTÉRIO ESPIRITUAL E PREGAÇÃO

JOÃO FRANCISCO MARQUES *

Os breves minutos, a exceder talvez a dezena, ou seja cousa “obra de um credo”, que o terramoto durou, seguido de incontível vaga de incêndios em simultâneo com a impetuosidade do maremoto que submergiu a baixa de Lisboa, foram mais que bastantes para os sobreviventes guardarem na memória a lembrança de 1 de Novembro de 1755, como a de um dia apocalíptico¹. Pensaram muitos ser chegada a hora do juízo final. Os crentes das regiões vizinhas do aro da cidade mártir puderam mesmo dizer que «cada hum se julgava ante a morte, e ao pé da eternidade»². Em pânico e horror se traduzia o sentimento colectivo. Para a testemunha presencial de nome Trovão e Sousa, a visão das casas e ruas destruídas, feridos presos nos escombros, mortos esmagados e gente fugindo em completo desnorte, «não se explica, nem descreve, nem se pinta, só se sente»³. No negrume poético do Abade de Jazente, bastara um só momento para fazer «em pedaços os doces lares, as sublimes torres, os Templos santos, e os Palácios Altos»⁴.

* Catedrático Jubilado da Universidade do Porto.

¹ Ver, no final, a “Nótula bibliográfica”. Nos trechos documentais transcritos, foram mantidas a ortografia e pontuação constantes das fontes utilizadas.

² Testemunho do pároco de Alvalos, concelho de Porto de Mós, in F.L. Pereira de Sousa, *O Terramoto de 1º de Novembro de 1755 em Portugal*, vol. IV, p. 1001.

³ Ver, datada de Coimbra em 20 de Dezembro de 1755 e assinada por José de Oliveira Trovão e Sousa, a *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentável successo de Lisboa*, Coimbra, Oficina de Luís Secco Ferreira, 1755, p. 3.

⁴ De «Ao Terremoto do 1º de Novembro de 1755. Romance Fúnebre», p. 427. Citado por Helena Carvalhão Buescu, «Sobreviver à Catástrofe: sem tecto, entre ruínas», in *O Grande Terramoto de Lisboa. Ficar Diferente*, p. 56.

Na cópia da relação do terramoto que um padre francês, preceptor na casa do Marquês de Marialva, enviara para Roma, era Lisboa, no momento do sinistro, «uma das mais florescentes cidades da Europa». E continua: a situação vantajosa do seu porto e o rico comércio que mantinha com vários reinos, tudo concorria para nela se poder usufruir as «delícias da abundância e a magnificência das riquezas. O luxo dos vestidos e dos acompanhantes muitas vezes faz confundir o Príncipe com o Magistrado e este com o simples burguês». O esplendor dos templos tinha chegado ao mais alto grau. O brilho do ouro e da prata que aí resplandiam «de todas as partes deslumbrava os olhos e a Patriarcal, obra dos Reis, não devia nada à magnificência de Roma. Sob uma aparência medíocre, as casas encerravam tudo o que a arte pode oferecer de mais precioso»⁵. Quando a noite desceu, a terra onde Lisboa se erguia, soberba e rica, estava reduzida, segundo Moreira de Mendonça, a «horroroso deserto»⁶. Deus fizera beber a sua ira, a inocentes e culpados, santos e pecadores. Só que crentes e supersticiosos, clérigos e leigos devotos não conseguiram entender a multidão de igrejas destruídas enquanto os bordéis da rua Formosa haviam sido poupados.

1. Medidas imediatas das autoridades civil e eclesiástica

A actuação imediata dos dois poderes que governavam esta sociedade do Antigo Regime, onde era estreita a simbiose entre o «trono e altar», fora síncrona na definição das prioridades. Se pode acordar-se, como urgia, que enterrar os mortos ou lançar os cadáveres ao largo da barra para evitar a peste, tratar dos vivos no socorro aos feridos e aos sem tecto e cuidar de vestir os que se viram sem roupas, restabelecer a ordem pública com severa punição do crime e distribuir alimentos aos carenciados fossem tarefas prementes, a prática religiosa e, sobretudo, as preces públicas para aplacar a cólera de um Deus ofendido não deixaram de merecer mútua colaboração. Mostravam-se assim unidos a Igreja e o Estado, como aliás seria de esperar. Aí estão os editais régios e as pastorais dos prelados para o demonstrarem⁷. Gazetas e epístolas difundem notícias destas ocorrências.

⁵ Cf. A. P. Cardoso, *O Terrível Terramoto da Cidade que foi Lisboa. Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli*, p. 136. A citar por Correspondência do Núncio.

⁶ Da citação de Joaquim José Moreira de Mendonça, *Historia Universal dos Terremotos (1758)*, p. 123, in H. C. Buescu, *loc. cit.*, p. 53.

⁷ Ver as 14 “Providências” régias reunidas por Amadeu Patrício de Lisboa, “Memórias das Principais Providencias que se deram no Terremoto, que padeceo A Corte de Lisboa No primeiro de Novembro de 1755”, vinda a lume em 1758, no volume organizado

Mas as informações necessitam de chegar a analfabetos e letrados e ser acompanhadas de apelos que emocionassem e gerassem inteiro cumprimento. A acção do púlpito é, por isso, pressionante, quer em seu ministério ordinário, quer movida por actos pios e preces colectivas de circunstância, surgindo com enorme relevo e eficácia. As massas são instruídas, no que de imediato importava, e mentalizadas na resignação, no desagravo, na emenda de vida, na esperança e na misericórdia celeste. A pregação tornara-se a via larga por onde circulava a voz ministerial da igreja no anúncio da doutrina salvífica, acompanhando e intervindo no quotidiano dos homens ⁸.

Conhecido o fenómeno sísmico do dia de Todos os Santos de 1755 por o «Grande Terramoto», verdade era que Lisboa não havia ainda sofrido outro cataclismo de elevada magnitude semelhante ao de 1531 que desencadeou idêntica onda de pavor e morte, com os frades a aterrorizar os fiéis nos templos e praças públicas ⁹. Garcia de Resende recorda

e prefaciado por Luís de Oliveira Ramos, 1755. *Providências do Marquês de Pombal*, III, ed. Público / Fundação Luso-Americana; Fr. Cláudio da Conceição, *Notícia do Terramoto* [“Gabinete Histórico”, t. XIII – Janeiro 1755 até Dezembro de 1758], pp. 11-75.

⁸ Para Fr. Luís de Sousa, «o peito e a voz do pregador costuma ser o Órgão do Espírito Santo», e, sendo-o, perante cataclismos como os terramotos, que ele acredita serem castigos da ira divina provocados pelas dissoluções morais, ergue-se, ao ver «a devassidão das vidas e o descuido das almas», à semelhança do dominicano castelhano Fr. Alonso de Toledo que andou a pregar na Ilha de S. Miguel, nos Açores, contra a «destemperança de gula e luxúria» em que a via arder particularmente Vila Franca, sua cabeça e corte. Face à ineficácia da pregação e dos ameaços, em especial junto dos ricos e poderosos moradores, «levantou a voz como um trovão e, apontando nas serras que tinha defronte, afirmou que elas vingariam os pecados da terra, e soverteriam ãa vila». Assim aconteceu: «o terremoto assolou e o monte sepultou toda a vila». Outros «lugares da ilha padeceram grandes infortúnios; caíram todas igrejas grandes e muitas casas, e em algúas acabaram famílias inteiras». Fr. Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, vol. I, com prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951, 2ª ed., pp. 69-72.

⁹ Sobre o terramoto de 1531, ver: *Sismicidade de Portugal*, vol II, pp. 79-106; Manuel de Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, t. 2, Lisboa, 1679, que compreende o reinado de D. João III a D. Henrique, na Part. 4, cap. 2, nº 33: no dia 7 de Janeiro de 1531, houve em Portugal «espantosos movimentos da terra» e de todos se apoderou «universal receyo», a ponto de: «Na Corte os mesmos Reys largando o Palácio, passarão a viver em tendas nas Campanhas. O Tejo com os violentos fluxes da maré, e agitação furiosa das suas ondas creceo de modo, que submergindo muitos navios, se affirma abriu no meyo as sus agoas deixando patentes as áreas do seu fundo. Em Santarém, Azambuja e Almeirim, foram mais os destroços subvertendose lugares inteiros nos seus contornos, e nesta famosa Cidade de Lisboa, cahirão 1.500 casas, e se arruinarão templos magnificos, e soberbos Palacios. Com o destroço dos edificios houve tantas mortes, que foi o estrago deste grande terremoto memoravel aos que ficarão e dos mais

esse abalo telúrico nos efeitos psicológicos causados e na resposta dada pela fé dos crentes ¹⁰. Por sua vez Gil Vicente, em carta destinada a D. João III, o monarca reinante, verbera o procedimento dos frades de Santarém que atemorizavam os ouvintes, enfatizando os castigos divinos ¹¹. Permite isto reconhecer, por um lado, a mobilização do sentimento religioso pela força do sermão e, por outro, a intervenção de um leigo culto, defendendo uma opinião que colidia com a interpretação fradesca dominante à conta do providencialismo. Como não cessasse esse temor de tantos dias, «a gente pasmada andava com medo, morte esperando» ¹², diz o autor de *Miscelânea*, e a bradar «por Deus eterno: todos logo confessados, casos grandes perdoados, feitas grandes devoções, romarias, procissões, em esmolas ocupados» ¹³. A zona do Vale do Tejo fora, na altura, a mais atingida e, perante o pânico generalizado, os religiosos em Santarém recorrem a pregações apocalípticas em que anunciam o advento do juízo final – esse *dies irae*, terrível momento em que Deus pediria contas aos homens de seus actos – a fim de levar as pessoas à contrição dos pecados, o que aterrorizava mais ainda o povo em correria para as igrejas. Gil Vicente, presente na vila escalabitana nesse dia, 26 de Janeiro de 1531, sentiu o tremor de terra e observou a reacção aterrorizada das gentes. Dirige, então, uma missiva a D. João III, o qual, alojado em Palmela, havia experimentado o fenómeno de proporções a assemelhar-se ao de 1755, como alguns, a propósito deste, escreverão. O dramaturgo, que dá a ideia de resumir o que havia escutado em público, na informação ao monarca, expõe claramente o seu sentir: «Os frades de cá não me contentaram, nem em púlpito, nem em prática, sobre esta tormenta da terra que ora passou, porque não abastava o espanto da gente, mas ainda eles lhe afirmavam duas cousas, que os mais fazia esmorecer. A primeira que polos grandes pecados que em Portugal se faziam a ira de Deus fizera aquilo e não que fosse curso natural, nomeando logo os pecados

celebres, que padeceo Portugal em largas idades». Há uma referência também em José de Oliveira Trovão e Sousa, *op. cit.*, p. 13. Ver, adiante, n. 14.

¹⁰ Livro das obras de Garcia de Resende [...], 2ª ed., Évora, 1554, fols. XXII – XXIII da “Miscelanea”, transcrito por João José Alves Dias, “Principais Sismos em Portugal, anteriores ao de 1755”, in *1755. O Grande Terramoto de Lisboa*, vol. I. Descrições, pp. 135-136: estrofes 294-299.

¹¹ Gil Vicente, *Obras Completas*, com prefácio e notas do Prof. Marques de Braga, vol VI, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1955, 2ª ed., pp 251-255: “Carta” que Gil Vicente mandou de Santarém a El-Rei D. João III, estando S. A. Em Palmela, sobre o tremor da terra, que foi a 26 de Janeiro de 1531.

¹² Garcia de Resende, in *op. cit.*, p. 135.

¹³ *Ibid.*, p. 136.

por que fora em que pareceu que estava neles mais soma de ignorância que de graça do Espírito Santo. O segundo espantinho que à gente puseram foi que quando aquele terramoto partiu ficava já outro de caminho senão quanto era maior e que seria com eles à quinta-feira uma hora depois do meio dia. Creu o povo de feição que logo o saíram a receber por esses olivais, e ainda o lá esperam»¹⁴.

Coloca Mestre Gil de forma irresponsável a interpretação ouvida aos frades pregadores sem dúvida compartilhada pela maioria dos crentes cultos e incultos ao considerar absurdo que se possa imputar o cataclismo à ira divina, o que só por superstição se pensaria, sendo isso inequívoco na posição que toma: «Concruo que não foi este nosso espantoso tremor *ira dei*; mas ainda quero que me queimem se não fizer certo que tão evidente foi e manifesta a piedade do Senhor Deus neste caso como a fúria dos elementos e dano nos edifícios». E, contundente, remata, não sem verberar este desvirtuado e ultrajante uso da palavra de Deus: «Concruo virtuosos padres sob vossa emenda que não é prudência dizerem-se tais cousas publicamente nem mesmo serviço de Deus porque pregar não há-de ser praguejar»¹⁵.

O manuscrito da época, dado a conhecer por Pereira de Sousa, ao descrever o terramoto de 1531, desencadeado de madrugada, relata que «aos 7 de Janeiro se comessarão a sentir na cidade de Lisboa grandes tremores de terra que crescendo se fes memorável este dia com hum violento terramoto que arruinou e pos por terra 1500 [...] moradas de cazas (tinha a cidade naquelle tempo 5000), muitos Templos, Igrejas, e Palácios pereceram, morreu muita gente. El Rey D. João 3^o e a caza Real, e muita gente passarão a viver no campo em Barracas, subverterão-se lugares inteiros em Santarém, Azambuja, e Almeirim, aonde os destroços foram mayores. O Tejo com violentos fluxos, e refluxos da maré, e a furiosa agitação das ondas, cresceu de modo, que submergindo muitos navios, se afirma abrirem as suas [...] agoas, deixando patentes as áreas do seu fundo»¹⁶. Se o território continental e insular eram, de remota data, sujeitos a semelhantes cataclismos, como recorda a alcobacense *Monarchia Lusitana*, o apelo angustiante ao sobrenatural de multidões em pânico, de imediato alimentado pela lógica da retórica eclesiástica, era refém da visão teológica e da mentalidade religiosa mais conservadora. Prossegue o supra citado relato com um fenómeno similar sucedido nos Açores, ilhas de formação vulcânica, na

¹⁴ Cf. Gil Vicente, *ed. cit.*, pp. 251-252.

¹⁵ *Ibid.*, p. 254.

¹⁶ Cf F. L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, vol. III, pp. 536-537; *Biblioteca Nacional*, Fundo Geral n^o 1772, fls. 42 a 56 v.

altura que Filipe II se preparava para invadir o reino luso e anexar a coroa, o que mais reforçava esse, então, comum sentir e agir: «Em anno de 1580 memoravel na historia portuguesa aos 28 de Abril padeceo a Ilha de São Jorge lamentaveis efeitos do mais funesto terremoto, que se pode imaginar entre dia a noite tremeo a terra oitenta vezes, e se continuarão por quatro mezes com muita perda das cazas e fazendas rebentando por muitas partes rios de fogo que tudo reduzio a pedra, com morte de muitas pessoas, da Ilha da Madeira partio logo para a aflita Ilha de São Jorge o Padre Pedro Freyre Insigne Missionário da Companhia, que com suas santas pregações exhortava todos a penitência. Grande fruto colheo este ferveroso sementeiro do Evangelho ao seu zello, e eficacia com que reprehendia vicios, e provocava a penitencia se fizerão muitas nesta Ilha e sabendo o dito Padre de muitos odios, e de quarenta injustas demandas querelas afrontosas e testemunhos falços, que havia foy tal o Zello das suas pregações, que não só publicamente se perdoarão, mas indo a caza dos escrivães das querelas de comum consentimento não deixarão dellas feito, nem papel algum, que não queymassem; e com isto pararão os tormentos, e evidentes castigos de Deos, e desde então para cá não houve na dita ilha mais terremotos»¹⁷. Dando-se mais um salto no tempo, continua a mesma fonte: «Em 1722 aos 27 de Novembro das sinco para as 6 horas da tarde sentio todo o Reyno do Algarve principalmente a Costa do Mar hum terrivel, e memoravel terremoto em villa de Portimão, e durou o espaço de huma Ave Maria, mas com tanta violencia, que se abriu em fendas a abobada do collegio» da Companhia de Jesus e no convento dos Capuchos «tocarão por si as campainhas que estavam nos altares». Na praça de Tavira «só huma pessoa ficou na sua caza, todas as mais dezampararão as suas, algumas ficarão sepultadas nas ruínas»; no convento de S. Francisco, «os religiosos que estavam para sahir do refeitório, vendo que a caza se arruinava, e a terra dava pullos, e todo o convento estallos, sahirão huns a buscar o campo, outros recorrerão a Igreja, onde depois de socgado o movimento fizerão preces com o Santissimo Sacramento exposto a porta do sacrario, os moradores cheyos de terror e absortos de pasmo recorrerão todos a confição, pedindo a Deus lhe não reiterasse tão horrivel castigo»¹⁸. Em 1 de Novembro de 1755, se o povo fora apanhado de surpresa pelas «nove horas e tres quartos da manhã», com os templos cheios de gente a assistir às missas de preceito por ser o Dia de Todos os Santos – e o daquele ano se iluminara

¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 536.

¹⁸ *Ibid.*, p. 537.

«muy alegre, claro e sereno, a chamar o sol em signo de Libra caminhando para a lua nova» –, várias terras do país sofreram igualmente o terrível sinistro que duraria «17 minutos com interpolação de três vezes tremer a terra», o suficiente para, “sem hiperbole”, arrasar a melhor e «a mayor parte da grandeza» da cidade, posta em escombros, devorados ao depois pelo fogo, e invadida na baixa pelo mar embravecido ¹⁹. Se bem que houvesse alguns que não atribuíam o fogo a causa natural, aliás compreensível, e o imputasse a acções criminosas de banditismo e roubo, não faltou quem fosse do parecer terem sido os incêndios obra de misericórdia da Providência divina, «pois com elle se consumirão os corpos mortos [humanos de bestas e de animais vadios e domésticos] que ficarão expostos à corrupção do tempo que, com facilidade, podião encifonar os ares e seguir se muitos dannos» ²⁰.

Diz-se que, embora a mortandade maior se verificasse nas igrejas – e cerca de 500 se contavam –, pois as suas abóbadas desabaram, a hora em que ocorreu o primeiro tremor de terra não era, por fortuna, a habitual das missas do dia na cidade que regulava, na generalidade, pelas dez da manhã. Ao facto se ficaria a dever a cifra de 20 mil mortos ou talvez mais. Sem numeração existente, só por erro do vulgo a população da cidade atingiria cinco centenas de milhar de almas ²¹. Para o P. António Pereira Figueiredo, no seu comentário sobre o terramoto, atingiria 15.000 o número de mortos, enquanto outros estimavam este cômputo de 24.000 a 70.000, indicando o Dr. Sachati 30.000, entre gentes e animais ²². Não parece, no entanto, dispor-se de base minimamente sólida para se adiantarem cálculos estatísticos. De 20.000 casas que existiriam na capital, só resistiram cerca de 3 mil em condições de serem habitadas com alguma segurança ²³. A família real, temerosa e prudente, destruído o Palácio da Ribeira, instalou-se em tendas na sua quinta de Belém, onde se encontrava na véspera da catástrofe. Os desalojados acamparam nas praças e cercas

¹⁹ *Ibid.*, p. 538.

²⁰ *Ibid.*, p. 539.

²¹ *Ibid.*, p. 516: *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Manuscrito 1229, fls. 51 a 97.

²² *Ibid.*, p. 546. Escreve o P. António Pereira de Figueiredo: «Apontar o numero certo dos que morrerão na Cidade, he cousa muito difficultosa. Se alguem disser, que morrerão 15000. parece me que não errará muito. Porque os que subirão o numero a 70000. não advertirão, que a mortandade dos moradores não foy á proporção da ruína dos edificios» António Pereira, *Commentario Latino e Português Sobre o Terremoto e Incêndio de Lisboa*, Lisboa, 1756, p. 9-10.

²³ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, p. 517 e 546.

dos conventos, «nas Prayas, e Campos da cidade primeiramente em Barracas de pano em que se deu cabo a grande quantidade que havia nos Armazens Reaes que sua Magestade mandou emprestar a pessoas distintas com animo de se receberem depois que nunca se entregarão por ficarem consumidas e da mesma sorte hum grande numero de Vellas de navio que se derão da Ribeira das Naos e não bastando isto se gastou quanto Brin e Lona havia pellas loges de Lisboa e cazas de Estrangeiros e do mesmo olio quanto olio tinham os Dorguistas que se chegou a vender pelo quadruplo do preço quanto se achou e quanto veyo aquelles primeiros tempos de fora»²⁴. Volvidos meses, as barracas de muitos passaram a ter frontal de tabique e, por último, a ser de pedra e cal. Na verdade, a circunstância que foi cauza de que não percesse gente da Nobreza, «nem mais da segunda classe», endossa-se para o uso, na altura entre nós, de «as pessoas de alguma distinção» terem «em sua caza Oratório para se dizer missa; e a gente da vizinhança accôde áquellas cazas, em que ha, pois os Donos não negam a entrada», começando só raramente a celebração antes das onze²⁵. Acresce a esta outra circunstância: sendo o clima do reino muito temperado, «muitas famílias se deixão estar no campo athe o mez de Novembro, nem precisão de vir à Cidade ouvir Missa nos dias de Festa; porque nas cazas de campo também ha Capellas». Pelo que foi mesmo “gente dessas pessoas comum” a que mais sofreu, pois o abrigo que tiveram não passava de «barracas de panno que os não defendia do sol e da chuva»²⁶. A cobertura destas era até, por vezes, só de algum lençol e cobertor, e o que alcançava isto tinha-se por muito afortunado, porque os mais «passavão as noutes, e dias ao rigor do tempo». Perante situações destas de extrema penúria nada mais restava às pessoas que levantar gritos ao Céu, a pedir a Deos misericórdia, e a levar os pregadores a moverem «os ânimos a chorar os pecados e a terem os homens attrição e contrição das suas culpas»²⁷. E se o fruto espiritual, se colhia abundante, era a perseverança o que mais se desejava²⁸.

A praga das pilhagens levou as autoridades a enveredar por medidas drásticas que arrastaram a lamentáveis erros. Após processos verbais sumários, os condenados eram executados no dia da sentença, e isto acontecia às dúzias, diariamente, «e nas forcas os deixavão pendurados 8 e 10 dias», o

²⁴ *Ibid.*, p. 517.

²⁵ *Ibid.*, p. 518.

²⁶ *Ibid.*, p. 546.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*, p. 518.

que levou a recrutarem-se carrascos entre os mouros das galés e a dar-se-lhes enterro «sem muitas cerimónias». A debandada para outras terras do reino era quotidiana, chegando-se, na dúvida, a prender «muitos que hião com suas Fazendas cuidando eram furtos e alguns morrerão innocentes aos mesmo tempo que achando se outros que hião riquíssimos dellas que em grandes levas erão remetidos de longas distancias» de regresso à corte ²⁹. O autor, talvez um cônego regrante de Santo Agostinho, do testemunho que continuamos a esquadrinhar, é eloquente no traçado desmedidamente pavoroso de um contexto necessário para a percepção das razões do paroxismo religioso que se apoderou do «povo atónito, e espavorecido», logo convencido que o dia era de juízo e de vingança da justiça divina ofendida. O pavor e o desnorte apoderaram-se de todos, a ponto de cada um procurar, alucinado, escapar à morte sem se importar nem com os mais chegados pelo sangue: «os Pais se esqueciam dos filhos, os maridos das mulheres tudo era fugir para os campos tudo clamores ao Ceo, tudo Ays, clamores suspiros, e lagrimas, não se vião nas ruas de Lisboa mais tristes espectaculos das cazas cahidas por terra, de corpos mortos nas ruas, e lamentaveis ayes dos moribundos» ³⁰. Acontecia, porém, que na fuga desordenada «espezinhavam-se os mortos e os moribundos: sem compaixão, sem amizade, contranatura, em todos o medo se apoderava dos órgãos do espirito e do coração» ³¹. A narrativa de Fr. Cláudio da Conceição, inserida no *Gabinete Histórico* de 1829, destaca imagens arripantes que se multiplicariam pela cidade destruída: «Jaziam pelas casas muitos doentes que, não podendo fugir, foram vítimas, e consumidos pelo fogo. Viu-se um religioso do Carmo calçado posto em uma janela muito alta, de onde não podia sair para dentro, nem para fora, pedir a absolvição a um sacerdote que passava de longe, e esperar resignado o fogo, que o consumiu» ³². Saltando pedras e os escombros: «Vagavam por as ruínas os sacerdotes, tanto regulares como seculares, absolvendo uns e, agonizando a outros» ³³. Para uns, como Mons. Filippo Acciaiuoli, Nuncio Apostólico a residir na corte, Lisboa, reduzida a «um monte de pedras», era «teatro da cólera e da vingança do Senhor» ³⁴. Andar nela «metia medo e horror» ³⁵. Cessada a violência do

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*, p. 539.

³¹ *Ibid.*

³² Cf. Cláudio da Conceição, *Notícia do Terramoto*, p. 13.

³³ *Ibid.*, p. 14.

³⁴ Cf. *Correspondência do Nuncio*, p. 2.

³⁵ Cf. F. L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, p. 760.

sismo, suspenso o desmoronamento dos edifícios e entrando em rescaldo os fogos, na desolação da cidade martirizada vozes apostólicas, recompostas do susto e esquecidas da eminência de um recrudescer de perigos, começam a ouvir-se «a pregar pellas praças a penitência, e o arrependimento de peccados, e esperança na Mizericordia do Senhor»³⁶. Se o escrito do P. Gabriel Malagrida, *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto*, corresponde à sùmula da sua pregação feita de contínuo por entre as ruínas de Lisboa, este sentimento também estava presente no que diria: «poderá ser tão vivo, tão sério, e constante o nosso arrependimento, que façamos em certo modo arrepender a este Senhor, de nos ter com tanto rigor quasi aniquilados, ao menos despertaremos no amargoso mar da sua ira correntes dulcissimas de compaixão, e misericordia, que restituão, e brevemente, ao triste, e funesto cadáver das tuas ruínas, todo o responder, e antiga opulencia»³⁷. Alimentar a contrição do povo era tarefa facilitada pelo horror que havia impregnado corpos e espíritos. De facto, podiam não poucos explorar o sucedido, no que se socorriam da mentalidade do tempo: o povo «da popular cidade de Lisboa insigne por tantos titulos», nas letras, armas e virtudes, que entre todos os povos «se distinguia pela sua piedade, mas a tudo deu cauza a sua soberba, a sua vida de demasiado luxo, a falta de igualdade na justiça, a onzonaria, e a luxuria, trocando-se toda a soberba, e grandeza de seus bellos edificios, em lastimosos horrores, e todas as suas riquezas em huma comum soberba, e grandeza de seus velhos edificios, em lastimosos horrores, e todas as suas riquezas em huma commum pobreza tão outro que não tem semelhança de que foy», pelo que o futuro se afigurava incerto³⁸. Lá estavam por isso e uma vez ainda, os pregadores, padres seculares e frades, «nesta fatal calamidade», a exortar por toda a parte o «aflito povo a huma sincera penitencia e arrependimento de suas culpas»³⁹. Havia, no entanto, quem não tivesse temor a Deus, pois, ao ver que a espada da sua ira estava desembainhada sobre os pecadores, O continuava a ofender «muy gravemente não só com furtos, mas com outros peccados», porque esses diabos à solta «alem de roubarem o que podião cortavão os dedos ás mulheres, que estavam soterradas para lhes tirarem os anneis, e outro mil insolencias»⁴⁰.

³⁶ *Ibid.*, p. 539.

³⁷ Cf. *Juízo da verdadeira causa do Terremoto*, p. 17-18.

³⁸ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, p. 760.

³⁹ *Ibid.*, p. 542.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 760.

Rude golpe sofreu a vida religiosa e a assistência caritativa sustentada por frades e freiras, leigos piedosos e clero com cura de almas. Das quarenta paróquias de Lisboa, dezasseis ficaram arrasadas ou devastadas; dezanove só arruinadas e cinco em condições de continuarem a manter a celebração dos ofícios divinos, administração dos sacramentos, devoções e actos de culto. Dos trinta e nove conventos de religiosos acabaram sem serventia e queimados, com perdas de suas preciosas livrarias recheadas de manuscritos, o de S. Domingos, Carmo, Trindade, Espírito Santo, Boa-Hora, S. Francisco, Corpo Santo e Corpus-Christi; vinte e dois apenas arruinados e nove danificados, mas capazes de manterem o culto divino aberto aos fiéis. Dos vinte e dois conventos de religiosas, duas dúzias se perderam e só dois continuaram habitáveis. Dos sete recolhimentos, três ficaram queimados e seis hospitais sofreram a mesma fortuna. Para os feridos civis destinou-se, por ordem régia, o Mosteiro de S. Bento da Saúde e para os militares o Convento de S. João de Deus ⁴¹. De meter dó era «ver tantas pessoas delicadas sem terem onde se recolherem; tantas pessoas de Christo sem clausura, dispersas, por esses campos e montes, enfim todos padecendo as inclemencias», mas «todos davão por bem empregados estes desconcomodos e trabalhos por terem escapado com vida naquelle dia fatal» ⁴². Simultânea era, pois, a assistência religiosa e corporal. Ao ser informado dos muitos cadáveres insepultos nos templos, nas ruas e entre as ruínas dos edifícios, mandou o cardeal patriarca D. José Manuel às religiões e párocos que «acudissem com toda a diligência a sepultar os mortos», tendo-se visto empregues nestes «santos fins» e a trabalhar «com devotíssimo fervor», de «enxadas às costas e nas mãos», os «mais autorizados» religiosos que se esforçavam por «dar sepultura aos mortos e preservar os vivos do contágio» ⁴³. Não faltou o socorro material garante o religioso franciscano arrábido Fr. Cláudio da Conceição, autor do *Gabinete Histórico*, às «milhares de pessoas, que vagavam pelos campos vizinhos da cidade e pelo lugares do termo de Lisboa, sem casas, sem roupa, sem dinheiro para o preciso alimento», pelo que «ninguém morreu de fome» ⁴⁴. De facto, entre os que conservaram ilesas as suas propriedades, viram-se não poucos «fidalgos e pessoas particulares exercitarem muito a virtude da caridade,

⁴¹ *Ibid.*, p. 543. Ver Manuel Clemente, *Memórias de um Cidade destruída*, Lisboa, Aletheia Editores, 2005, pp. 157-178.

⁴² *Ibid.*, p. 544.

⁴³ *Ibid.*, p. 546.

⁴⁴ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 17.

sustentando nas suas casas e quintas grande número de pessoas, e muitos com generosidade superior ás suas forças»⁴⁵. A 24 de Novembro, escreveu a propósito o mesmo diarista, «havendo cessado o receio da fome, se permitiu aos donos dos celeiros venderem a terça parte dos seus frutos e, contando depois que no reino não só não havia falta, mas grande abundância, se deu a liberdade a estes géneros [farinha e mais comestíveis]». O Rei «mandou distribuir pelos famintos copiosas esmolas em géneros e em espécie, com grande liberalidade»⁴⁶. Todas as pessoas que tinham a mais, abrindo suas casas e celeiros, deram abrigo e sustento aos miseráveis carenciados de tudo. As comunidades religiosas, que se distinguiram entre todos, deram nas suas portarias quanto podiam, a ponto de, para valerem aos pobres, «cortarem muito por seu próprio sustento e cada um se alegrava, vendo que para obra tão santa [não] lhe faltava o preciso alimento; então se via a caridade cristã elevada àquele grau em que resplandeceu nos dias da primitiva igreja»⁴⁷.

A cronística da pena de conventuais sublinha mui compreensivelmente e, por certo, justamente, «a grande charidade de algumas famílias religiosas que derão entrada nas suas cercas ao povo que vinha fogindo a morte como os Padres da Congregação do Oratório na sua quinta de Campolide, os Eremitas de São Paulo, os Religiosos 3^{os} de Jesus os Monges de São Bento, nas suas cercas, mas adonde sobrepuxou a resplandação a charidade foy nos cónegos regrantes de Santo Agostinho verdadeiros ymitadores de tão grande Pai. Com o terremoto cahirão parte dos muros da sua grande cerca, a todos recolherão com grande urbanidade, a todos remediaram charitativamente, era acto verdadeyramente catolico, e edificativo, ver andar os ditos Padres por toda a cerca com os caldeyrões de comer dando e repartindo por toda a pobreza, não só no commum, mas no particular mandando jantar e cea a muitas famílias particulares; com doentes, não se pode cabalmente explicar o eximio da charidade destes santos Padres fizeram huma enfermaria para se curarem ali erão assistidos os enfermos do que necessitavão para a sua cura não só a estes mas a todos que estavam nas barracas se lhe assistio com mão larga com medicos, e surgiões que mandarão vir para a cerca para estarem mais promptos, galinhas, agoas para as sangrias, e botica, erão tantos que houve nao hum dia só em que se matarão 160 galinhas»⁴⁸.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 18.

⁴⁶ *Ibid.*, pp. 35-36.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 36.

⁴⁸ Cf. F. L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III p. 542-543.

A palavra de ordem endossada a Pombal da imediata urgência de tratar dos vivos e enterrar os mortos encontra a solidária e generosa resposta por parte do estrato eclesiástico, a ponto de o Marquês, invocando a vontade régia, «agradecer aos Religiosos o muito que tinham trabalhado em benefício do bem publico entre as Religiões Sagradas, os Beneditinos, Cónegos Regrantes, Eremitas de São Paulo, Padres da Companhia» e os padres da Congregação do Oratório e dos Mínimos, «que só estes enterrarão por suas mãos quatro centos e oitenta cadáveres»⁴⁹. Por sua vez, os sacerdotes continuavam a exercer o seu ministério espiritual, mas, para praticarem todas as obras de misericórdia, «ocupavam as suas mãos sagradas em desenterrar os que estavam sepultados nas ruínas para lhes darem sepultura e para chegar a mayor extremo a charidade de livrarem a gente de algum contágio athé desenterrárão os animais que ficarão debaixo das ruínas para os subterrarem em covas mais fundas que não causasse danno a sua corrupção»⁵⁰. O Nuncio Apostólico, na sua correspondência oficial para Roma, não se cansava de louvar os eclesiásticos, «incansáveis e exemplares em todo o género de fadigas»⁵¹. Aliás, a estas acções pias se entregavam «também pessoas da maior distinção» da nobreza e burguesia, «expondo a sua vida a mayor perigo», entre paredes queimadas e a ameaçar iminente ruína, à procura de «vivos para os livrar da morte», a ponto de arrancá-los do meio dos cadáveres e de «montes de pedras de cazas derrubadas»⁵².

A coordenação das iniciativas, para evitar a peste, acorrer à fome e socorrer os sem abrigo, abraçava também a reorganização da vida espiritual. Os poderes político e religioso, como seria de esperar, actuaram em sincronia. A 3 de Novembro, a cúria patriarcal ordenava aos conventuais e «aos párocos da corte, subúrbios e vizinhanças dela que, saindo logo em procissões públicas, tomem nelas por motivo para as suas práticas persuadirem os povos a que entre todos os actos de piedade cristã, com que se pode aplacar a Divina Justiça, era o mais meritório o dar pronta sepultura aos mortos»⁵³; e erguessem «altares portáteis pelos campos, para se celebrarem as missas»⁵⁴.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 760.

⁵⁰ *Ibid.*.

⁵¹ Cf. *Correspondência do Nuncio*, p. 32.

⁵² Cf. F. L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, p. 760. Entre as ditas pessoas da mais alta distinção, se referem: D. João de Bragança e Mons. Sampaio, irmão do bispo do Algarve e membro do Conselho de Estado.

⁵³ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 33.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 17.

Os actos litúrgicos foram reatados por toda a cidade nos templos não arruinados e nas cercas dos conventos «onde se recolheram muitas famílias»⁵⁵. Multiplicaram-se as devoções e, sobretudo, as procissões e pregações – intervenção psicologicamente oportuna para que a confiança e coragem renascessem. Por sua vez, os ofícios divinos que tinham lugar na Patriarcal passaram para a Igreja de São Bento da Saúde que havia ficado imune, e cujas boas condições de serventia o engenheiro Carlos Mardel garantia. A 16 de Novembro, o arcebispo principiou a diligenciar a execução da vontade régia, que teve início na Ermida de S. Joaquim, dos «ofícios do coro da santa Igreja Patriarcal», o que aconteceu a 7 de Dezembro, véspera da festa da Imaculada Conceição⁵⁶.

Em pastoral de 11 de Novembro, o prelado ordenou que para o dia 16 imediato «se fizesse uma procissão de graças, acompanhada do Colégio Patriarcal, Basílica de Santa Maria, clero, comunidades e Senado da Câmara, que saíria da Ermida de São Joaquim e se recolheria na Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, e que, por voto com jejum na véspera, se repetiria nos anos seguintes na segunda domingo de Novembro, dedicada ao Patrocínio de Nossa Senhora»⁵⁷. O monarca, família real e toda a corte, seguidos de muito povo, acompanharam um préstito penitencial, «com grande piedade e devoção», cerca do meio do mesmo mês, promovido também pelo cardeal⁵⁸. O exemplo foi continuado pelas demais comunidades religiosas, realizando-se «outras devotíssimas procissões, com muitas penitências públicas e particulares», bem como inúmeras confissões gerais e multiplicados actos de virtude⁵⁹.

Ao reler-se atentamente alguns dos vários testemunhos credíveis sobre o terramoto, em que as vivências existenciais, aqui e além, ganham recorte, descobre-se que a dita coordenação fora praticada e traduzida para o tempo com impressionante eficácia. É, ainda, evidente que o corte se adiantava como o cérebro da actuação. O Conde de Oeiras e seus directores colaboradores – nobres e eclesiásticos, técnicos no terreno, burgueses empreendedores e operários solicitados com entreato dos populares – punham em execução o plano imediato de que as carências e o funcionamento provisório da cidade necessitavam, tendo não apenas o aval, mas

⁵⁵ *Ibid.*, p. 54-57.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 56.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 31.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 39.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 57-58.

também o acompanhamento personalizado do soberano e da família real. Por detrás da actuação imprescindível do clero, em iniciativas de *motu proprio* e dirigidas para a inserção no esforço colectivo, sente-se a iniciativa e a orientação da corte. Na correspondência do Núncio Apostólico há referências mais que bastantes para se perceber como o Cardeal Patriarca e prelado diocesano, apesar de diminuído pela gota e asma que o mantinham numa cadeira, era estimulado a tomar as medidas urgentes indicadas para se assegurar os serviços religiosos: a administração dos sacramentos do baptismo, penitência, eucaristia e matrimónio; a reorganização das celebrações litúrgicas e práticas devocionais em abarracamentos e concentrações de emergência por onde se dispersava a população atingida; o funcionamento das pesadíssimas estruturas eclesiásticas, abrangendo as comunidades conventuais e as diocesanas, em particular a normalização possível da vida paroquial e seus cartórios⁶⁰. O bem material e espiritual dos cidadãos, numa sociedade católica do Antigo Regime exigia a coordenação estreita dos dois poderes com estímulos mútuos, ditada por prioridades e dinanismos circunstanciais. A carta do Núncio para o Papa, de 10 de Fevereiro de 1756, refere que a catástrofe contribuíra para aproximar as duas estâncias, a civil e a eclesiástica. E, para isso, a actuação fora importante, porquanto, como ele próprio confessa, a intervenção havida nesse sentido «produziu o desejado efeito da união dos dois poderes, enquanto o Secretário de Carvalho tem ordem de conferir tudo comigo»⁶¹. Para a massa heterogénea de crentes que o medo tornara mais praticantes, a pregação era um meio de grande importância como factor de mentalização e controle das multidões, a vaguear desorientadas entre os escombros. É, pois, natural a menção que se lhe faz no quotidiano pós-terramoto, tanto nos actos de piedade diários, como nas procissões paroquiais e conventuais de penitência, desagravo e acção de graças que congregavam relativas multidões, mantendo o povo em atitude de resignada aceitação da horrenda desgraça. Em simultâneo com as providências do governo, foram sendo dadas outras atinentes ao religioso e sua mobilização em diversos editais da cúria diocesana, que corriam manuscritos por não haver tipografias em normal funcionamento. A primeira pastoral diocesana propriamente dita aparece, com data de 2 de Dezembro de 1755, firmada em Campolide onde o Cardeal Patriarca se acolhera. Se reflectia um juízo global sobre a catástrofe, de óbvio teor providencialista, prescrevia um plano concreto para obrigatoria

⁶⁰ *Ibid.*, p. 50-57.

⁶¹ Cf. *Correspondência do Núncio*, p. 77.

execução. Constava havê-la escrito o Arcebispo de Lacedemónia, ao tempo Vigário Geral do arcebispado de Lisboa, e, conforme o Secretário de Estado Sebastião José informara, o Núncio Apostólico, «tendo chegado às mãos do Rei e tendo agradado muito a Sua Magestade e à Corte, seria publicada por ordem régia, pois o Cardeal D. José Manuel não a «tinha querido fazer imprimir»⁶². O texto, em síntese, lembrava, propunha e prescrevia⁶³: que a Divina Justiça mostrara ao povo católico da cidade e patriarcado, através de «todos os elementos e criaturas, ainda insensíveis», como a houvera ofendido e provocado a sua ira, sepultando muitas pessoas nas ruínas de suas casas, mosteiros, lugares pios e templos onde se achavam em oração e a assistir aos ofícios divinos, e se conservavam o Santíssimo Sacramento e as sagradas imagens, nos quais se cometiam essas ofensas por falta de reverência e respeito; que todos se deviam prevenir com uma contrição perfeita, confissão de suas culpas e propósito firme de emenda; que se podia alcançar um ano de indulgência no dia 18 de Dezembro, festa da Expectação de Nossa Senhora, e no dia 21, de S. Tomé, na forma preceituada pela concessão apostólica; que «os párocos do patriarcado, prelados das religiões, pregadores e confessores», pusessem «todo o cuidado em persuadir ao povo católico a penitência das culpas passadas e a emenda para o futuro, o santo temor de Deus, a confiança na divina misericórdia, a perseverança dos bons propósitos; a decência, gravidade e silêncio» a observar nos templos, e a evitar todas as indecências que se tinham introduzido, «clamando, repreendendo e detestando com uma doutrina sólida, sem profana retórica, mas com verdades evangélicas despidas de alheios ornatos»; que todos os eclesiásticos servissem de exemplo «no hábito, no traje, no falar, no estar no tempo e em tudo o mais»⁶⁴; que se redobrasse a vigilância nos templos, para se evitarem os abusos, escândalos e desordens, tão castigados pelo terramoto e voracidade do incêndio; que se combatesse «a indiscrição e imprudência» das pessoas, mesmo seculares, espalhando erros e levando à deserção da cidade; que se impedissem os oradores sagrados de falar ou pregar em público sem licença da autoridade eclesiástica; que se considere suspensa a autorização dada a todo e qualquer sacerdote para confessar e absolver dos pecados reservados; que a permissão concedida para se celebrar o sacrifício da missa nos campos e dar a comunhão aos fiéis ficasse restrita apenas aos lugares aprovados; que a festa anual do patrocínio de

⁶² *Ibid.*, p. 55.

⁶³ O texto da pastoral pode ver-se em Cláudio da Conceição, *op. cit.*, pp. 93-101.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 95.

Nossa Senhora fosse efectuada no 2º domingo de Novembro, com jejum na vigília, procissão no fim da missa votiva de Nossa Senhora, com oração «pro terramotu», e outras preces públicas e particulares⁶⁵; que se procedesse à reedificação das igrejas aptas a poderem ter o Santíssimo Sacramento e se construíssem, em madeira ou outro material seguro, locais de culto; que se procedesse aos registos da vida paroquial e à elaboração do rol dos fregueses e aos assentos de baptismo, óbito e casamento⁶⁶; que se restabelecessem a reza do coro, as confrarias do Santíssimo Sacramento e das Almas, e a «satisfação dos encargos de aniversários, missas e outros legados pios deixados às igrejas»⁶⁷. Assim se ia lançando os caboucos de uma cidade regenerada em ordem a uma vida «mais reformada nos costumes». Como escrevia um pregador capuchinho testemunha presencial do assombroso castigo apocalíptico, Lisboa não merecia menos que Jerusalém, Babilónia, Nínive e Roma, que também haviam sido objecto do rigor do céu, ou seja: teatro da cólera e da «vingança do Senhor» por suas infidelidades. Tratava-se de Fr. Iluminato de Borgo San Sepolcro⁶⁸.

A colaboração eclesiástica ocorria e desdobrava-se adentro do cerne e da lógica discursiva de uma interpretação teológica dos textos e exemplos bíblicos afins, com compreensível saliência na pregação popular, sendo permanente em Lisboa a presença de religiosos, sobretudo franciscanos de Varatojo, jesuítas e capuchinhos italianos, que se dedicavam ao ministério das missões populares, actividade parenética que se empenhava particularmente na instrução religiosa, na reforma moral e na frequência dos sacramentos da penitência e eucaristia. O zelo e o temperamento de alguns destes missionários, porém, tornavam-nos frenéticos, excitados pela lastimosa situação com que se confrontavam, no que eram vivamente desaprovados pelas competentes autoridades, desde o Monarca e Secretário de Estado ao Patriarca e Núncio Apostólico. Na correspondência diplomática para Roma, Monsenhor Filippo Acciaiuoli escreve que fizera chegar a sua Eminência D. José Manuel sugestões «para proibir os voluntários indiscretos missionários», tendo ele próprio corrigido e impedido um que outro religioso de voltar «a pregar, porque dizia coisas contrárias à letra do Evangelho e metia medo nas pessoas simples»⁶⁹. Em contraste, registe-se o teor das prédicas do capuchinho transalpino, Fr. Clemente de Nizza, do

⁶⁵ *Ibid.*, p. 96.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 98.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 102.

⁶⁸ *Correspondência do Núncio*, in prefácio de António Pinto Cardoso, p. 11.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 49.

hospício de italianos da capital, a quem o rei ordenara que durante uma semana, após a ceia, pregasse, no campo dos abarracamentos, «uma missão fora da tenda real, e Sua Majestade, com toda a Família Real assistiu sempre à porta da tenda, e todo o resto da Corte de qualquer grau, de fora», tendo-a pregado em língua portuguesa, com «muita satisfação de todos». O próprio Núncio que o escutou, apesar de dominar pouco o português, testemunha que lhe parecera haver-se expressado «com prudência e verdadeiro zelo», seguindo a recomendação feita pelo seu superior regular⁷⁰. Se a miséria, confusão e horror permaneciam, as procissões penitenciais e públicos actos de devoção, por todo o lado praticados, obedeciam a um ritmo diário tal que manteve a população enquadrada pelos rituais religiosos, quase a toda a hora do dia, no decorrer dos meses imediatos, com efeitos psicológicos de acalmia e resignação entendíveis.

O testemunho do oratoriano P. Manuel Portal, escrito a 7 de Setembro de 1756, que vivera o dia a dia da catástrofe e seus tempos imediatos, concretiza suficientemente esta assistência espiritual⁷¹. No abarracamento que a congregação mantinha público, e em que providenciava o sustento de muita gente de fora a quem «naquelles calamitosos dias conforme a possibilidade se dava de comer», relata o que de resto era comum a outras religiões e paróquias: aos domingos e dias santos ouvia-se de confissão muita gente e sucedia «haver nove e dez missas e commungar nellas muitas pessoas, que às vezes tem chegado a hum cento e muitas mais forão se o logar dera commodo para isso»; às tardes, durante «muitos mezes houve preces» e com «suas praticas»; ao sentir-se «hum terramoto grande», enquanto pregavam os padres João Barbosa e Teodoro de Almeida, procuravam eles, «com o fervor do seu espírito», apaziguar a gente que se amotinava para fugir, juntando-se a estas pregações «varias vezes com grande fervor o Padre Alberto dos Reys» e também Fr. Salvador, carmelita descalço, como, em duas ou três vezes, o Padre Inácio Balea sempre «com grande erudição e espírito»; ao exercício da oração mental acorria muita e qualificada gente, desde os capelães do Cardeal Patriarca às Marquesas de Tancos e de Niza e Condessa de Atalaia; às horas fixadas rezava-se a ladainha e faziam-se as comemorações costumadas e a seu tempo o exame de consciência; ao último dia do ano de 1755 teve lugar a tomada de disciplinas, conforme a regra da instituição prescrevia, na festa das Dores de Nossa Senhora, com o oratório armado de damasco e veludos encarnados e o altar

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, p. 768.

ornado de castiçais de prata e luzes, tendo-se ouvido música da melhor e cantado solenemente o *Stabat Mater* ⁷². Nas outras barracas semeadas por esta quinta dos religiosos teatinos, idênticos actos de piedade se celebravam: na do Cardeal Patriarca, promoveu-se a novena de S. José, no mês de Março, não faltando preciosas telas, damascos dourados, profusão de luzes em castiçais de prata diante da «Imagem do santo toda coberta de diamantes, e pérolas», à qual assistiram, de uma tribuna de vidraças, o Prelado e nobres. Se for lembrado que o Santo era o mesmo do onomástico do Rei, não surpreende a devota ostentação, a induzir que o terramoto ainda muitos adornos poupava. A hora do começo do novenário era a da «entrada da noute», ressaltando o cronista «os músicos singulares» com destaque para as vozes da Marqueza de Nisa e de D. Luísa de Meneses, coro mais parecido ao de anjos. No dia da festa, estava exposto o Senhor, como aliás acontecia em toda a novena, celebrando a missa solene o Padre Francisco Manuel, irmão do Patriarca, que tinha mandado vir a música da sua capela privada do palácio do Tojal, abrilhantada pelas vozes das ditas fidalgas, havendo finalizado a festiva comemoração pelo canto do *Te Deum Laudamus*. A acrescentar que neste oratório improvisado se cantava diariamente o terço de Nossa Senhora e sua ladainha, a que assistiam quantos faziam parte da casa do patriarca ⁷³.

O mesmo se passava entre congregações femininas, alojadas em barracas nas cercas conventuais masculinas, a fim de beneficiarem do indispensável resguardo e assistência religiosa. Ao compulsar-se a rica fonte informativa do oratoriano Padre Manuel Portal, encontra-se a menção ao conteúdo da pastoral de 23 de Fevereiro de 1756 que tratava expressamente da confusão gerada pelo uso indevido do hábito freirático, disfarce para exploração dos incautos, se bem que também «a título de devoção». O prelado da diocese de Lisboa ameaçava com a pena de «excomunhão *major, ipso facto incurrenda* e de vinte cruzados» de multa, à vista dos «danos» e injúrias ao «estado religioso, e ecclesiástico», pois, «nas circunstancias presentes», caindo em equívoco, «o povo falto de conhecimento na distinção das pessoas, e regulando o seu juízo pellos habitantes, e trage» as tratava conforme as via proceder ⁷⁴. Recomendava, ainda, particular prudência aos superiores regulares, em conformidade com as determinações canónicas, para que não concedessem licença para usar o hábito

⁷² *Ibid.*, p. 725.

⁷³ *Ibid.*, p. 726.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 768.

as pessoas do sexo feminino e até o «veo preto», por somente competir este às religiosas. Aprova o cronista a medida, acrescentando que com ela se procurava «evitar o gravissimo escandalo, que o povo tinha vendo andar as beatas vestidas de Religiosas pellas estradas, pois cuidavão que erão Religiosas, que esquecidas do seu recolhimento andavão tão relaxadamente distrahidas», a ponto de ele próprio que vira «algumas» padecer «do mesmo engano»⁷⁵. Aliás, neste capítulo relativo a procedimentos femininos, tivera o Patriarca de publicar outra pastoral, onde nova pena de excomunhão se brandia, em face da notícia que lhe chegara da introdução de alguns usos menos decentes «nos trages dos seculares em prejuizo das suas, e alheyas consciencias pella pouca cautella de huns, e outros provocando-se a culpa nos reparaveis e diversos intentos, e ornatos uzando delles nas Igrejas contra a decencia, com que se deve estar nos Templos, e lugares dos sacrificios», pelo que se sentia obrigado a declarar «ser formal, e ocasionalmente contra ella o novo trage introduzido de usarem nelle as pessoas do sexo femenino chapeos de huma, ou diversas cores na cabeça dentro dos mesmos lugares, e que só podem entrar, ou estar nelles tendo as cabeças cobertas com veos, lenços, e melhor com seus mantos segundo o louvavel, honesto, e antigo costume do Reino evitando nesta forma e irreverencia, e falta de respeyto aos lugares Sagrados»⁷⁶. A propósito, não passará sem certa estranheza que, sendo a extensão da calamidade de tão largos e ruinosos efeitos, houvesse suficiente motivo para, à primeira vista, alguns pertinentes como paradoxais comentários do teor dos que o religioso teatino adianta. Das moradas que não haviam padecido grande ruína, muitas iam sendo recuperadas e, quando se julgava «que tudo seria pobreza, e miseria», os gastos que se faziam não só em barracas, «mas em galas, e vestidos, e carruagens nenhuma distinção tem nesta matéria do que era antes», se não se disser «que agora o luxo tem crescido»; o que se vê também nas «mulheres como raras são as que uzão de mantos andão com trages de mayor custo o que então foy miseria, que assim o permitia o tempo, hoje he fausto, e bizarria»⁷⁷. O número de barracas «pella estrada do Rato para o Senhor da Boa Morte» aumentava e «algumas de muito custo», como a do Marquês de Louriçal, um autêntico «palácio que dizem chegara a trinta ou quarenta mil cruzados»; e «pella dita estrada estão loges onde se vende tudo, o que he preciso, e na verdade parece haver

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.*, p. 769.

depois do terramoto mais mercadores do que havia antes»⁷⁸. Para trás ficara o medo e Lisboa reanimava-se. A razão é que o dinheiro circula, apesar de antes, como no presente, se conhecer muita pobreza e gasto. Opina o Padre Portal que a causa «não he outra se não que a pobreza logo aparece, e dá signal de si o que não sucede nos que tem de seu: os pobres sempre andão publicando a sua miseria para que delles se compadeção; os ricos pello contrario encobrem ou não andão publicando o que tem». Ora, conclui, «basta haver em huma cidade como esta, dois ou trez mil pobres, e serem trezentos mil ricos para se reputar que ha muita pobreza: porque os pobres fallão, e gritão, e os que tem de seu calão-se, e não apregoão o que tem»⁷⁹.

Retome-se, porém, o fio do discurso acima interrompido. Não será temerário aceitar que o sucedido às religiosas trinas do convento do Rato, muito arruinado pelo terramoto, constituísse um espelho do que se passara em outras congregações femininas vítimas do trágico infortúnio. Durante os dez meses que estiveram no provisório refúgio da quinta dos oratorianos no lugar da eira, precisamente até 6 de Setembro de 1756, e onde se acomodaram 40 freiras com relativo cómodo, ficando á parte os seus criados a cargo de um sacerdote que dispunha de instalação individual. Na ermida da barraca das trinas sempre houve coro e missas conventuais, confissões contínuas e comunhões. Todas as tardes de domingo não faltavam práticas que o teatino Padre Alberto dos Reis assegurou «com notável zelo, e fervor de espírito». Por altura de quinta-feira de Endoenças esteve exposto o Santíssimo, havendo sido celebrados os ofícios da Semana Santa, «com toda a solenidade e perfeição», e pregados pelos padres jesuítas os sermões costumados. A festividade de S. João da Mata, patriarca da congregação, foi solenemente comemorada com sermão do “insigne orador”, Padre Inácio Balêa e música excelente do coral das religiosas. Promovida pela Marquesa de Tancos, com a assistência do Cardeal Patriarca e titulares da alta nobreza, celebrou-se também a festa de S. Sebastião, cuja imagem, «coberta de diamantes, esmeraldas, e pérolas», e pedras preciosas sem conta, era venerada na ermida, para o efeito «riquissimamente armada». Cantou a missa o carmelita Fr. Salvador e o pregador convidado «recitou os louvores do Santo com singular erudição»⁸⁰.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ *Ibid.*, p. 726.

Justifica-se o fervor na devoção de S. Sebastião, advogado da peste, com dia litúrgico no calendário a 20 de Janeiro, até porque só passavam dois meses que o terramoto acontecera. De resto, para os tremores de terra, cada vez mais espaçados e de intensidade de longe bem menor, seu particular protector era São Francisco de Borja que, conforme universal e pia crença, «com milagrosos prodígios tem preservado assim na Europa, como na América, os Reynos, Cidades, e lugares»⁸¹. Fora, por isso, que D. José suplicou ao pontífice reinante Bento XIV – depois de ponderar vários pareceres e entre eles os que se inclinavam por S. Teotónio e os Mártires de Marrocos – que «por benignidade, e authoridade Apostólica, se dignasse confirmar a elleyção deste Santo Protector, concedendo, que o clero secular, Religiosos, e Religiosas resassem todos os annos o officio de S. Francisco de Borja com o Rito Duplex de prima classe, ooctavario, e no dia da sua festa Missa Solenne em que se fazia a costumada offerta, e se celebraria nas Igrejas da Companhia de Jesus, e onde as não ouvesse nas Cathedraes ou Igrejas mais principais, a que para mayor celebridade assistirão as Cameras das Cidades, e villas», que o Papa assentiu, na forma da súplica, pelo Breve que, a 24 de Maio de 1756, autenticou com seu selo⁸². Desta forma, a primeira celebração de S. Francisco de Borja, padroeiro do reino contra os terramotos, foi a 10 de Outubro de 1756 e «se fez com toda a solennidade a sua festa na Igreja de R. Roque da Companhia de Jesus», em Lisboa, com procissão em que iam os religiosos inacianos, «todas as Irmandades, que havia na caza de S. Roque, e a Irmandade do Santíssimo da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação assistente interinamente na mesma Igreja», e ainda o andor do Santo, com o Arcebispo de Lacedemónia, vigário geral do Patriarcado, a fechar o cortejo⁸³.

As procissões penitenciais, recomendadas pelo Cardeal Patriarca, eram promovidas sobretudo pelos religiosos conventuais secundados pelos irmãos de suas ordens terceiras⁸⁴. A primeira, mais acima referida, fora da ermida de S. Joaquim à Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, da Congregação do Oratório, e incorporara uma multidão de fiéis dos mais diversos níveis sociais, com não poucos descalços que, na recolha do préstito sagrado, tinham sacerdotes e seculares prontos a lavarem-lhes os pés, “acção pia e devota”, a que se associou o próprio Núncio Apostólico, em

⁸¹ *Ibid.*, p. 769.

⁸² *Ibid.*, pp. 767 e 769.

⁸³ *Ibid.*, p. 776.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 776-777.

atitude de «raro exemplo de humildade»⁸⁵. Era este procedimento habitual em situações de catástrofe, como se verificou, por exemplo, na Ilha da Madeira, por ocasião do tremor de terra de 31 de Março de 1748 para a madrugada de 1 de Abril, dado que neste mesmo dia, «uzando o Ex.mo Prellado da sua Costumada devoção e piedade, fez publicas preções na Catedral, a qual ficou notavelmente arruinada ...»⁸⁶. De entre as que tiveram lugar até ao fim de Setembro de 1756, refere o Padre Manuel Portal a que fizeram, acompanhada de «muitas penitencias implorando todos a Divina misericórdia», os frades eremitas de Santo Agostinho com o Senhor dos Passos, «imagem de singular devoção», aparecida «ilesa no desentulho» da Igreja da Graça daquela congregação monástica. O mesmo aconteceu com os franciscanos que promoveram a sua, «com grande espírito» e «muitos generos de mortificações». Por sua vez, os religiosos seráficos de Santo António levaram, na sua, «a Imagem do dito Santo» e edificaram também «muito na modéstia, humildade e mortificação hindo huns descalços, outros com cadeas, e outros instrumentos de penitência». De Belém, veio a dos beneditinos «athe á barraca d'El-Rey com muita penitencia», seguida da missão já atrás mencionada, «por espaço de hum mez pregando com todo o fervor, e espírito Fr. Illumináto Religioso Barbadinho, que colheo muito fructo convertendo e muitos pecadores»⁸⁷.

Anota o zeloso cronista da *História da Ruína* que, entre as demais procições de penitência e missões havidas até 21 de Setembro, dia do apóstolo S. Mateus, saiu uma grande do convento das trinas, ao Rato, precedendo a mole de gente, de que se compunha, Fr. Joaquim, Comissário dos Terceiros de S. Domingos, o qual já ia no alto da freguesia de Santa Isabel, e o couce da mesma «estava no poço dos negros», apesar da rua de S. Bento ser assás dilatada. A manifestação penitencial impressionava: «huns hião arrastando cadeas, outros em cruces crucificados, outros com pedras sobre os hombros, outros finalmente com varios instromentos de mortificação». O religioso dominicano que presidia caminhava «descalço com cadeas nos pés, e amarrado com cordas», havendo pregado em quatro paragens sempre «com grande espírito, e comoção dos ouvintes fazendo nas almas hum grande fructo». Três dias depois, novo cortejo penitente teve lugar com o mesmo comissário a encabeçá-la, «todo amarrado com cordas descalço e

⁸⁵ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 32.

⁸⁶ Cf. *Biblioteca Nacional*. Col. Pombalina, Cod. 475, fl. 152, cit. em *Sismicidade de Portugal*, vol. II, p. 206.

⁸⁷ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III p. 777.

com grilhões nos pés», indo «no meyo da procissão rodeado dos penitentes, que erão muitos com diversos generos de penitencia». À frente «hia hum paynel com a Imagem de Nossa Senhora e todos os que acompanhavão a procissão hião clamando: Senhor Deos misericordia; mais com sentimento do coração do que com vozes». Ao recolher à igreja do convento do Rato donde saíra, pregou o dito comissário cheio de fervorosa unção, «colhendo nos ouvintes grande fruto de arrependimento dos pecados». Ainda a 24 do mês saiu uma procissão dos frades de S. Francisco, acampados na quinta dos oratorianos «chamada de D. Elena», que o pio cronista, com sua costumada ênfase retórica, assim evoca: «Levava hum crucifixo o padre Doutor Melgaço descalço com huma coroa de cordas, e sylvas, e huma corda ao pescoço. Os mais religiosos hião todos descalços, e a mayor parte delles com cruces ás costas, e também com cruces alguns Terceyros, e outros descalços, alguns com pedras ás costas e outros géneros de mortificações, e muito acompanhamento de povo. Hião todos com grande modéstia, e recolhimento, e edificação cantando a Ladainha dos Santos, e pedindo a Deos misericordia, recolheo-se a procissão ao convento, no qual houve sermão em que o Prégador exhortou a todos com grande espirito, a que tivessem arrependimento das culpas, o que bem mostravão os que estavam presentes nas lagrimas, que choravão, e davão a entender o grande pezar de ter offendido a magestade Divina». Houve também, na mesma tarde, saída da Igreja do Desterro, idêntica procissão. A dirigil-la, tinha um frade carmelita e grande era a demonstração de penitência. O teor da pregação foi o «sermão de Missão exhortando-se nelle aos ouvintes o mal que tinham feyto» ao ofenderem a onnipotência divina. A 29 de Setembro do dito ano, saiu mais uma procissão de penitência do convento das freiras do Rato aonde recolheu, sendo tanta a gente «que estando já a igreja cheya della ainda pella rua de S. Bento» se estendia o povo. Encabeçou-a o mencionado Fr. Joaquim, comissário dos irmãos terceiros de S. Domingos que caminhava descalço, mas com grilhões, «amarrado com cordas pello corpo, na cabeça uma coroa de sylvas, e na testa hum cilicio, na cintura huma corda pella qual tirava hum preto como se fora amarrado para o suplicio com este ludribio da propria pessoa, quis realzar as mortificações externas para animar ao exercício da penitência, e desprezo do mundo». Compunham-na «muitos penitentes, huns com pedras ás costas, outros com cruces, e também outros crucificados; muitos descalços, e outros generos de mortificações exteriores levavão outros». Não lhe faltou a pregação, e com a habitual e funda unção e «conhecimento do peccado, para que os homens vendo os grandes males, que traz consigo fugissem de commeter, e dos que tem já commetido se arrependessem, e o que fizerão

os que estavam presentes com muitas lagrimas, e signaes de contrição e arrependimento»⁸⁸. Refere o mesmo P. Portal, sem especificar o motivo, que tempos depois «forão presos trez Religiosos Barbónicos [Barbadinhos], a saber Fr. Iluminato, Fr. Manuel Chamado em outro tempo de Guimarães Fr. Clemente»⁸⁹. Tratar-se-ia de implicação em qualquer acto conspiratório contra algum ministro dos que despachavam e executavam com o Marquês Pombal conforme a letra do decreto de 17 de Agosto de 1756, assinado pelo rei e por aquele mesmo proposto⁹⁰? No mesmo dia, 10 de Outubro, em que os jesuítas da Casa Professa de S. Roque festejaram S. Francisco de Borja, houve duas procissões penitenciais: a que saiu da Ermida de Santa Bárbara incorporava muitos penitentes, «huns amarrados com cordas, outros crucificados» e todos com «varios instrumentos de mortificação e humildade», levando o Santo Cristo um Monsenhor, enquanto um frade arrábido, chamado Bragança, presidia à procissão; a outra, tendo saído da Ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens, não lhe era inferior nas manifestações de penitência, embora a maior fosse a chuva que Deus mandou, aguentada por todos «com muita paciencia», pois ofereceram ao Senhor «em satisfação das suas culpas mais essa mortificação»⁹¹.

Anota, a propósito, Padre Manuel Portal, o exaustivo autor da *História da Ruína* deixada inédita, que a sua Congregação do Oratório tivera parte de não pouca saliência nessas pias actividades por tudo tão necessárias «para aplacar a Divina Justiça, que ainda não embaynhou a espada», como acabava de mostrar num recente tremor de terra, se bem que não tão grande, que naquele preciso dia se fizera sentir. E aproveita a referência para concretizar com umas achegas mais: «Domingos, e Dias Santos se confessa muita gente, muitas vezes sucede haver nove, e dez missas e commungar nellas muitas pessoas, que ás vezes tem chegado a hum cento e muitas mais forão se o logar [a barraca da Quinta do Vale Pereiro] dera commodo para isso». De tarde, ao longo daqueles meses, houve preces com pregações confiadas aos padres João Barbosa, Alberto dos Reis e Teodoro de Almeida, o qual, estando a pregar e perante a réplica de um tremor de terra de alguma violência, «com o fervor do seu espírito apaziguou a gente que se amotinava», tomada de pânico⁹².

⁸⁸ *Ibid.*

⁸⁹ *Ibid.*, p. 771.

⁹⁰ *Ibid.*

⁹¹ *Ibid.*, p. 772-773.

⁹² *Ibid.*, p. 776-777.

Se os abalos sísmicos nos dias e meses seguintes ao do grande terremoto, embora de menor e vária intensidade, traziam o povo compreensivelmente receoso de uma repetição do cataclismo com iguais danos, mais agravavam o temor os sinistros vaticínios postos a circular nos abarracamentos em que se acantonava a gente sem tecto de seu e nos bairros da capital menos atingidos. Certo piloto, achando estranha a tardança, «no dia 10 de Dezembro andou gritando pellos bairros de Lisboa povoados que ninguém ficasse debaixo de telha aquella noyte porque poderia haver tremor». Houve quem julgasse certa a profecia, só «porque no dia 11 pellas 4 horas e 55 minutos da manhã tremeu duas vezes a terra com violencia; hum eco horrorozo precedeu a estas duas expulções» cuja «duração de huma e outra não foy mais que de hum minuto»⁹³. Decorria o ano de 1756 e os tremores de terra, de dia e noite, apesar de espaçados e de reduzida força, continuaram a proporcionar advinhações catastróficas. Os ventos da boataria sopravam sem descanso, mas o poder político e o religioso mostravam-se atentos a mais este flagelo e tomavam as providências que lhes pareciam aconselháveis, a fim de evitar o pânico da população traumatizada⁹⁴.

⁹³ *Ibid.*, p. 517.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 777. A boataria amedrontadora que desmobilizava a população para as tarefas de limpeza e remoção dos escombros e atrasava a acalmia dos habitantes de Lisboa para retomarem a vida normal, objectivos procurados decididamente pela política de Pombal com a colaboração das autoridades eclesiásticas, circulava vertiginosa e abundante por todo o lado. Epicureo Alexandrino, pseudónimo de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, na *Carta Em que se mostra falsa a profecia Do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755* (Sintra, 8 de Outubro de 1756), afirmava: “o prognostico do primeiro de Novembro he totalmente despido de fundamento. [...] o povo tudo crê e o nosso está proncto ate para accrescentar quanto for noticia triste; pois entre nos de qualquer eco se faz um trovão” (pp. 3-8). Por sua vez, M.P.R., em *Juizo Critico, em que se persuade a falacia dos vaticínios do homem chamado vulgarmente o Profeta de Leyria, E outros, que se atribuem a outros sugeitos, dentro, e fóra de Portugal, e se propoem a cautela que deve haver na credulidade sobre esta materia* (1759), escreveu: “Se na Respublica acontece algum cazo menos ordinario, não bastaõ os prognosticos antigos, levantaõse novos patranheiros, e atur-dem o mundo com invençoens. O Terremoto do 1. de Novembro do fatal anno de 1755, nos propoe hum formidavel exemplo: aos nossos ouvidos chegaraõ innumeraveis falacias: não houve pessoa de virtude, a quem não levantacem repetidos testemunhos falsos” (pp. 5-6). Na mesma ordem de ideias, L.J. de F. e S., no panfleto *Refutaçam de alguns erros que com o falso, e fantastico nome de profecias, ou vaticínios, que se divulgam e espalham ao presente, aonde com toda a brevidade, e clareza, se mostra sua insubsistencia, e falsidade. Discurso critico, e moral, que tudo escrito em huma Carte (sic) remette ao Senhor **** morador na Cidade do Porto* (1756), acentua: “Depois que succedeo aquelle fatalíssimo successo do dia de Todos os Santos o anno passado, todo o empenho de alguns individuos, que não conheço he vaticinar infelicidades; mas tem permitido a Omnipotencia, e Bondade

O Núncio Apostólico, na correspondência de 4 de Maio de 1756 para Roma, dirigida ao Cardeal Secretário de Estado, informa que na semana anterior, como ele próprio podia testemunhar [ou seja terça-feira, 27 de Abril], se sentiram «mais frequentes os tremores de terra» o que levou o povo a experimentar um «não pequeno temor e muitos mantiveram-se no campo aberto por causa de vozes espalhadas nos dias antecedentes que naquele dia [sábado] devia dar-se um grande terramoto e uma outra inundação do Tejo, o qual tornaria a sair com violência». O Santo Officio, considerando cometer um delito contra a fé, por crença na astrologia judiciária, quem assim se atrevia a pressagiar, prendeu em seu cárcere o indigitado «autor de tais boatos». Mas mesmo assim, comenta o representante da Sé Apostólica, «não se pode evitar o temor entrado na plebe, por ser sábado como no dia de todos os Santos, primeiro do mês como aquele, por ocorrer a festa de dois santos juntos [a dos apóstolos S. Filipe e S. Judas] como naquele [1 de Maio], por ser o princípio da Lua e por ser a correspondência de seis meses nos graus do Sol; e não obstante outros dias já passados tenham preventivamente sido indicados para a subversão da cidade, depois não executada, o rumor foi grande por toda a cidade», embora nessa data nem o mais pequeno abalo fosse sentido⁹⁵. A multiplicação de tais prognósticos era, porém, em Lisboa um facto, como se mostra pelo seguinte: «Levantou-se nesta cidade hum rumor cauzado de algumas profecias que se atribuirão a varias pessoas, especialmente huma de huma Religiosa de Semide: a qual afirmava que no dia de todos os santos se havia subverter toda a cidade ás oito horas e trez quartos». E também outra profecia, que concordava no mesmo, embora só anunciasse que havia de subverter-se a parte do burgo que «foy queimada, para que os homens vendo que a espada da Divina justiça ainda não estava embainhada se emendassem das suas culpas; porque se o não fizessem á vista deste castigo então descarregaria o golpe subvertendo toda a cidade, e com ella todos os seus habitadores»⁹⁶. O citado P. Portal, que isto refere, acrescenta estar o poder político atento

do Altissimo, que tudo lhes tem sahido falso” (p. 3). Por fim, lembre-se o que disse, em *Novas, e curiosas Reflexoens sobre os terremotos* (1756), Fr. Manuel da Epifania: “Houve hum rumor que o terremoto havia de repetir com a mesma actividade e violencia no dia oitavo depois de todos os Santos do dia quarenta, e outros mais dias; [...] pozeraõ os fanaticos em tal consternaçaõ a gente plebea com estes ditos, que muitos della desamparou naquelles dias as suas casas, e foraõ para os campos. [...] Assinar dias criticos para a repetiçaõ dos terremotos he o mesmo que caminhar hum discurso sem luz, navegar sem leme, e querer acertar o alvo sem pontaria” (pp. 9-12).

⁹⁵ Cf. *Correspondência do Núncio*, pp. 91-92.

⁹⁶ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, p. 777.

à boataria, como o momento e a mentalidade supersticiosa propiciavam, apressando-se a tomar as medidas que pareciam mais ajustadas a evitar o pânico: «Correo a noticia destas profecias pellos ouvidos de todos e atemorizados hião fugindo e despovando a cidade. Para obviar este danno ordenara Sua Majestade que ninguém desamparasse a cidade, mandando guardas a seu tempo se posessem» capazes de deter essa gente. Face a tal mentalidade e à proximidade do primeiro aniversário da catástrofe, era natural que a psicose colectiva da probabilidade de uma repetição do fenómeno estivesse em crescimento⁹⁷. O cronista, apesar de ser um clérigo culto, não se desliga deste pensar do vulgo, pois escreve: «Ainda não he chegado o tempo de se verificarem as profecias, pois ellas prometem esta infelicidade no primeyro dia de Novembro, e quando isto escrevo são dezasseis de Outubro». E o eclesiástico, resignando-se a aceitar o onnipotente desígnio divino, que tanto poderia ser o do perdão como o do castigo, conclui: «Deos Senhor Nosso nos defenda por sua infinita misericórdia, e nos dê graça para nos arrepndemos das culpas, e se fôr servido, que todos perecemos faça-sse a Sua Santíssima vontade mas seja em graça sua».

2. Questionário de Sebastião de Carvalho e Mello e a resposta do Reino no espiritual

Sem deixar em silêncio os efeitos do grande terramoto circunscritos à capital, a relação de um espanhol remetida para Roma pelo Núncio, na correspondência de 29 de Novembro de 1755, mencionava numa breve e esclarecedora anotação: «São inumeráveis as terras, lugares e povoações do reino que nesta ocasião se encontram destruídas e arruinadas». No seu monumental acervo de informações compiladas sobre o destruidor megassismo, em

⁹⁷ *Ibid.*. Para a gravidade do que acontecia, os pregadores chamavam particular atenção, conforme diz, por exemplo, o franciscano missionário, Fr. Francisco António de S. Joseph em *Discurso Moral, sobre os Tremores, que causou o Terremoto na gente de Lisboa* (1756): “Assim como he obrigação dos Prégadores Euangelicos ensinar, e persuadir ao povo o temor de Deos, assim tambem incumbe aos mesmos Euangelicos Pregadores desterrar dos animos o medo panico, e extraordinario: a virtude he o principio de persuadir e não o terror. [...] Depois que succedeo este espantoso phenomeno do terremoto do dia sempre memoravel de todos os Santos no anno passado de 1755, tem inventado a voz do vulgo, e ainda de homens que tem posto a gente ainda seria, em temor desordenado, que nada conduz para o bem espiritual, e emenda das vidas. [...] Supposto isto, quero agora convencer com a razaõ estas chimeras; e ver se podemos conseguir a tranquilidade, e paz, que Deos quer em nós, e que veyo trazer ao Mundo” (pp. 1-3).

estudo destinado a abranger Portugal inteiro, mas deixado por terminar, o tenente-coronel Francisco Luís Pereira de Sousa transcreve o inquérito com treze quesitos que o Marquês de Pombal dirigiu aos párocos, por intermédio das instâncias eclesiásticas ⁹⁸. Ao classificá-lo de «notável», cita, em apoio, o sismólogo chileno F. de Montessus de Ballore, que na *Bibliografia general de temblores* (Santiago do Chile 1915, p. 271) lhe sublinha o «carácter verdederamente científico, bastante extraño para la epoca» ⁹⁹. Algumas dessas respostas chegou-as a encontrar o erudito investigador que, no entanto, lamenta não ter conseguido «as relativas ao Algarve e outros distritos» ¹⁰⁰. Ainda que nem todas, e lamentando-se o facto, a mole substancial das que foram enviadas para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, está no fundo próprio da Torre do Tombo, o que permitiu a Eduardo Costa compilar as que conseguiu descobrir, referentes ao distrito de Aveiro, e em boa hora publicá-las ¹⁰¹.

O oitavo tópico do questionário pombalino visava a área religiosa e assim reza: «Que providencias se derão immediatamente em cada lugar

⁹⁸ Cf. *Correspondência do Núncio*, p. 131.

⁹⁹ Cf. F. L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 6-7. No A.N.T.T., Secção do Arquivo do Ministério do reino, maço 638: “Terramoto de 1755”. Respostas dos parochos de muitas terras do Reino aos interrogatorios que sobre o mesmo lhes foram feitos. 1756”, encontram-se, por ordem alfabética e em macetes, com os respectivos concelhos e freguesias, os seguintes distritos: Açores (1 doc.), Aveiro (69 docs.), Bragança (109 docs.), Coimbra (131 docs.), Évora (11 docs.), Guarda (43 docs.), Leiria (58 docs.), Portalegre (72 docs.), Santarém (32 docs.), Vila Real (27 docs.), Viseu (13 docs.). Deve notar-se que não há coincidência entre a divisão das circunscrições administrativas e eclesiásticas, o que se reflecte no agrupamento dos concelhos. No macete de Coimbra, existe um exemplar impresso na altura assinado pelo bispo D. Miguel da Anunciação, datado de 11 de Fevereiro de 1756 e enviado aos párocos, pedindo-lhes para, conforme vontade régia, responderem distintamente a cada quesito, conferirem “os pontos duvidosos com pessoas inteligentes e peritas” e devolverem-nos “dentro do espaço d’hum mez”. É de excepcional importância este inquérito cuja preciosa colaboração das autoridades eclesiásticas se deve realçar. O Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello, remeteu por carta o referido inquérito aos prelados a seguir nomeados: Arcebispo de Lacedemónia (D. José Dantas Barbosa), vigário geral da arquidiocese de Lisboa e auxiliar do Cardeal-Patriarca (D. José Manuel da Câmara), Arcebispo de Évora, Arcebispo-Bispo de Algarve, Bispos do Porto, Coimbra, Guarda, Lamego, Viseu, Miranda, Leiria, Portalegre, Elvas e Prelado da Jurisdição Eclesiástica de Thomar (Ordem de Cristo/Além-Mar). A trajectória do documento dera-se assim: Secretário de Estado, Dioceses, Párocos. Ver: *Sismicidade de Portugal*, vol. I, pp. 41-46, com reprodução (p. 42) do mencionado impresso do Bispo de Coimbra; Eduardo Costa, *loc. cit.*, pp. 45-48.

¹⁰⁰ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, I, p. 7.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 6.

pello acclesiastico, pellos Ministros?»¹⁰². Ao percorrer-se alguns dos depoimentos datados de 1756 e reproduzidos por Pereira de Sousa, verifica-se que, se a norte e sul do Tejo não se registaram vítimas ou só em insignificante número, há, em várias localidades da província, registos de pormenores idênticos aos descritos acerca de Lisboa, bem como reacções de mentalidade e manifestações afins de fé religiosa, individuais e públicas. De um respigo apenas exemplificativo, mencione-se um que outro testemunho: o prior de Alvalos, concelho do Porto de Mós, refere que algumas pessoas «ficaram com o susto tam infermas que foi preciso sacramentallos», pois «cada hum se julgava ante a morte, e ao pé da eternidade»¹⁰³; o pároco de Mira que, «com mais confesores estava no confessional», foi para a cadeira paroquial a fazer a sua doutrina, de acordo com a circunstância¹⁰⁴. Na vila de Cascais, «os habitantes, cheios do maior terror fizeram voto a Nossa Senhora dos Innocentes, para que os livrasse d'aquelle maior perigo, e não tendo o mar chegado a entrar na ermida da dita invocação, parando próximo della o que se atribuiu a milagre, ainda alli se cumpre o voto, fazendo-se annualmente uma festa de missa e sermão»¹⁰⁵; o prior de Benavente informa que acorreu «logo grande numero de pessoas desta terra ao templo da Misericordia implorando a protecção da Sr^a da Piedade, aonde com a repetição de dois tremores posteriores ao primeiro cresceu susto e pedindo todos a absolvição»¹⁰⁶; o vigário da freguesia de Madalena ou Cem Soldos declara que, não havendo na povoação militares nem ministros, todos recorreram a «Deos com preces publicadas de dia e de noite que ainda hoje se continuam» para que por sua bondade Deus lhes acudir¹⁰⁷; em S. Tiago de Marvão, tendo ficado a igreja ilesa, o vigário da vara, o pároco, o coadjutor e o mais povo que se achava no templo entoaram o hino do *Te Deum* em acção de graças ao Santíssimo Sacramento por verem que havia cessado o terramoto¹⁰⁸; o vigário da Matriz de Alpalhão, concelho de Niza, responde que, havendo «hum grande motim naquelles moradores» que ocorreram à Igreja, «o Paroco que nella estava a huns disuadio a entrar, a outros persuadio a sahir antes que ficassem mortos, e a

¹⁰² Cf. Eduardo Costa, “O Terramoto de 1755 no Distrito de Aveiro”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol 22 (1956), n.ºs 85, 86, 87.

¹⁰³ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, I, p. 6.

¹⁰⁴ *Ibid.*, IV, p. 1001.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 1002.

¹⁰⁶ *Ibid.*, II, p. 288.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 329.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 377.

todos a actos de contrição»¹⁰⁹. Na sua extensa resposta, o cura de Cunhados, concelho de Torres Vedras, António Duarte, pormenoriza: «Nesta freguesia [de 303 pessoas maiores do sexo masculino e 272 do feminino] não ha militares, nem ministros: ha sim eclesiasticos e a Providencia que se deu por eles e demais freguezes seculares, seguindo o seu exemplo, foi logo, recorrem a Deus com preces continuas, de manhã, de tarde e de noite; logo no acto do terramoto se recorreu aqui ao Santissimo Sacramento e depois a Maria Santissima e socegado que foi se disse o *Te-Deum Laudamus* em acção de graças; de tarde resando-se os Salmos Penitenciais, saímos desta igreja com a Ladainha de todos os Santos pelas ruas do logar e concluindo-se as mesmas com as preces do Ritual para semelhante necessidade e finalizando-se sempre com o *Te-Deum Laudamus*». Como os tremores de terra continuavam assaz frequentes, manteve-se na paróquia este ritmo de preces públicas sem intermitência, assim relatadas: «No dia seguinte pela manhã, ditos os salmos penitenciais se expoz o Santissimo na boca do Sacrario, porque ainda que não tínhamos ordem expressa do Ex.mo Snr. Cardial Patriarca, sem a qual se não pode fazer, como a necessidade era extrema, julgamos, por epiqueia, ser essa a vontade do dito Senhor e haver comodidade segundo a pobreza desta freguezia como se fez com a decência devida a tão alto Senhor; pois nunca se expoz com menos de dezasseis lumes. Declaro que a dita exposição foi: abrir a porta do Sacrario e puxar a Pixide para a boca do mesmo fazendo-se-lhes as preces que manda o Ritual para semelhante necessidade e finalizando sempre com o Tedeum. A qual função como a da sobredita tarde se continuou sem falencia alguma e com muito concurso de povo em todas as tardes e manhãs até ao dia primeiro de Dezembro. Nas tardes antes da função referida se fazia o terço de Nossa Senhora na Igreja para pessoas de um e outro sexo e de noite, das oito para as nove horas, só para homens, saindo este terço quando o tempo não impedia, da Igreja pelas ruas do mesmo logar e a outras partes mais distantes, e recolhendo-se á mesma Igreja, as quais duas funções ainda ao presente se continuam e alem destas se fizeram outras procissões de preces entre as quais se fez uma com muito concurso de povo á Ermida de Nossa Senhora da Piedade, que dista um bom quarto de légua desta Igreja, saindo daqui pelas nove horas da manhã e dizendo-se o sermão acomodado áquela função. Se tornou a recolher a esta Igreja pelas duas horas da tarde e se fez no dia 27 de Dezembro por ser o dia em que a Igreja celebra a festa do Evangelista S. João em cuja pessoa fomos

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 385.

dispostos debaixo do patrocínio da Mãe de Deus e já no dia 13, sábado, do dito mez se tinha feito um terço de noite á dita Ermida. Os terremotos ou tremores que [se] teem repetido depois do primeiro de Novembro teem sido inumeraveis, havendo pessoas que quasi todos os dias teem sentido; porém, só farei menção dos maiores e que universalmente foram percebidos por todos os moradores desta freguesia e os pozeram em temor e fugida» ¹¹⁰.

Levando a festividade de Todos os Santos muito fiéis ao sacramento da penitência, encontravam-se a ministrá-lo no confessionário, por vezes, vários sacerdotes. Em Lisboa, não poucos ficaram soterrados no desabamento dos templos, enquanto pela província alguns atribuíram o ter saído ilesos, ao ruírem as paredes, à protecção de imagens de santos de suas particulares devoções. Atente-se, e apenas do Alentejo ao Algarve, a estes casos então sucedidos: em Monsaraz, se não houve maiores perigos, isso se ficou a dever a Nossa Senhora do Carmo, a quem «todos com vozes e lágrimas invocaram» ¹¹¹; na vila de Lavre, concelho de Montemor-o-Novo, o prior, que se encontrava no confessionário, nada sofreu por milagre de Nossa Senhora da Assunção de cuja imagem era devoto ¹¹²; na freguesia de S. Salvador de Beja, não se sentiram mais estragos e mortos mercê do culto a Nossa Senhora do Rosário e ao Santíssimo Sacramento ¹¹³; em S. Braz de Alportel, a ruína da Matriz seria maior se não fosse a protecção da imagem do Senhor dos Passos, cada ano venerada com festa, sermão e procissão ¹¹⁴; na igreja de Boliqueime, salvou a vida o P. António Álvares Coelho, de 86 anos, que, no dia, mal principiara a rezar missa no altar de Nossa Senhora do Rosário, de que era capelão ¹¹⁵; na Matriz de S. Bartolomeu de Messines não se verificou maior ruína pelo patrocínio da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Graça, «formosa e peregrina» ¹¹⁶. Os exemplos poder-se-iam multiplicar. Mas, se ao tempo da investigação de Pereira de Sousa ainda não tinha sido detectada a esmagadora maioria de respostas ao questionário pombalino relativamente ao Algarve, há um documento que permite, de certo modo, cobrir a lacuna. Trata-se da relação do bispo da diocese, D. Lourenço de Santa Maria, enviada na correspondência do Núncio Apostólico

¹¹⁰ *Ibid.*, III, p. 835.

¹¹¹ *Ibid.*, II, p. 208.

¹¹² *Ibid.*, p. 193.

¹¹³ *Ibid.*, p. 142.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 34.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 52.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 64.

em Lisboa para a cúria pontifícia ¹¹⁷. A descrição do calamitoso estado em que o terramoto deixou a região algarvia acompanha as medidas reveladoras de grande dedicação pastoral tomadas pelo zeloso prelado, a fim de acudir à situação criada. Datado de Faro, a 30 de Abril de 1756, o documento refere-se em particular a quatro cidades, entre as quais Faro e Lagos, acompanhadas por dez vilas, como Famalicão e Albufeira. Grande número das povoações e paróquias, implantadas na linha situada no «promontório sacro de S. Vicente» e ao longo da orla marítima, logo que se deu o tremor de terra, viram o mar arrastar consigo terras, animais e homens, «enchendo de sal, areia e peixes sem conta, vilas, jardins e quintais» ¹¹⁸. O quadro do mortífero desastre assaz se assemelhou, segundo o Bispo, ao sucedido na capital: «Nas igrejas verificou-se a maior perda de homens e mulheres por causa do terramoto, porque o dia festivo atraía uns para satisfazerem ao preceito de ouvir Missa, outros para receberem os sacramentos da Penitência e da Eucaristia; mas das ruínas foram tirados ainda muitos corpos semi-vivos, outros menos feridos e outros incólumes; e houve aqueles que, depois de muito tempo, foram tirados vivos, preservados por especial Providência, assim como todos nós que neste caso salvamos a vida» ¹¹⁹. As providências atinentes à vida religiosa, como seria de esperar, não deferiram, no comum, das tomadas na corte: faculdade concedida a todos os sacerdotes do clero secular e religioso «para ouvirem os inúmeros (fiéis) que em toda a parte procuram o sacramento da Penitência»; ordens para que se fizessem «muitas procissões propiciatórias em honra de Deus, ofendido por causa dos nossos pecados e que (embora aquém do que era justo) nos pune, exornadas com sinais de penitência e com sermões doutrinais; exortação veemente, a fim de se «implorar a protecção e o auxílio da Mãe da Misericórdia»; aconselhamento, «para não aumentar os preceitos, à observância do jejum nos sábados até à Quaresma» e à prática «de outras devoções fora desse tempo»; «autorização de erigir altares, com a decência possível, para a celebração dos mistérios divinos, por causa da destruição dos templos». Sendo também governador do reino do Algarve tomou o prelado, na emergência, iniciativas de vulto no campo assistencial, na actividade pesqueira e na reconstrução dos edifícios destruídos e gravemente danificados, incluindo igrejas e conventos ¹²⁰. A celebração da Semana Santa

¹¹⁷ Cf. *Correspondência do Núncio*, p. 144-150.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 145.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 145-146.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 147-150.

e da Solenidade do Corpo de Deus, no tempo litúrgico do ano de 1756, foi um contributo importante para recuperação psicológica do abatimento do estado de espírito da população.

Ao subir para norte e a partir do *Gabinete Histórico*, redigido por Fr. Cláudio da Conceição, toma-se conhecimento, por exemplo, de como se houveram perante as repercussões sofridas nas zonas de sua implantação o real convento de Mafra e a magnífica abadia alcobacense. Se os estragos no primeiro não foram de vulto, a imponente fábrica do segundo «padeceu alguma ruína em parte dos seus soberbos edifícios»¹²¹. Os frades da província franciscana da Arrábida que viviam em Mafra, ainda no mesmo dia do terramoto, expuseram o Santíssimo Sacramento, dirigindo-lhe contínuas preces; «de tarde fizeram uma penitente procissão, em que toda a comunidade e muitos seculares foram descalços com sinais de penitentes; ao recolher pregou com grande espírito o padre mestre Fr. António de Santa Ana, que depois foi confessor do senhor rei D. José, recolhida a comunidade aos dormitórios tomou três disciplinas muito rigorosas e dilatadas»¹²². No mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, fundado por D. Afonso Henriques e cabeça da ordem cisterciense, os piedosos actos não foram diferentes: «A sua comunidade fez logo uma procissão de preces, indo todos os monges descalços, acompanhados dos religiosos arrábidos do Convento da Madalena, da Ordem Terceira, e de muito povo; e recolhidos aos seu majestoso templo, pregou de missão o padre mestre Frei Bernardino de São Bernardo, com grande fruto de seus penitentes ouvintes»¹²³. Na notícia publicada nove meses depois, a 5 de Agosto, na *Gazeta de Lisboa*, há a seguinte informação: No dia 5 de Novembro de 1755, esses monges alcobacenses acompanhados de muito povo foram em forma de procissão ao sítio de Chaqueda onde nascia a água que alimentava o mosteiro e a terra, «pedindo todos com muita aflição misericórdia ao Ceo, e ali fez uma bela pratica o R. P. Fr. Luiz de S. Bento, Dom Abade que entam era do Collegio da Conceição desta Villa sobre o Psalmo 112 In exitu Israel de Aegypto, e todos tiveram a consolação de ver a fonte restituída ao seu curso natural prodigalizando como d'antes a sua copiosa corrente»¹²⁴. Dado o tempo ser propício à emotiva pregação missionária destinada a levar as massas populares à reforma moral e a públicas penitências, refere

¹²¹ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 79.

¹²² *Ibid.*, p. 77.

¹²³ *Ibid.*, p. 79.

¹²⁴ Cf. F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, IV, p. 955.

Fr. Cláudio da Conceição que nos meses imediatos ao tremor de terra «saíram vários padres a fazer missões pelas vilas dos seus coutos»¹²⁵; e eram mui extensas as áreas das propriedades e jurisdições daquela comunidade monástica. Mas o noticioso do *Gabinete Histórico* é ainda mais largo: «Restituída a água ao convento, foram os monges dele no dia 29 de Dezembro em procissão, com grande multidão de povo da vila e lugares vizinhos, render graças à Majestade Divina e sua Mão Santíssima, no seu célebre santuário da Nazaré, onde pregou com fervor o padre frei Luís de São Bento. Todos jejuaram a pão e água, e fizeram distribuir pão a mais de três mil pessoas, que os acompanhavam»¹²⁶. Foi também impulsionado por esta comum motivação que «frei Manuel Barbosa, prior do mesmo real convento, fez voto de fazer três festividades em acção de graças, por haver Deus livrado das ruínas o seu magnífico templo, toda a comunidade e os seus domésticos, o que se executou com toda a solenidade nos dias 2, 4 e 11 de Julho, festejando no primeiro o Santíssimo Sacramento, no segundo Nossa Senhora da Piedade e no terceiro São Bernardo»¹²⁷. A universitária Coimbra, no centro das Beiras, em que o terramoto fez desencadear espontâneos toques dos sinos e o embrabecer do Mondego, ver-se-ia, por sua vez, levada a acompanhar esta comoção que fez estremecer o país. Continue-se a dar presença ao relato de Fr. Cláudio da Conceição: «Na tarde do mesmo dia saíram em procissão os religiosos de São Francisco da província de Portugal, com os colegiais de São Paulo: o bispo conde com os seus cónegos, o reformador da Universidade com os seus lentes e doutores, e todas as ordens religiosas fizeram repetidas procissões em que foram vistos todos descalços e penitentes, edificando a todos a exemplar virtude daqueles grandes prelados»¹²⁸. Os cónegos regrantes de Santa Cruz, no interior do seu mosteiro, fizeram a mesma demonstração, descalços pelos claustros, em todas as noites de uma novena, que dedicaram aos santos mártires de Marrocos, «tendo sempre o Santíssimo exposto». E, como não faltavam no burgo conimbricense paróquias e comunidades de académicos desde a do jesuítico Colégio das Artes à de São Pedro, de clérigos seculares, óbvio seria que idênticos actos de piedade se praticassem «em outras igrejas; e com sermões ascéticos, que se pregaram por toda a cidade, houveram muitas reformas de vidas, exercitando-se muitas virtudes, principalmente a da caridade»¹²⁹.

¹²⁵ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 79-80.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 79.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 80.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 82.

¹²⁹ *Ibid.*

Na Beira Litoral a região de Aveiro foi sacudida pelo sismo de 1755 por um abalo maior do que as províncias nortenhas do Minho e Trás-os-Montes as quais, se vamos por Fr. Cláudio da Conceição, «não padeceram mais efeitos do terramoto que horror»¹³⁰. Na cidade de Braga, foram os tremores de terra de 1755 igualmente sentidos. E, se o pânico gerado, em virtude da menor intensidade do sismo, não tomou proporções de grande alarme, as reações dos habitantes foram, no religioso, idênticas às do restante país. O memorialista local, Manuel José da Silva Thadim, trinta anos após o acontecido, anotou a propósito do que se havia passado a 13 de Novembro: «pelas duas horas da noite houveram dous terremotos, que fizeram fugir a gente das cazas gritando pelas Ruas ao Ceo Mizericordia, e fizeram acordar aos dormentes, e sahindo fora das suas cazas espavoridos procuravam os campos, Rezando em voz alta varias devoçoens deixando as cazas Huns visitavam a Via Sacra, outros os Santos Passos, e muitos se juntaram no terreno do Colegiada rezando a Senhora da Torre: aqui nam se ouvia se nam choros soluços, e bater nos peitos e esbofetear as faces, e o mesmo acontecia nas mais partes da Cidade. O horror, e Confuzam das desanortadas vozes faziam arripiar as carnes, e correr as lagrimas em fio pellos olhos de todas as pessoas. Muitos arrependidos, e constrictos se Confessavam pelas Ruas, e nos seguintes dias se fizeram confissoens geraes, reconciliados os odios, perdoadas as injurias, congregados e compostas as demandas. Os congregadores [congregados?] de S. Filipe Neri desde a tarde do dia 13 athe o fim do mez fazem Practicas em as quaes instruem os ouvintes a fazerem confissoens bem feitas, e fazerem Penitencia, e a pedir Mizericordia a Deos». De novo aconteceu, a 11 de Dezembro, quando «pelas trez horas da manhã tremeo a terra os Irmãos da veneravel Ordem Terceira tem sahido varias noites a visitar a Via Sacra, e na noite de 12 fizeram procissam com seos andores em que tambem hiam Religiosos Capuchos ...», descrevendo o cronista as cerimónias¹³¹. Ao longo dos anos imediatos à catástrofe, vários tremores de terra se registaram de forma a provocar compreensível alarmismo nas populações, como fora o caso do sucedido em 1761, no burgo bracarense, a que o mesmo Manuel Thadim dá relevo às «rogativas ao Ceo» então feitas, mencionando «Terços, Via sacras, e passos», como houve a 9 de Abril em que «se fez hua Procissam de noite de Penitencia que sahio do Collegio da Companhia com os andores de S. Francisco de Borja, N. S. da Torre, e o Senhor Crucificado, Santo Lenho

¹³⁰ *Ibid.*

¹³¹ Cf. Manuel Joze da Silva Thadim, «Colleçam de factos mais memoraveis», 1786, Ms. Fls. 381-382, in *Sismicidade em Portugal*, II, pp. 288-289.

debaixo do palio, e hiam Pregadores bradando. Aos 10 se fez outra procissam, que sahio dos Terceiros com os Irmãos desta Ordem com os andores de N. S. da Conceiçam, e S. Francisco recebendo ao Chagas, e nella nam foram Pregadores. Em o dia honze os devotos da Cruz da Via Sacra de S. Vicente fizeram hua procissam com os andores da Imagem do Salvador do Mundo, N. S. da Luz, e o Senhor Crucificado. Os Religiozos do Populo fizeram na noite do dia 12 sua Procissam com os andores de S. Rita, N. S. da Graça, e o Senhor Crucificado da Igreja, e chegando ao Patio de S. Cruz houve Sermam, e os Padres hiam pregando pelas ruas. Ultimamente os Congregados fizeram sua procissam de Penitencia com os andores de seo Patriarca S. Filipe Neri, e o corpo de S. Pio, e N. S. das Dores»¹³².

De análoga forma se comportou, na altura, a gente da cidade do Porto, como se lê nas «lembranças de um P. Lóio» que fora testemunha presencial do acontecido. «Em o dia 31 de Mço de 1761 q hera 4^o minguante de lua, no dia 29 p^a os 30 – e no dia 31 se celebrava a festa de S. Joze, e em S. B.to dos frades o S. B.to a tempo q o pregador estava pregando no 1^o discurso, se levantou hum terremoto, e grande tremor de terra, q fugindo a gente da igreja, e Abb.^c e a missa de Pontifical p.^a tras do retabolo; estavão alguns p.es deste Conv.to q forão assistir a festa, e sahindo p.^a o Claustro virão cair das torres algua piramida e [palavras riscadas] bola dellas [palavras riscadas], e todo o Conv.to tremendo – e este nosso de S.to Eloy, cazas, e edificios balanciando, fomos com sobrepelizes p.^a a igreja, e exposto o S.r na porta do Sacrario, rezamos a ladainha, e preces; junto o povo acodio a rogar a Ds q aplacase, este castigo, q logo se serenou (...) Depois a noite, e depois da meya noite dicerão algumas pessoas q ouvirão e sentirão tremores da terra couza de passagem porem nada ouvi, nem senti; no[s] fomos continuando com as preses depois da noa, e disciplina a noite depois da Seya ...»¹³³.

No que ao mesmo ano respeita, Coimbra se houve de idêntico modo, conforme regista uma «Rellaçam» que, dando relevo ao tremor de terra de 1755, refere o que «se obrou» na cidade, a fim de Deus fazer cessar tão grandes tormentos, de novo reaparecidos, pois em 1761 «em 3^a pra 31 de Março pellas onze horas e meia da manhã houve hum formidavel terremoto com dobrada extensão do que fica referido – do colegio dos padres da companhia sahio nesa tarde huma notavel procissam trazendo S. Francisco de Borja e atras della o Bispo P. Miguel descalço – os 3^{os} fizeram

¹³² *Ibid.*, pp. 309-310.

¹³³ Cf. Eugénio de Andrade da Cunha e Freitas, “As lembranças de um Pe Loio”, Porto, 1944, in *Sismicidade em Portugal*, II, p. 307.

outra em 5^a feira 2 de Abril muito com varias charolas com suas santas reliquias – o cabido no dia de 6^a feira 3 de Abril fez outra hindo a Santa Clara com varios andores e muito povo – no dia 5 – outra que sahio dos Padres Borros (?) [Bernardos?] à Sr^a da Esperança – no dia 12 de Abril se fez outra de Sancta Cruz para S. Francisco da ponte (...) charola dos martires de Marrocos pegaram capuchos e de S. Francisco – em St^o Theotonio 4 cavalheiros de Coimbra – em S. Francisco de Borja clerigos – N^a Sr^a da Conceçam – capuchos – no S.^{or} dos Passos – frades da graça – e veio outra vez para S^{ta} Cruz em 4^a feira 3 de Junho sahio do seminario huma procisam a S^{to} Antonio dos olivaeos porque nesse dia houvera does tremores de terra grandes e tornou para o Seminario»¹³⁴. Esse horror a que aludia Fr. Cláudio, desprendia-se das notícias propaladas em crescendo do sul até ao extremo da linha de fronteira luso-galaica. O investigador local Eduardo Costa, constatando que o tenente-coronel Pereira de Sousa não chegara a publicar as respostas do inquérito pombalino relativas à circunscção administrativa aveirense, meteu ombros à tarefa, a pretexto do segundo centenário do trágico evento. Vai, contudo, afirmando que «as narrativas do sucesso nas terras componentes do distrito de Aveiro não são de molde a causar inquietação, alvoroço ou sequer alarme emocional» que afectasse os seus habitantes¹³⁵. Mas, se a unanimidade dos párocos fica por generalizadas reacções de *medo*, *temor*, *susto* e *pasm*o, os actos de religiosidade despertados e vividos pelas populações, sendo de idêntica natureza aos por todo o lado registados, nem por isso deixam de concitar interesse¹³⁶. O sentir colectivo que exprime rigorosamente a mentalidade do tempo, na simbiose crença e prática ritualista cristã, tem sua expressão fiel, de retórica seiva barroca, no voto do religioso Fr. António da Cruz, vigário que curava a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, uma das quatro paróquias em que se dividia, na altura, a Vila de Aveiro: «Sempre nas histórias de Portugal será memorável o dia primeiro de Novembro de “1755” poiz que na Fatalidade dos sucessos deixou recomendada lembrança para que na perpétua tradição dos Tempos se não esqueça, nem nos verdadeiros carathesres da tinta se apague»¹³⁷. A ronda feita pelos depoimentos compilados e

¹³⁴ Cf. *Biblioteca Nacional*, Cod. 906, “Rellaçam do terremoto que aconteceo neste Reino em o 1^o de 9 bro de 1755 e do que obrou a este respeito nesta cidade de Coimbra” fl. 1138, v^o., in *ibid.*, p. 306.

¹³⁵ Cf. Eduardo Costa, *loc. cit.*, n^o 85, p. 45.

¹³⁶ *Ibid.*.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 125.

transcritos por Eduardo Costa justifica o recorte das mais significativas respostas ao quesito oitavo do inquérito pombalino. A fixação irá centrar-se nos registos de espiritualidade e actos de piedade popular que espelham com eloquência as formas de devoção em voga, Evidenciar-se-á também a pregação assinalada sempre que alavanca aglutinadora de uma fé compreensivelmente emotiva em consonância com os sentimentos experimentados pelos ouvintes.

Assim, o pároco de Ferlemã informa que, ao sentir-se o terramoto, logo se entoaram a ladainha de Nossa Senhora e cânticos marianos, invocando-a por intercessora da aflição em que todos se viram, fazendo-lhe a promessa de rezar o terço todos os dias, voto cumprido durante largo tempo, e que ainda se mantinha, nos domingos e dias santos, uma procissão com a sua imagem pelas ruas da freguesia, atribuindo-se a milagre da Senhora do Terço o não se experimentarem mais tremores ¹³⁸. Em Casal de Santa Comba seguiram-se as instruções para se fazerem penitências, como ordenava aos párocos da diocese o Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação (1739-1779), que Pombal havia de manter encarcerado desde 1768 a 1777, sem culpa formada. Por aquela altura encontrava-se o prelado em visita pastoral ao arceidiagado do Vouga, tendo feito a convocação de todas as freguesias vizinhas desta para o lugar da Mealhada, em que ele próprio se incorporou, «descalço e com huma corda ao pescosso», nessa procissão, exortando à detestação dos vícios, frequência dos sacramentos, exercícios da virtude e edificação ¹³⁹. Este exemplo teria levado os paroquianos de Santa Comba a organizarem um outro cortejo penitencial que, saindo da Matriz, foi à Capela de Nossa Senhora da Encarnação, não tendo o pároco podido evitar certos excessos de penitentes que formavam o cortejo em que «huns se assoutavam, outros hiam crucificados em madeiras, e outros em toda a procissam foram, e vieram dijuelhos, deixando, huns, e outros, regada a terra com o sangue, que derramavam» ¹⁴⁰. O prior de Ventosa do Bairro dá conta de como corresponderam os fregueses aos incitamentos que lhes eram feitos e multiplicaram em «varias deprecações, penitencias, confissões, reconciliações, restituções, jejuns, duas procições de penitencias, descalços todos, assim Ecliziasticos, como seculares, cantando o terço a sacratissima Virgem Maria Nossa Senhora, meditado pelos Misterios dolorosos, com Missão no fim de cada huã dellas» ¹⁴¹. Na

¹³⁸ *Ibid.*, p. 171.

¹³⁹ *Ibid.*, n.º 86, p. 175.

¹⁴⁰ *Ibid.*

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 179.

freguesia de Pinheiro de Bemposta, de um milhar de habitantes em população adulta, aconteceu, segundo testemunha o pároco, que, no preciso momento do terramoto, se encontrava a principiar a missa o zeloso Bispo-Conde de Coimbra, adentro da visita pastoral acima mencionada, o qual logo mandou «abrir o sacrario, e persuadindo a todos os assistentes à contrição dos seus desvarios, e peccados se prostrou nos degraus do Altar enquanto durou o tremor e findo elle disse missa, e no fim della pregou Sua Excelencia huã larga hora, sendo todo o seu assumpto a detestação dos vicios, os exercçios das virtudes com que deviamos aplacar a indignação de Deus; e na tarde do mesmo dia em acção de graças sahio este Santo Perlado com o mais povo da Igreja e fomos todos ao calvario entoando o terço à virgem Santissima Senhora Nossa, e em muitas noytes sucessivas se ordenavão ladainhas e pias deprecações em agradecimento de Deus nosso Senhor nos livrar de perecermos debaixo das ruínas da Igreja, cujas paredes, sinos, e Imagens abanavão e tremião, vendo cada hũ de nos sobre nos a morte», tendo todos observado, a 9 de Dezembro, o jejum a pão e água ordenado em carta-circular ao bispado ¹⁴². O cura da freguesia de Rocas, pertencente então à diocese de Viseu, informa que estava a celebrar a missa conventual aquando do tremor mais forte, a ponto de cair da imagem de S. João que estava na tribuna do altar-mór o resplendor de prata e as velas dos altares, o que pôs toda a gente em fuga. Só o celebrante «ficou apegado ao santissimo por ter ja consagrado e chamando por Maria Santissima milagrosamente escapou de morrer de pasmo» ¹⁴³. Em Covão do Lobo, concelho de Vagos, o cura ao ver que, por mercê de Deus, nenhuma casa ruiu nem pessoa alguma morrera, abriu o Sacrário e cantou a ladaíña e o *Te Deum Laudamus*, organizando no mesmo dia uma procissão de penitência, com todo o povo presente, e mais doze vezes a repetiu, «pregando de Missão conforme o pedia a occasiam, e tempo». E mais acrescenta: «o Muito Reverendo Doutor Provizor [da diocese] me mandou hordem para que fizesse Preces nove dias com o sacrario aberto, e que dissesse na missa a orassão tempore terremotus depois das mais orassoens do tempo o que satisfis, e no Fim conclui as Preces com huma devotissima Procissão que sahio da capella do santissimo sacramento, e se foi recolher a igreja velha que he distancia grande, a que concorreo infinito Povo não só desta Freguesia se não tambem de fora della. Preguei dous sermoens de Missão hum ao sahir, outro ao recolher; e em a mesma Procissão fis duas

¹⁴² *Ibid.*, p. 185.

¹⁴³ *Ibid.*, pp. 194-195.

Praticas»¹⁴⁴. Era pároco de Vagos – que contava pelo rol dos confessados 922 homens de comunhão, 997 mulheres, 126 meninos e 136 meninas – o religioso Fr. Eusébio de Santa Clara que, pela sua resposta, se vê ser pregador e assim a pormenoriza: «foy logo no dia do terremoto juntamente com todo o povo mayor, e menor, que todo se ajuntou na igreja [para] fazer uma procissão de preces a Nossa Senhora da Conceição fora desta vila como Protectora della, com quem todo o povo tanto desta Freguesia como de fora tem especial devoção, e no fim da procissão houve sermão de Missão, e Te Deum laudamus e depois se continuarão preces com muita devoção, jejuns, e deceptinas por nove dias a que acudia todo o clero de hum, e outro sexo [freiras?], e no fim dellas se fés procissão de penitencia por toda a villa com as Imagens de Nossa Senhora do Rosario, e do Senhor dos Passos milagrozissimas, e muito veneradas de todo o povo desta vila e freguesia, e inda dos mais vizinhos, cuja procissão foy penitente, e no fim della houve sermão de missão, e em todo o tempo que durarão as preces acudio a confissão muito povo; continuarão mais procissoes com muita devoção e ternura, e sempre no fim com sermão de missão; como também continua, e tem continuado os terços, e oração mental todos os dias com muita assistência do povo, que parece dão graças a Deos pello beneficio, que lhes fes de os deixar sãos e salvos de tão grande tribullação»¹⁴⁵.

Este cenário penitencial, em que a devoção mariana é a pedra de toque, repetia-se pela região aglutinado pelas pregações, a maioria da iniciativa dos próprios párocos e dentro do modelo oratório atemorizador do sermão das missões populares, conducentes à contrição e emenda de vida. Na freguesia de Agadão, concelho de Águeda – com 194 homens e 209 mulheres de obrigatoriedade da confissão de desobriga, que continuava a sofrer como as vizinhas da carestia de alimentos, mas não por causa do terremoto –, eclesiásticos e mais paroquianos fizeram um dia de jejum a pão e água e quase todos se confessaram. Promoveram, ainda, uma festa a Nossa Senhora com missa cantada e sermão de penitência, havendo no fim procissão, a condizer, «em que hia arvorada humma imagem de Christo crucificado, que levou hu sacerdote descalço, alem da crux proçessional, e hiam muitos homens descalços, outros com cruces as costas». Ao iniciar o regresso, «houve outro sermam de penitência, e outro dipois de recolhida a procissam Igreja»¹⁴⁶.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 195.

¹⁴⁵ *Ibid.*, pp. 195-196.

¹⁴⁶ *Ibid.*, n.º 85, pp. 148-149.

Por Aguada de Baixa, o cura, que confirmava não ter havido «destruíam alguma» para além de «o tilhado da Igreja aberto ao comprido», só registou haver «a ruína de alguns corações pois tem procurado os sacramentos não o tendo de costume»¹⁴⁷. Na freguesia de Barrô, concorrera «à Igreja o povo a pedir Misericórdia ao Senhor» e fizera «procissoens com penitencias e com sermoens de Missão do mesmo fim», relata o pároco que acrescentava ser este «o único meio para aplacar a indignação Divina»¹⁴⁸. Por sua vez, o prior de Castanheira do Vouga aponta que na freguesia «se yeyuou hum dia a pão e agoa e se fez o procissão de preçes e confissoiz todo o dia e outros mais»¹⁴⁹. O vigário de Espinhel, que então contava 1583 pessoas de idade de sacramento, 583 homens e 540 mulheres, testemunha: «Eu achavame a esse tempo na Jgreja confessando com outros saçerdotes, e muita parte do povo para se confessar, por ser dia de jubileo, pusme fora do confissionario, com animo de me por fora também da Jgreja mas pareçendo me aççam escandalozza fugir da caza de Deus no tempo da tribulaçam, ajuilhei fora do confissionario, e comesei em alta vós, o acto de contriçam, neste tempo reparei que os mais confessores saindo dos confissionarios, se incaminhavam para fora da Jgreja fis por me adiantar a elles, e indo junto da porta prinçipal, apertoume tanto o escrupulo do escandalo que cauzava que me obrigou a voltar cara ao Altarmor e ajuilhar outra vez dentro da Jgreja obrigando assim aos mais que me seguiam a fazer o mesmo, e comessamos todos a cantar, no modo possivel a ladainha de Nossa Senhora e observouse que sendo grandes os balanços da Jgreja nem por dentro, nem por fora, abrio fenda alguma. E termina com recordar a reserva do acompanhamento da procissão apenas a pessoas do sexo masculino, pois canonicamente, por causa da moralidade pública, se proibia à noite a participação das mulheres: «Continuaramse muitas proçissois de penitência, e mais de dous mezes todas as segundas feiras quartas, e sextas a noite diçiplina na Jgreja concurrendo bastantes homens a este acto»¹⁵⁰. O pároco de Lamas do Vouga dá recorte ao que determinara o prelado para se cumprir na diocese: o Bispo-Conde «ordenou se fizessem deprecaçoens, e procissoens de penitencia, e querendo sublinhar esta, com seu exemplo, foi descalso em não poucas procissoens. E sendo notoriamente esmoler, se excedeu a si mesmo, fazendo extraordinarias esmolaz, e ordenou se jejuasse

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 50.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 53.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 55.

¹⁵⁰ *Ibid.*, pp. 56-57.

a pam, e agua no dia nove de Dezembro, por se esperar hum Terremoto no dia dés, o qual veyo a onze pellas quatro horas da manhã. A cidade de Coimbra se distinguiu com singularidade na sua piedade, e rogativas a Deos. Em todas as Parochias extra civitatem se fizeram preces e prociçoens de penitencia, valendosse os Parochos dos effeitos do Terremoto, especialmente dos que padeceu Lixboa, para missionarem os povos, e os moverem a penitencia, e a reforma das vidas»¹⁵¹. Em S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, com 549 pessoas varões e 590 mulheres, o capelão, que se encontrava em casa a escrever “no bofete”, de imediato se juntou ao cura que na igreja confessava. Reuniram-se no adro da igreja, a tremer fortemente, e acompanhados de «toda a gente», rogaram a Deus misericórdia, «fazendo actos de contrição». Acabado o tremor de terra, assim descreve o que fez: «mandej tanger o sino, e me recolhi com mais o povo para a igreja, e logo cuidej em persuadir aos meus fregueses se despuzecem, para se confeçarem, e comungarem para aplacarem a ira de Deus Nosso Senhor, elegendo por mejo de nove dias fasendo deprecaçois a Nosso Senhor Jezu Christo, e a sua May santissima, e no fim deles sahirmos em porção a capella de Nossa Senhora da Pas do Beco, antes de sahir a porção haver sermão, e na ditta capella cantar a Missa e haver outro sermão, o que fise-mos em companhia dos Relegiosos do convento de S. Antonio de Serem, os quais sahiram também com a sua proção com Nossa Senhora das dores e nos incorporamos todos porçionalmente the a ditta capella da Senhora da Pas, e cantaram os relegiosos a Missa, e no fim della o outro sermão todos com muitas lagrimas fasendo a penitencia que cada hum pode, conforme as forças de seu esperito»¹⁵². Na freguesia de Ois da Ribeira, pequeníssima vila de 125 homens e rapazes de comunhão e 146 mulheres, soou o fenómeno como “despertador” para todos se chegarem a «Deus porque ouve muytas confissoens e varias penitencias que se fizerão indo a Santo Antonio de noite em três dias susessivos que todo o clero e mais povo descalsos forão em prosisão cantando a ladaynha e chorando muytos amargamente [...]»¹⁵³. Quanto à paróquia de S. Miguel de Recardães, de 408 pessoas, o cura conta assim o que promoveu no religioso: ao sentir o confessionário «dar saltos, e as madeiras da Igreja a estalarem muito receando, que cahisse o tecto sahi para fora, ajoelhei no adro resando o Miserere, e alguãs pessoas que sahirão tãobem da Igreja, fizerão

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 59.

¹⁵² *Ibid.*, pp. 61-62.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 62.

suas particulares deprecaçoens e depois cuidei em persuadir aos meos fregueses, que se disposesem para aplacarem a ira de Deos Senhor Nosso, e não experimentarem os seus effectos, ellegendo por meio a devoção do Rozario de Nossa Senhora confessandose, e comungando com frequencia, e fazendo a penitencia, que cada hũ podesse conforme as forças do seu espirito»¹⁵⁴. Salta-lhe a seguir da pena a referência à visita pastoral do prelado D. Miguel da Anunciação, que era o destinatário da resposta, e à importância que o facto teve nesta atmosfera de religiosidade pretextado pelo amedrontador cataclismo: «e tendo noticia de que andando Vossa Excelência Reverendissima visitando este arcediagado de Vouga persuadia os mesmos meios com a palavra e com o exemplo, concebeo o povo maior fervor de espirito, e principalmente quando se avezinhou aos povos circumvezinhos, em que edificou a todos, que ouvindo a efficacia com que lhe intimava, e persuadia o caminho da verdade e vendo o seu Prelado em frequentissimas procissoens de penitencia decalço com huã corda ao pescoço por caminhos àspersos, com tempos humidos, e frios, acompanhado do clero, e levando em procissão as Imagens que erão veneradas com mais devoção; excitando a todos à reforma dos costumes não sómente por si, mas por Prégadores de grande espirito, e mortificandose tanto, que nos parecia tomar por sua conta dar satisfação ao altissimo pelos pecados dos seus Diocezanos; foi tão eficaz este impulso para os animos dos mesmos, que desenganados todos recorrião ás fontes da graça para se purificarem das culpas e offerecerem ao mesmo Senhor os seus coraçãoes penitentes, e contrilos, dandolhe cada hũ pello modo, que lhe era possivel, a sua satisfação, e offerecendo lhe como meio propiciatorio os infinitos merecimentos de Jesu Christo, e de Sua Santissima May e Senhora Nossa»¹⁵⁵. Na povoação de Valmaior, salienta o pároco, encaminhou-se o recurso «ao ceo fazendo cantar missas a senhora St^a Anna, e o senhor S. Sebastiam, para que aplacace as grandes doenças que se levantaram na freguezia» e continuando as vias-sacras e os jejuns a pão e água¹⁵⁶. Entretanto, no concelho de Anadia, o reitor da freguesia de Ancas, de 172 homens e 92 mulheres, declara que fora dos poucos que menos presenciara o terramoto e apenas sentiu tremer o confessionário onde se encontrava. Sem conseguir de imediato aperceber-se do que se passava, assim descreve como se houve: «vi que os circunstantes se alteravão clamando a Deos lhe vallesse, e nesta confusão me levantei com

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 65.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 66.

¹⁵⁶ *Ibid.*, pp. 73-74.

advertensia, do que seria, atonito, e lansando mão das chaves do sacrario o abri, e hay rezey a ladaynha doz sanctos, e outras preces do ritual Romano, e passada a confuzão torney para o confessionário, e disendo missa pellas onze oras estando fechado o sacrario, depois de administrar o sanctissimo a alguãs tornou a tremer a igreja e abrindoo novamente me puz de joelhos, e rezadas alguãs orassois, findey a missa». Só mais tarde, a 6 de Março, sábadado da Quaresma, sentindo pela manhã mover-se a terra principiou «huã novena de missaz cantadas a virgem May de Deoz nossa Padroeira pellas almas emtendendo que ella nos vallerá, como mays [?] de piedade e dos pecadores pellas almas, e se ficou cantando o terso todos os dias pellos homens à noute, alem do doz domingos, e dias sanctoz, que sempre se canta de tarde haa muitos annos»¹⁵⁷. O P. Lourenço da Gama de Abreu Lima, cujo nome sugere prosápia fidalga, a quem estava confiado o curato de S. Paio de Arcos no qual o rol da desobriga registava 400 homens e 462 mulheres, dá saliência às pregações de circunstância na altura feitas, indicando os oradores – dois inacianos e um, por certo, cónego crúzio: «Tanto, que passou o Terramoto logo nesta freguesia mandej se fizecem preces a Deus Senhor nosso; para com ellas suspender, tam imminente castigo, e no dia quinze de Novembro; foram conduzidos para esta freguesia o padre Ignassio Soares, e Joze de Figuejredo, da companhia de Jesus para nella fazerem missam; e no dia vinte, e tres do mesmo mês, se fés uma prosisam de Penitencia, cuja saio da capella da graciosa, e se vejo recolher a Igreja Matriz, e neste mejo tempo devedidos, entre o povo os dous padres missionários, hião pregando a palavra de Deus; e no ultimo Domingo do dicto Més se transportaram ás Imagens de S. José e N. S. ao seo lugar donde tinham saido; precedendo a isto uma solene festa com a exposiçam do santissimo sacramento em aççam de grassas, a Maria Santissima, pregando de manha o Padre M.D. frei Andre de Mello: e de tarde no principio da prosisam, o Padre Ignasio Soares, e no fim o Padre José de Figuejredo»¹⁵⁸. Em S. Vicente de Sangalhos, houve alguns estragos de pouca monta e sem vítimas mortais. O vigário, que diz constar a terra de 572 fogos e de almas 872 do sexo masculino e 740 do feminino, refere ter persuadido por si «e por pregadores de spirito a frequência de sacramentos, exerççios de penitencia e proçissois de preces, para assim» aplacar «os efeitos da ira do Nosso Senhor, o que este povo abraçou, fazendo muitas proçissois de penitencia, e fazendo quanto lhe foi possivel por impetrar a clemencia do mesmo

¹⁵⁷ *Ibid.*, pp. 74-75.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 76.

senhor, e desta sorte escapou este povo illezo dos tães terremotos»¹⁵⁹. Em Vilarinho do Bairro, freguesia de 407 homens e 458 mulheres, houve preces 8 dias com o Santíssimo exposto no sacrário «huã procição de penitencia da Igreja a huã capella do Devino Spirito Santo que esta na villa desta freguesia outra procição de penitencia no ultimo dia das preces da Igreja a capella de Nossa Senhora dos Banhos desta freguesia e outras muitas penitencias que o Povo fazia oração mental todos os dias»¹⁶⁰. A freguesia de S. Pedro de Aradas, do concelho de Aveiro, confinante com as margens do Vouga e o mar oceano, de 467 homens e 558 mulheres, todos maiores de sete anos, informa o pároco em suas respostas que, conhecendo o sucedido por «amição da Divina justiça», procurou logo a “piedade católica” abrandá-la. Para isso implorou «com humilde arependimento o perdam da Misericordia, e o favor da clemência», continuando em seu discurso: «e assim que [ao] primeiro tremor se persuadiram os coraçoins do mais verdadeiro dezengano espus o Divinissimo sacramento do Altar com as portas abertas do sacrario; e na sua respeitavel presença se aferverou a devoção antepoendo os rogos da Maria Santissima na sua piadoza ladainha, e santissimo terço; depois do que, pegando na imagem de iesus christo crucificado, e seguido de inominável Povo, tanto da terra, como o que vinha fugindo de Aveiro; fomos a capella de Nossa Senhora da Lomba, diante da qual emploramos de seu Patrocinio, e com pinitentes demonstraçoins, suplicamos a Divina Misericordia; de sorte que recolhidos a Igreja tudo eram clamores de humilhados tudo lagrimas de arependidos; não cesando athegora a ferquencia dos sacramentos e a devoção dos terços em todas as capellas e porciçoins, e algumas no fim com sermoins de doutrina para meresermos as indulgencias da graça que tanto desperzaram as nozas almas»¹⁶¹. Aveiro, nas quatro freguesias em que se dividia o seu aro urbano, teve, quanto ao religioso, reacções afins às registadas por todo o distrito. A principiar pela do Espírito Santo – onde estavam implantados os conventos de S. Domingos e de Santo António e o das Religiosas de Jesus que todos sofreram danos com o terramoto –, aí «se derão grandes providencias, com penitencias, procisois, e sermões e nesta freguezia houverão novi dias de preces com o sacramento exposto em sima do altar, e no fim procisão de penitencia, com sermão, e inda hoje se continua com procisão do Tersso de Nossa Senhora em os Domingos». O vigário, Fr. Manuel

¹⁵⁹ *Ibid.*, pp. 79-80.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 120.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 122.

Rodrigues de Figueiredo que lavrara a resposta, por Maio de 1756, acrescenta terem feito as mesmas preces «todas as Comunidades e com procição e sermão a saber»: os dominicanos, os carmelitas descalços, os franciscanos com a Ordem Terceira da Penitência; e nas comunidades religiosas femininas, as dominicanas, franciscanas, carmelitas descalças e recolhidas de S. Bernardino promoveram «frequentes preces com continuas vigílias, e penitencias»¹⁶². Na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, situada mais a norte e a tocar o ocaso e a sul das praias da ria, reconhecendo a «piedade catholica» que de tantos males «erão verdadeiro motivo, as offensas de Deos e que justamente irado dezembainhava a espada do castigo, logo no Domingo seguinte dous de Novembro e do referido anno se festejou nesta igreja a Maria Santissima com Missa Cantada, e sermão gratificando a eficacia do seo Patrocínio com livrar-nos daquella evidente ruina em que tantos acabarão»¹⁶³. E, mantendo-se «os avizos do ceo nos tremores da terra» e o sentimento de culpa, continuaram «os clamores do aRependimento saindo devotas procisois por toda a freguezia e com exemplarez penitenciaz se afervoravão os animos no pezar das culpaz e nos protestos da emenda soando as vozes da Doutrina com que todos persuadia huã verdadeira contrição não se esquecendo the agora de repitir as preces em cada Domingo diante [de] huã imagem de christo crucificado, trazido pelas ruas para as devotas suplicaz do perdão ou para os instantes rogos da clemência recomendando este louvavel exercício aquelle singular exemplo com que o nosso Ex.mo Prellado e a capital desta Dioceze [de Coimbra] intima a todos os súbditos com az indiziveiz demonstraçois da sua grande piedade»¹⁶⁴. A mais longa destas respostas pertence ao prior da freguesia de S. Miguel, Paulo Pedro Ferreira Granado, que informa serem já «continuas as vias sacras e à devina Mizericordia insesantes os Rogos», quando chegou a notícia da pastoral do Bispo para se fazer um novenário de preces diante do Santíssimo Sacramento exposto o que fez crescer mais a devoção nos fiéis, a ponto de acorrer às igrejas «innumerável povo e muito mais se vio delle assistida» a Matriz, igreja aonde concorriam «a tam pio acto os iconimos desta colegiada e mais Padres da freguezia». Prossegue o mesmo eclesiástico: «no fim do acto de cada hũ dia eu ainda que indigno Parocho fazia pratica em que lhe lembrava o quanto Deus se mostrava contra nossas ingratisdoens irado e que para aplacar a sua ira o melhor mejo

¹⁶² *Ibid.*, p. 122.

¹⁶³ *Ibid.*, n.º 86, pp. 123-125.

¹⁶⁴ *Ibid.*, pp. 127-128.

hera a penitencia que inçeçentemente buscassem este Remedio tam amplo para escaparem do seu justo castigo; e sendo mais eficazes os auxillios com que Deus nos bate às portas, dalma e do que das minhas vozes os impulsos; se virão tam frequentes nesta igreja as confiçoens que todos os dias se achava com tanto concursso que parecia o jubileo mais amplo no fim ou ultimo dia das presses se ordenou por toda esta vila [de Aveiro] huma procissão de penitencia que sahindo desta igreja com a veneranda imagem do Senhor dos Passos que existe nella; servio esta de major fervor ao povo tanto pellas penitencias que nella se achavão quanto pella modéstia com que ao acto se aestia e Recolhendoçe a esta mesma Parochia exposta a mesma imagem a todo o povo pregou o mesmo Benefeciado coadjutor [Fr. Manuel dos Santos Pereira] desta minha igreja para melhor conhecerem que só a jezu christo devião Recorrer, para a evitação do perigo pois se mostrava estar Deus contra nos irado». Em comunhão de propósitos sublinha estarem os conventuais do burgo aveirense que repôs a cerimónia do “encontro” habitual na Procissão dos Passos, como refere: «E logo no seguinte dia os devotos e em tudo religiosos Padres carmelitas descalsos desta vila ordenaram outra procissão de presses que acompanhada dos Padres do coro desta minha colegiada a que eu aestia, com muito concurso do povo que aestia a devotissima imagem de Nossa Senhora do Carmo que vinha nella vejo em direjtura a esta minha igreja a procurar seu bemditissimo Filho que no passo da crus as costas se achava patente no dia antecedente e aqui logo ouve sermão cujo assunto fez a maior comoção no auditório pois vinha Maria Santissima por mejo de hũ memorial implorar a sua clemência e que se dignace aplacar a sua ainda que justa vingança todos estes actos se acompanhavão de gemidos aRependimentos perdoins modestia e outros mais sinais que fazem crível ser no povo verdadejra aquella demonstração de vida nova». E, enfático, conclui, tocado pela emoção: «mas quem não estalaria no coração com magoa e derreteria com suspiros a alma vendo o evidentissimo milagre neste dia susçedido porque chovendo tanto na sahida da procissão quanto na sua Retirada agoa em abundância os Padres que acompanharão todos descalsos este tam pio acto não tiverão ainda os mais decrepitos na saude a minima molestia e trazendo a mesma imagem de Nossa Senhora pendent no braço os seus escapularios que de prata erão todos bordados com tanta chuva nelles se não vio de agoa a minima gota mas antes não obstante tantos chuvejros sempre se virão enxutos». Se prosseguiam «os clamores de arrependimentos», Deus mostrava «estar de nós muito agravado», como acentuava o prior de S. Miguel, pois, por Dezembro, «continuarão novos avisos do ceo nos tremores de terra», o que o leva a acrescentar: «Porem

mais forte o do dia 11 do ditto mes pellas 4 oras da manhã em que tremeu a terra com tanta forssa que levantandoce dos seus domicílios a maior parte da gente desta vila só para seus Refugios procuravão os lugares mais dezer-tos outros com vozes de Mizericordia procuravão o vizitarem a via sacra, e outros para as igrejas a fazerem Rogativas o que se admirou nesta minha pois nella se selebrava Missa como he costume nos mais annos a gloriosa Virgem e Martir S. Luzia, os treze dias, antes da sua festa e sendo tanto o povo que não cabendo na igreja e maior parte do adro della atonitos com o novo ameasso quando ja supunhão a Deus propicio servirão estas lágrimas do povo de novo asunto ao mesmo beneficiado coadjutor desta igreja que se selebrava a Missa com huma imagem de Christo Crusificado nas mãos ponderou que Deus inda tinha fora a sua espada que era muito precisa a continuação da penitencia e isto servio de novo estimollo para aforvorar novas penitencias no povo todo ouverão mais tremores e por Repetidas noutes se sentião»¹⁶⁵. Informe escasso tinha para dar o pároco da freguesia da Vera Cruz, do burgo de Aveiro, onde abundavam as pessoas mais pobres da vila, à oitava pergunta do interrogatório pombalino acerca do terramoto. Refere, a propósito deste, que não «se arruinarão nesta freguezia cazas, ou edificios alguns» e só «de huãs cazas no citio da rua larga», as «paredes, madeiras, e Telhados, ficarão abertas, e fóra do seu lugar; por cuja rezão não morreu pessoa alguma». No mar também não se registaram novidades «talvez porque então se não acharia ahy pessoa que observasse por não permitir pello inverno poderse vadear pellos pescadores, assim como o fazem pello verão». Porém, em resposta à mencionada questão, apenas disse: «A providencia, que immediatamente se deu pello eccleziastico foy recorrer logo a Deos Nosso Senhor fazendose muitos exercicios esperituais, e procições de penitencia, e nesta minha freguezia se fez huma com as millagrosas Imagem de S. Felipe Nere, e Nossa Senhora da Luz com sermão no fim, e também se fizerão preces por nove dias», como o prelado havia ordenado¹⁶⁶.

*

Extenso e elucidativo resulta este fresco do comportamento religioso da população do sul e centro do país, ferida pelos efeitos do terramoto de 1755 e pelo temor da repetição da catástrofe, experimentada com maior ou menor dureza. A compenetração de tratar-se de sinais evidentes da ira divina, em castigo dos pecados de contínuo cometidos, recebia mais que bastante sustento nas orações públicas e actos de culto, nas procissões e

¹⁶⁵ *Ibid.*, pp. 131-133.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 134.

cortejos penitenciais, nas pregações doutrinárias e de missão que, de *motu proprio* ou decretados pela hierarquia eclesiástica, os curas e vigários paroquiais promoviam. As preces emotivamente fervorosas dirigidas à misericórdia de Deus; o arrependimento e propósito de emenda, manifestados com o coração contrito no sacramento da confissão; o número de missas celebradas e assistidas; a forte e desusada afluência à comunhão eucarística, durante meses seguidos e a entrar já no ano de 1756, eram apelos colectivos à clemência divina na esperança de perdão. Esta onda psicológica, unificada pelos mesmos sentimentos, irmanava os fiéis em comportamentos emotivos e atitudes espirituais afins. A eminência da morte e precaridade da vida eram, hora a hora, tão tangíveis que a passagem do homem pela terra, de duração incerta e de mil lados ameaçada, assemelha-se, na metáfora do P. Manuel Bernardes, a uma noite mal dormida em péssima estalagem. A pregação de circunstância que tinha lugar, cujo teor se encontra acentuado pelos autores das respectivas respostas ao inquérito, era a do modelo dos sermões das missões populares, ditas do interior, e, por conseguinte, de conteúdo doutrinário moralista destinado a conduzir ao arrependimento e reforma da vida cristã. As orações deprecatórias e imprecatórias traduziam-se na recitação dos salmos penitenciais, com frequência do *Miserere mei Deus*, e na litania de todos os santos. A exposição do Santíssimo à boca do sacrário dava lugar à oração mental, a invocações e cânticos apropriados e respondidos pelo povo em curto refrão. O terço do rosário mariano, por seu geral conhecimento e comum recurso, capaz de manter por largo tempo em suas singelas entoações melódicas um coro uníssono de vozes juvenis e adultas, constituía o recitativo frequentemente usado e de todos aceite. O trajecto das procissões recorria ao itinerário da igreja mãe às capelas de particular devoção onde se veneravam santos taumaturgos, a que recorria a fé do povo nos momentos de pública calamidade. As disciplinas, com que no percurso se supliciavam os voluntários penitentes, destinavam-se a exprimir actos de humildade e mortificações reparadoras pelas ofensas cometidas consideradas provocatórias da ira divina. Toda a comunidade demonstrava a sua união, pois os conventuais residentes nas localidades se associavam aos actos de culto e compareciam aos préstitos sagrados. Pode mesmo aceitar-se que este clima de religiosidade resultaria numa espécie de terapia espiritual de apaziguador efeito no povo crente e emotivo. A resignação ia gerando confiança e propiciava força para enfrentar os duros trabalhos da rotina diária. A panorâmica evocada mostra como a observação do polémico jesuíta Malagrida no seu *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto*, posto a circular em Setembro de 1756, se aproximava de uma realidade mental ao acentuar com ênfase, sem dúvida excessiva, o contraste entre o que se passara em Lisboa e o verificado nos espaços contíguos à capital: «Ouço dizer, que nas

Cidades vizinhas, aonde a ruína não foi tão grande, fizeram, e ainda fazem maravilhas, de penitencias, pés descalços, cruces, açoutes, jejuns a pão e água, e outras mortificações infinitas, e cá, onde a perda, e o extermínio, he o que vemos, nada, ou quasi nada vemos de tão justos, e indispensáveis disvellos»¹⁶⁷. De realçar, nesta onda de manifestações devocionais, a eficácia dinâmica e a importância do poder controlador eclesiástico. Eloquentes, nesse sentido, são: a carta pastoral do patriarcado de Lisboa, redigida em Dezembro de 1755, da autoria do arcebispo titular de Lacedemónia e vigário geral da diocese; a actividade desenvolvida pelo bispo do Algarve, D. Lourenço de Santa Maria, constante da relação em latim, datada do termo de Abril do ano imediato e enviada para a Santa Sé; as intervenções locais do apostólico prelado de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, modelo de zelo e edificação, a espelhar vivo espírito de mortificação e penitência evangélica.

3. Discursos apologético-morais

A retórica sagrada, que teve privilegiado papel em todo este doloroso clima de pavor e medo, encontra em alguns conhecidos textos de referência, escritos na ocasião e a evidenciar, entre outros mais, um escopo estrutural reflectido no que deveriam ser, em meios urbanos e nos tempos imediatos, o estilo e o teor da pregação em geral, atinente à catástrofe. As peças oratórias ao depois publicadas e a exigir detida análise acusam os previsíveis ecos de ideias e reflexões de outros discursos apologético-teológicos, de cunho providencialista e ascético, motivados por circunstâncias particularíssimas, pela mentalidade eclesiástica dominante e pelos destinatários que se visavam. Tais seriam: a *Relação* de Fr. Illuminato del Borgo San Sepolcro, pregador capuchinho em missão no Portugal da altura do terramoto¹⁶⁸; *O Comentário latino e português, sobre o terramoto e incêndio de Lisboa*, do P. António Pereira de Figueiredo; o *Juízo da verdadeira causa do terramoto*, do jesuíta Gabriel Malagrida – todos testemunhas oculares do evento. No pendor acentuadamente descritivo e algo grandiloquente de cada um destes textos, de justificativo acatamento dada a autoridade intelectual e religiosa de quem os firma, há vectores convergentes em linhas de orientação doutrinária e em comentários tecidos e entretecidos que importarão aqui assinalar em ordem a ulteriores e pertinentes referências.

¹⁶⁷ Cf. P. Gabriel Malagrida, *op. cit.* pp. 28-29.

¹⁶⁸ Cf. Fr. Illuminato del Borgo San Sepolcro, *Relação*, in *Sismicidade em Portugal*, vol. II, p. 327. A versão Portuguesa que se encontra neste volume, a pp. 325-326, é feita sobre o original italiano da Biblioteca da Ajuda, Cod. 54-XI-15 (nº 64). Notícia do terramoto de 1755 [1756], 16 fls., pp. 228-241.

3.1. *Relação de Fr. Iluminato de San Sepolcro*

A *Relação* do capuchinho fora redigida debaixo dos efeitos imediatos da catástrofe, em que o autor se vira «aterrorizado como qualquer outro mísero espectador»¹⁶⁹. Pretextada como missiva a uma religiosa italiana que, anos atrás, lhe descrevera um tremor de terra ocorrido em Nocera, na Umbria, havia sido também apresentada ao monarca D. José, possivelmente por intermédio de Pombal, embora não gozasse de uma apreciação valorativa do Núncio Apostólico que, no entanto, a enviou para Roma na correspondência diplomática¹⁷⁰. Sublinhado, à maneira de intermitentes refrões, por citações bíblicas dos profetas Jeremias e Joel e do apóstolo S. João, o tónus apocalíptico é insistente. A devastação de Lisboa – cujo «traçado tem o aspecto de um caranguejo, que para além do seu grande corpo tem também em redor compridos subúrbios, que lhes servem de pernas»¹⁷¹ – deveu-se ao terramoto, maremoto e fogo. O quadro a que se vira reduzida, “mar de fogo e pequeno inferno”, excedia o de Jerusalém, descrito nas *Lamentações* de Jeremias: «Pois que se via entre a multidão aterrorizada de fugitivos, que corriam atordoados de um lado para o outro, e entre a densidade da poeira que levantada no ar pelos edifícios destruídos eclipsava o sol, surgir daqueles escombros como de sepulcros gente pálida e mortificada, ensanguentada e desfeita e outra oprimida por pedregulhos e prisioneira de pedras, presa pela roupa ou pelos membros, caída deitada de bruços, de lado ou para baixo, deixando de fora o pé, a cabeça ou os braços que estendiam pedindo socorro. Debaixo das ruínas e dos vãos ouviam-se lamentáveis clamores de pobres oprimidos e sepultados que faziam chorar aquelas mesmas pedras que os sufocavam semi-vivos, pedindo piedade ao céu e socorro aos vivos»¹⁷². Nos três primeiros sucessivos abalos, os que estavam nas ruas fugiam para as igrejas e no caminho e nestas encontraram «aquela mesma morte que se esforçavam por evitar», sucumbindo com «os

¹⁶⁹ *Ibid.*.

¹⁷⁰ Cf. *Correspondência do Núncio*, p. 96. Para Arnaldo Pinto Cardoso, «o Frade italiano constrói um texto minucioso e ordenado não só para informação da religiosa italiana a quem se dirige, mas também à edificação do Rei e daqueles que o vierem a ler. [...] Trata-se de um discurso de cunho histórico e religioso, onde a realidade se torna espaço e sinal de uma conversão, à imagem da linguagem profética das Escrituras». As passagens bíblicas, de que se serve, «emprestam a linguagem ao evento e estimulam o sentimento de conversão nas pessoas». Cf. “O Terramoto de Lisboa (1755). Documentos do Arquivo do Vaticano”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 18 (1996), p. 444.

¹⁷¹ Cf. Fr. Iluminato, *loc. cit.*, p. 325.

¹⁷² *Ibid.*, p. 329.

Sagrados Ministros, uns no Púlpito, outros no Confessionário, outros no Altar e o povo a ouvir Missa, a confessar-se, a ouvir a palavra de Deus ou a receber a Sagrada Comunhão, pelo que se pode piamente acreditar que num dia tão solene e num acto tão sagrado o Inferno fez poucas aquisições e o Céu teve grande lucro de Almas, graças à misericórdia de Deus»¹⁷³. Os que se entregaram à fuga corriam «de um lado para o outro apavorados e aturdidos, deixando os Sagrados Ministros, espalhados pela Igreja, peliças, roquetes, magnas capas, estolas, casulas, dalmáticas e capas de asperges, uns com píxides, outros com cálices e outros com as demais alfaias sagradas, com que se encontravam nas suas sagradas funções»¹⁷⁴. Por sua vez, os seculares, «igualmente aterrorizados, e confusos deixavam chapéus, perucas, canas-da-Índia, espadas, mantos, jóias, colares e todos os outros ornamentos femininos e masculinos»¹⁷⁵. Fora dos templos, em algumas «praças e ruas mais largas da cidade e nas praias do Tejo encontravam-se em magotes homens e mulheres, pequenos e grandes, de todos os estados e condições com retratos mortais no rosto, uns agarrados a um crucifixo, outros a uma imagem da Virgem Maria ou a uma estátua ou relíquia de um seu qualquer santo devoto, que era a única peça que ao fugirem das suas casas e Oratórios tentaram salvar da ruína universal levando-a consigo para protecção e defesa, pedindo misericórdia e perdão em voz alta»¹⁷⁶. Esta horrenda desolação, que mais parecia «o último dia do universo, antes do derradeiro juízo universal», se era justa punição também devia entender-se como aviso do Céu a uma cidade «que sempre foi morigerada» e devota, mas cuja opulência «despertou nela estímulos de soberba e fausto, de emulação e de inveja, de engano e de fraude, de liberdade e de brandura, e sobretudo de profanação dos templos sagrados e dias feriados (= santificados)» e de «corrupção nos bons costumes»¹⁷⁷. Mesmo que algumas causas naturais hajam sido apresentadas para explicar o «incêndio universal» que invadiu o perímetro de «uma légua e meia de circunferência no coração» de Lisboa, adverte o capuchinho que, na «opinião de vários sábios e melhores cristãos», foram-no «como instrumentos da ira de Deus» que a quis castigar à semelhança de Jerusalém na descrição de Jeremias (I, 13). E, a terminar, reforça este juízo ao afirmar não acreditar que alguém pense ser «o dito flagelo obra meramente natural, como alguns

¹⁷³ *Ibid.*, p. 329.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 327.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 328.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 329.

¹⁷⁷ *Ibid.*, pp. 325-326.

demasiado naturalistas e pouco cristãos se esforçaram por fazer crer a tábios como eles», esclarecendo melhor ainda a sua visão teológica do evento: «como muitos com melhor senso», há que reconhecer antes «o rigor do céu, que piedoso, ao castigar-nos quer corrigir e emendar»; e mesmo aceite o concurso das causas naturais para um tal desastre, elas apenas foram «instrumentos usados por Deus para a correcção deste Reino e de toda a cristandade, que se sente abalada por todos os lados, porque é de fé que o senhor previu com as outras coisas, desde o princípio da eternidade com o seu número, peso e medida, ainda as nossas culpas para as quais dispôs igualmente a grande máquina das causas naturais, para que chegadas elas a determinado sinal disparassem para nossa punição um determinado flagelo», que, para si, até resultou em tanta glória de Deus e «proveito para as almas» que nem imaginar se pode ¹⁷⁸.

3.2. *Commentario do P. António Pereira de Figueiredo*

Ao erudito oratoriano e teólogo, defensor da ideologia política pombalina, o P. António Pereira de Figueiredo pertence o *Commentario Latino e Portuguez sobre o Terramoto e Incendio de Lisboa*, texto bilingue, firmado por uma “testemunha ocular” do funesto acontecimento “que tambem o illustrou com Notas” e o deu ao prelo no primeiro semestre de 1756, constituindo uma descrição noticiosa a roçar o sóbrio, parca em comentários, mas relevante em certas ocorrências mencionadas ¹⁷⁹. As proporções arrasadoras

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 335.

¹⁷⁹ Opúsculo de 9 páginas inumeradas com mais 29 e uma “Advertência”, de erratas, impresso em Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Cardeal Patriarca, 1756. Refere ter as “licenças necessárias” para publicação, embora não estampe nenhuma das quais se devia munir. A citar por *Comentario*. Ver em “Bibliografia Consultada” as recentes reimpressões do texto. António Pereira de Figueiredo, nascido na Vila de Mação (Tomar) a 14 de Fevereiro de 1725 e falecido a 14 de Agosto de 1797, foi um religioso oratoriano, saindo da congregação a 1769. Desde 1785 voltou a viver, como hóspede, na Casa de Nossa Senhora das Necessidades que albergou os filhos de S. Filipe Neri após o terramoto. Possuidor de notável cultura, gramático, retórico, historiador, canonista e teólogo, veio a ser, como Frei Manuel do Cenáculo e Luís António Verney, um espírito das luzes. Considerado um dos mentores doutrinários do pombalismo, defendeu os princípios de inspiração regalista, tomando posição contra os jesuítas. Deixou vasta bibliografia. Referente ao terramoto de 1755, será de nomear o *Comentario Latino e Portuguez* e o *Diário dos Successos de Lisboa, desde o Terremoto até o exterminio dos Jesuítas* (1766). Ver o recente estudo de Cândido dos Santos, *Padre António Pereira de Figueiredo. Erudição e Polémica na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Roma Editora, 2005; Manuel Cadafaz de Matos, “O P^e António Pereira de Figueiredo [...]”, in *Revista de História do Livro*, Ano IX (2006),

da catástrofe atribuem-se, como a observação permitiria registar, ao terramoto, maremoto e incêndio que as provocaram de forma que o sucesso se tornasse «assumpto digno de memoria; para que em todos os tempos o tivesse presente a posteridade»¹⁸⁰. A Providência Divina assim o deliberara, pois «em hum só dia quis Deos nosso Senhor castigar os depravados costumes de muitos seculos» cometidos por uma «pulosissima Cidade», que o fogo, a «discorrer livremente por varias partes», consumiu «em quatro dias as riquezas», da que então «era o Emporio de toda a Europa»¹⁸¹. No limite do desespero, «a grandes vozes pedia a Deos misericórdia, e chamava pelos Santos [...], hum povo tão numeroso, tão cheio de riquezas, tão magnifico nos edificios, tão dado ao luxo». E ficara «reduzido a tão miserável estado, que para se defender do frio, e chuva» foi «obrigado a viver no princípio em humas pequenas barracas feitas de cobertores, depois em casinhas de madeira», experimentando «tão grande nestes dias a falta, que havia de mantimentos, que os que podião sustentarse de pão seco, se davão por muito ricos e ditosos»¹⁸². Dada a solenidade do dia, o maior estrago se deu nos edificios sagrados, «causando nesta fatalidade grandissima magoa aos coraçoes frios a triste sorte das imagens sagradas; das quaes humas se fizerão em pedaços, outras se queimarão, outras ficarão sepultadas debaixo dos entulhos»¹⁸³. Penosa fora a fortuna que coube aos «miseráveis cidadãos», pois não tiveram «outro remédio mais que fugirem para os campos vizinhos: sahindo todos em bandos, huns abraçados com os tenros filhos, outros com as sagradas imagens; e os mais delles sem saberem ainda, aonde farião assento»¹⁸⁴. Assim se abatera sobre a cidade, soberba e corrupta, a ira de Deus, a que as autoridades religiosas e a «providencia e liberalidade» do «sapiëntissimo monarca» de pronto acudiram para lhe minorarem os males¹⁸⁵.

3.3. Juízo do P. Gabriel Malagrida

De tom apologético e conteúdo mais terrífico que os anteriores escritos surgira o impresso *Juizo da Verdadeira Causa do Terremoto que padeceu*

nº 17, pp. 5-195; Francisco Inocêncio da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, I, pp. 223-230 e VII, pp. 276-280.

¹⁸⁰ *Comentario*, p. 1.

¹⁸¹ *Ibid.*, pp. 1, 4, 20.

¹⁸² *Ibid.*, p. 24.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 6.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 18.

¹⁸⁵ *Ibid.*, pp. 24-26.

a *Corte de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755*¹⁸⁶, do jesuíta transalpino P. Gabriel Malagrida que em 1754, com 65 anos de idade, desembarcara na capital do reino, sem pensar que definitivamente, proveniente da Amazónia por onde andara em apostólica e controversa missão¹⁸⁷. O clima atemorizador que continuava a pairar sobre a cidade, a qual percorria diariamente, pregando dentro deste teor pejado de ameaças – e já iam mais de seis meses volvidos quando redigiu o papel –, permite entender as benévolas aprovações dos censores inquisitoriais, datadas de Julho e Setembro de 1756¹⁸⁸, embora o inaciano já houvesse entrado na órbita hostil de Pombal que, em começo de Novembro, lhe fixou em Setúbal temporário desterro¹⁸⁹. Os severíssimos oráculos dos profetas bíblicos Jonas,

¹⁸⁶ Opúsculo de 31 páginas e mais 4 inumeradas com as licenças do Santo Ofício Ordinário, Paço e Mesa Censória, impresso na Oficina de Manoel Soares, Lisboa, 1756. A citar por *Juizo*. Ver reproduções recentes do texto in “Bibliografia Consultada”: Manuel Cadafaz de Matos, *loc. cit.*, pp. 231-266 e Pedro Almeida Vieira, *O profeta da desgraça*, pp. 481-513 (anotada).

¹⁸⁷ Ver Manuel Cadafaz de Matos, «*O Juizo da Verdadeira Causa do Terremoto [...] e o sacrifício simbólico do P. Gabriel Malagrida*», in *Revista Portuguesa da História do Livro*, Ano IX (2006), nº 17, pp. 193-194. O P. Gabriel Malagrida nasceu em Menaggio, na província italiana da Lombardia, a 5 de Dezembro de 1689. A 23 de Outubro de 1711, ingressou na Companhia de Jesus e aos 32 anos partiu para o Brasil para trabalhar nas Missões do Maranhão e do Grão-Pará, entre as etnias dos Caicaízes, Guaranés e Barbados. Dedicou-se ao ensino e muito militou para erguer, nas terras mais sensíveis às suas pregações apostólicas, seminários e casas de educação destinados a adolescentes e donzelas em perigo moral. Veio a Lisboa em 1750, a fim de obter na corte apoios para as suas fundações, mas no ano seguinte estava de regresso a S. Luís do Maranhão, aproximando-se do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, que acabou por criar-lhe sérias dificuldades no desenvolvimento da sua actividade missionária. De nada lhe valeu a protecção da mãe do rei, D. Mariana de Áustria, estando de regresso ao reino em 1754, onde veio a surpreendê-lo o Terramoto, vindo a ficar célebre entre as ruínas de Lisboa a sua pregação apocalíptica que reunia multidões, de certo também atraídas pela exemplaridade de sua vida. Caído no desagrado de Pombal e arrastado na suspeita infundada de haver incitado com seus irmãos de religião o atentado contra D. José, veio a sofrer o cárcere, a pretexto de afirmações heréticas difundidas na doutrinação que fazia. Acabou por ser sentenciado à morte pelo Tribunal de Inquisição e, condenado à fogueira, entregue ao braço secular.

¹⁸⁸ Na altura da impressão, o Dr. Amaro Duarte Silva que subscreveu o parecer do “Ordinário” eclesiástico, o Cardeal Patriarca, declarou: «Nada contém que dissone ainda dos mais pios dictames da religião, antes além da propriedade das Escripturas, e solidês de doutrinas, de que está ordenado, reluz nele tanto a chama superior que incende o Author [varão bem conhecido pelos seus apostólicos empregos], que bem mostra ser forjado naquella frágua, onde reside hum espirito, que entre outros affectos, e effeitos da sua larguíssima contemplação, pode levantar os olhos no primeiro de Novembro passado [...]».

¹⁸⁹ Caído em desgraça, delatado à Inquisição pelo próprio Pombal, safu pronunciado

Jeremias, Ezequiel e Amós sobre Nínive, Jerusalém e Babilónia, cheias de moradores depravados a atrair a cólera divina, musculam o panfleto incriminador que se assume como um serviço prestado à, para si, «sua Pátria», ao «descobrir-lhe os inimigos mais pérfidos, e perniciosos»¹⁹⁰. Impiedoso a denunciar o verdadeiro motivo da catástrofe, expõe-no Malagrida, cortando cerce quaisquer equívocos de natureza filosófico-científica soprados por espíritos iluministas, a que se dirige em enfática imprecação: «Sabe pois, oh Lisboa, que os unicos destruidores de tantas casas, e Palacios, os assoladores de tantos Templos, e Conventos, homicidas de tantos seus habitadores, os incendios devoradores de tantos thesouros, os que as trazem ainda tão inquieta, e fóra da sua natural firmeza, não são Cometas, não são Estrellas, não são vapores, ou exhalações, não são Fenomenos, não são contingencias, ou causas naturais; mas são unicamente os nossos intoleraveis pecados»¹⁹¹. Foi esta teológica razão – «demaziada carga» a pesar na balança divina – que «fez de huma Corte, Rainha das da Europa, o horroso cadaver» que, insiste, se oferece à contemplação de todos: «não ha, nem ruas, nem casas, nem Templos, nem Altares, nem SACRAMENTOS»¹⁹². Aos que politicamente atribuem a origem de semelhantes calamidades a causas naturais atreve-se a chamar-lhes, se não lho fosse censurado, ateus, pois os terremotos outra coisa não são que *vim divinam*, indignação divina. Inaceitável, acentua, poder atrever-se «hum sujeito Catholico a atribuir unicamente a causas, e contingencias naturaes, a presente calamidade deste tão tragico terramoto», porque o mundo não é uma casa sem dono, há uma providencia divina e «Deos no Ceo, que está vigiando continuamente sobre as nossas operaçoens»¹⁹³. Nas preces que, «nestes tremores», a Igreja manda

e executado no *Auto Público da Fé*, em Lisboa, aos 21 de Setembro de 1761. O Acórdão do Santo Ofício, que ordenou a destruição dos exemplares do escrito do P. Malagrida faz uma extensa e polémica refutação do *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto* que pode ler-se reeditada em Cadafaz de Matos, *loc. cit.*, pp. 277-308. Trata-se de um repositório e do documento ideológico de leitura indispensável por óbvios motivos.

¹⁹⁰ P. Gabriel Malagrida, *Juízo*, p. 3.

¹⁹¹ *Ibid.*, pp. 3-4.

¹⁹² *Ibid.*, pp. 4-5.

¹⁹³ *Ibid.*, pp. 7-9. A referência a Sebastião José de Carvalho e Mello era, sem grande esforço, perceptível. Perante as proporções das consequências do terramoto de 1755, seria natural que a discussão surgisse, apaixonante e apaixonada, sob o signo da lógica religiosa e da razão; daí a observação de Pedro de Aucourt e Padilha, em *Effeitos raros e formidaveis dos quatro elementos* (1756), ao mencionar haver logo presenciado “tão grandes disputas entre pessoas sadias, sobre ser expresso castigo de Deus ou natural effeito das causas segundas. A elaboração teórica da física mecânica progredia, mas continuava a pesar no

os seus ministros recitar «mais de seis vezes, que he Deus, e não causa natural, quem sahe ao campo com estas armas, ou para exterminar os peccados,

pensamento teológico a opinião de S. Tomás de Aquino segundo a qual a causa primeira do terramoto é Deus e só secundariamente se pode atribuir ao jogo subterrâneo. Debate este que, para Barbier, era “embaraçoso para os professores de física, humilhante para os filósofos”. Por isso, o predomínio nas mentalidades do sobrenatural e a lenta produção do pensamento racional deram lugar, no país e no estrangeiro, a textos variadíssimos de carácter religioso, filosófico e físico-naturalista, incidentes na ira divina a castigar a maldade dos homens e o comportamento do clero indigno e as explicações possíveis adiantadas pela física do tempo. Assim, enquanto Bento Morganti atribuía o tremor de terra a “uma erupção violenta do ar e fogo do centro para a circunferencia”, Miguel Tibério Pedagache dividia-se entre o reconhecimento da intervenção de causas naturais e a manifestação da ira celeste. Por seu lado, Joaquim José Moreira de Mendonça, autor da *Historia Universal dos Terramotos*, decidia-se por aceitar que não havia conexão física e teológica, embora a misericórdia de Deus pudesse ter intervindo, para que o desastre não fosse mais grave. Reconheciam alguns que certos crimes particulares tivessem sido punidos no sismo de 1755. O francês P. Rondet (1717-1765) via no terremoto de 1531 um castigo divino em virtude de D. João III ter chamado os jesuítas para actuar em no país; e o Cavaleiro de Oliveira, Francisco Xavier de Oliveira, no *Discours Pathétique au sujet des Calamités présentes arrivées au Portugal* (1756), insinua que Deus deixou de proteger Lisboa porque o reino criara três monstros: a idolatria do povo no culto dos santos, a proibição da leitura da Bíblia em língua vulgar e a perseguição do Santo Ofício aos judeus. Quanto às causas morais relacionadas com a punição divina por meio dos tremores de terra, provados pela história, Sagrada Escritura, Santos Padres e teólogos, segundo o franciscano Fr. Francisco de Santo Alberto, em *Estragos do Terremoto Vatecinio de Felicidade* (1757), “não só a cada um dos pecadores, mas a cada Reyno, a cada Provincia, e a cada Cidade tem Deus determinado um certo numero de peccados”, e quando o numero destes “se completa não ha mais que sentir o desamparo de Deus” (p. 46). No panorama europeu, Goethe, Kant, Voltaire, Rousseau, Diderot, Feijoo, Wesley pronunciaram-se, de forma diversa, sobre as causas da catástrofe da capital portuguesa. Antes, Leibnitz sustentava numa linha optimista que o mundo criado era o melhor dos possíveis e os males faziam dele parte. Voltaire, impressionado pela extensão trágica do cataclismo, no *Poème sur le désastre de Lisbonne* (1756), lava a sua revolta ante a injustiça que representou a punição indiscriminada de inocentes e pecadores e, em *Candide ou l’optimisme* (1759), satiriza Leibnitz, evocando os alucinantes cenários de dor e destruição. E, se Jean-Jacques Rousseau, ao responder a Voltaire em *Lettre sur la Providence* (1756), atribui aos erros humanos a corrupção da harmonia do mundo criado, pois se os habitantes de Lisboa se tivessem dispersado no espaço urbano mais uniformemente e as habitações fossem menos pesadas, os estragos teriam sido muito menores ou até mínimos, já Kant, refugia-se numa explicação científica, e intencionalmente não filosófica, porque complexa e subjectiva. Sobre esta polémica ver: Ana Cristina Araújo, “Sensibilidade e Razão” e “O Optimismo Abalado”, in *O Terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*, pp. 118-125 e 154-163; Maria Luísa Braga, “A Polémica dos Terramotos em Portugal”, in *Cultura – História e Filosofia*, V (1986), pp. 545-573; Pedro Calafate, “Polémica em Torno das Causas do Terramoto”, in *História do Pensamento Filosófico Português*, III, Lisboa, Edições Caminho,

ou para exterminar os peccadores»¹⁹⁴. Essa doutrina é também “escandalosa e perniciosa”, pois afasta o homem da penitência e emenda de vida, «unico escudo, que nos póde defender de tantos estragos, e calamidades, ainda mais rigorosas,» com que Deus manifesta a sua indignação¹⁹⁵. Por isso lhe parece «que o mesmo demonio não podia excogitar doutrina mais conducente à nossa irreparável ruína, do que ensinar esta naturalidade tão innatural, assignando serem pelos symptomas das causas segundas, e naturaes, estes flagellos, que experimentámos ficando nós com estes sistemas impedernidos nas injurias, e desprezos da causa primeira; perseverando nós como dantes no nosso practico atheismo»¹⁹⁶. Se os habitantes de Nínive, ainda que ameaçados, fizeram com «que hum abysmo de vícios se transforme em prodigio de penitencia», Lisboa, a viver «ha mais de seis mezes» ameaçada pelo «furor divino», em lugar «de buscar com toda a resolução, e esforço o remédio verdadeiro», o caminho do arrependimento, «toda se arrebatava em ouvir estes silvos tão venenosos da tragadora serpente»¹⁹⁷. Recorda, a propósito, que não faltaram profecias a merecer crédito, «com que a benignidade de Deos» avisou antecipadamente a iminência do castigo: cinco vezes o revelou a uma serva de Deus e, seis meses antes da ruína, ele próprio teve em mãos a relação da freira de Lourical, falecida a 25 de Março de 1755, onde claramente se diz «que o mesmo Senhor lhe revelou estava notavelmente indignado contra os peccados de todo o Reyno, e principalmente» os de Lisboa, sem que ambos se decidissem a arrepiar caminho¹⁹⁸. Mais contundente, afirma numa imprecação enfática: «supposta a verdade innegavel de tantos avisos, e profecias

2000, pp. 369-381; Isabel Maria Barreira Campos, *O Grande Terramoto (1755)*, pp. 553-619; Fernanda Gil Costa, “Discurso Literário e Discurso Científico: Paradoxos e Reflexões a Propósito dos Relatos Sobre o Terramoto de Lisboa de 1755”, in Helena Buescu, *O Grande Terramoto de Lisboa. Ficar Diferente*, pp. 293-316; António Gonçalves Rodrigues “Oliveira e o Terramoto”, in *O Protestante Lusitano*, Lisboa, 1950, pp. 249-260. Versões Portuguesas de: Voltaire (1694-1778), *Poème sur le Desastre de Lisbonne (1756)*. *O Poema sobre o Desastre de Lisboa de Voltaire*, trad. de Vasco da Graça Moura, Lisboa, Alêtheia, 2005, *Cândido*, trad. de Maria Lamas, Lisboa, Guimarães Editores, 1948; Cavaleiro de Oliveira, *Discurso Patético*, Lisboa, Frenesi Editores, 2005.

¹⁹⁴ *Ibid.*, pp. 9-10.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 10.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 12.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 13.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 15. Gabriel Malagrida refere-se a Soror Maria Joana, do Mosteiro de Lourical, falecida a 25 de Março de 1754, de que saiu, no mesmo ano, da autoria de Manuel Coelho Amado, a obra – *Breve Relação da Vida, e Morte Prodigiosa da Madre Soror Maria Joana [...]*.

precedentes, haverá, não digo Catholico, mas Herege, Turco, ou Judeo, que possa dizer, que este tão grande açoute foi puro effeito das causas naturaes, e não fulminado especialmente por Deos pelos nossos peccados?»¹⁹⁹. Mesmo que a teologia reconheça que a essência Divina pode agir através delas, será forçoso aceitar que, desejando Deus arrependimento e emenda, não se buscou a penitência, antes se deu ouvidos «a estas perniciosas doutrinas» que atribuem os «exterminios» experimentados a «effeitos de causas naturaes, e não castigos de Deos pelas nossas culpas»²⁰⁰. Aponta, então, como prova decisiva, o quadro religioso e moral oferecido pela capital do reino antes do castigo divino: «Os theatros, as musicas, as danças mais immodestas, as comedias mais obscenas, os divertimentos, as assistencias aos touros, vendo tanto o concurso, que enchiam as praças, e as ruas todas; e nas Igrejas, nas festas Sagradas, nos Sermões, nas Missoens Apostolicas, por mais fervorosas, que fossem, não apparecia huma alma! Era a maior lastima ver naquelles espectaculos profanos ainda pessoas mais insignes em sciencia, eloquencia, e virtude!»²⁰¹. A «leve tinta de piedade, e Culto Divino» que porventura se via, não era para o P. Malagrida senão «falsas apparencias, hipocrisias infinitas, e nada mais; monturos cobertos de neve para enganar com aquella fraudulenta superficie, que os faz parecer totalmente diversos, do que na realidade são»²⁰². E, inexorável, lamenta com patético acento grandiloquente: «Ver as Igrejas tão solitarias, e as casas de jogo, de conversa, tão frequentadas? Andar o Santissimo SACRAMENTO pelas ruas aos enfermos, com acompanhamento pouco decente à Magestade Divina, ainda em algumas das Freguezias mais populosas? Que praças, que commercios, que gritos, que motins não se fazião, até nos coros de quasi todos os Conventos de Religiosas? De sorte, que achando-me hũa vez nestes conflictos e tumultos tão estranhaveis, foi necessario chegarme a ellas, e estranharlhe [s] publicamente hum tal desprezo de Deos, e de seu Culto; isto nos dias Santos, e nas occasioens de ouvir Missa; q em outros tempos, e occasioens dos Officios Divinos: *Solitudo, vastitas, silentium magnum factum erat in terra*; porque onde havia duzentas, e trezentas Religiosas, apenas se achavão cinco, ou seis para atropelladamente mastigar aquella reza, que muitas vezes cessava totalmente; porque nem esse pequeno numero havia. Isto fazião as mulheres, e os homens, os Religiosos, os Beneficiados, os Collegiados, as

¹⁹⁹ *Ibid.*, pp. 15-16.

²⁰⁰ *Ibid.*, pp. 19-20.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 23.

²⁰² *Ibid.*, p. 24.

Sés, que havião de ser o ensino, o exemplo, e espelho de todas as mais! digão os seus mesmos aggregados as praticas, as rizadas, que reservavão aquelles illustres officiantes para o tempo das Missas, ainda mais solennes, por divertir o enfado de tão elevados, e Divinos Mystérios»²⁰³. Não faltam na Escritura Sagrada, relembra o P. Malagrida, exemplos de severos castigos de Deus para a profanação dos lugares sagrados. Daí não se poder esperar que, nos templos cristãos, em que assiste, «com a sua real presença, o Corpo, e Sangue de JESU Christo», se passassem «agora com tanta insensibilidade, e indifferença as mais sacrilegas irreverencias, e as mais detestaveis torpezas», como as «que se praticavão nos Templos, ainda mais insignes desta Metrópole de tantos Reynos»²⁰⁴. Grande propagador dos exercícius espirituais, aproveita o ensejo para aconselhar a sua prática, assinalando que o seu cumprimento durante «seis dias, na casa dos exercícius, para ponderar com melhor desafogo, e maior luz, o que he, e o que nos traz de infinitas mizerias, hum pecado mortal contra tão grande Senhor». Se há cristãos que dizem ser cristãos, «já crem, e sabem, que há Deos, Inferno, e Eternidade»; as suas obras, porém, não o mostram. Confessa sentir pena ao ver noutras cidades quatro e seis casas para estes exercícius onde há três horas de oração mental e o atendimento de um padre director, quando em Lisboa não chega a existir uma só «estabelecida para este effeito»²⁰⁵. E, no entanto, como é lamentável deparar-se com tantos «que não se sabem confessar» e arrependem, cuidando «que toda esta fabrica he negocio de palavras, he bater no peito, he rezar o formulario do Acto de contrição, e nada mais», pelo que chegam a não receber a absolvição, «porque, ou não sabem ou estão esquecidos, até dos mesmos Artigos da Fé!»²⁰⁶. Era este o juízo do jesuíta sobre Lisboa e «a verdadeira causa do terramoto».

Contudo, a acentuação das razões da catástrofe em estrito enquadramento providencialista, se as encontramos, até à medula, impregnadas de uma mentalidade tardo-medieva dominante – em pleno dealbar do iluminismo –, enfrenta polemicamente, sobretudo no escrito de Malagrida, a controvérsia das causas naturais com que seus propugnadores explicavam esses e outros cataclismos físicos tão destruidores para as populações. O escopo à vista era a prática religiosa de sincera penitência que se desejava traduzida em obras corporais, renovação espiritual, coerente harmonia entre a crença e a vida quotidiana na fidelidade aos preceitos do Decálogo e ao exercício das

²⁰³ *Ibid.*, pp. 24-25.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 27.

²⁰⁵ *Ibid.*, pp. 29-30.

²⁰⁶ *Ibid.*, pp. 30-31.

virtudes cristãs, na frequência dos sacramentos da confissão e eucaristia. Seria esta, de resto, a ossatura das pregações – homiléticas, doutrinárias e missionário-apostólicas motivadas pelas circunstâncias religiosas afins em que teriam lugar ²⁰⁷.

4. Sermões impressos e pregados

Não foram entre nós muitos, e pode dizer-se que até certo ponto não sido surpreendentemente escassos, os sermões publicados referentes ao trágico evento, pese a consideração dos anos imediatos de turbulência em que as partes arruinadas da cidade tenham arrastado consigo a laboração das oficinas tipográficas, e a perturbação social diminuísse acentuadamente as encomendas de trabalhos impressos. Da investigação feita com alguma exaustividade resultou detectar-se um conjunto de doze textos saídos entre 1756 e 1758, cinco de pregações proferidas em Lisboa, um em Montemor-o-Velho, dois em Coimbra e quatro no Brasil. Magra conta esta ao ponderar-se que a cidade-mártir, considerada em alegórico paralelo outra Sodoma, Nínive ou Babilónia, antros de devassidão, acabara sendo, por tal motivo,

²⁰⁷ Na Europa, na altura do terramoto de 1755, houve em países de confissão protestante pregações alusivas à catástrofe, nomeadamente, na Inglaterra, Países Baixos e Alemanha, dentro de um teor semelhante ao que se encontra nos sermões portugueses. Assim, por uma proclamação da Corte Britânica era instituída a sexta-feira de 6 de Fevereiro de 1756, “dia de acção de graças, jejum, oração e arrependimento e penitência pelo facto de Londres haver sido poupada aos infortúnios de Lisboa”, sendo proposto aos pregadores – o que demonstrava reconhecimento pelo valor do sermão como meio de doutrinação teológica e moral das populações – falar do tema. Isso deu origem a vasta produção parenética logo a seguir impressa. Pelos textos existentes, verifica-se que há uma recusa em estabelecer “relação causal entre o pecado e a catástrofe, mas se considerava ter sido esta um acontecimento governado por Deus, princípio organizador do mundo e da história”. Cf. João Almeida Flor, “Sermões Ingleses sobre o desatre de Lisboa, in *O Grande terramoto de Lisboa. Ficar diferente*, cit. na “Bibliografia Consultada”, pp. 511-512. Na Holanda, a 30 de Novembro de 1755, o Pastor de Haia, Gosuimus van Kessel, aproveita o terramoto de Lisboa para matéria de um sermão sobre “O temor da vinda de Deus”, publicado em 1756. Serve-se do tema para mostrar que o terramoto era um sinal divino de aviso aos Países Baixos. Em outro sermão, um autor anónimo assegura o mesmo e sem rodeios, pois “estas coisas lhes aconteceram para que nós não tenhamos vontade de praticar o Mal”. Cf. Theo D’Haen, «“Um atoleiro de infinita tristeza”: o Terramoto de Lisboa na literatura neerlandesa» in *op. cit.*, p. 555-556. O pastor luterano alemão, Johann Melchior Goetze, numa prédica em Hamburgo (1756), afirmou que “o Senhor está no próprio terramoto” e que “a Sua voz se ouvia dentro dos abismos de Lisboa”, dizendo: “se não vos corrigirdes perecereis todos”. Contra este orador sacro dirigiu Lessing os seus doze panfletos *Anti-Goeze*. Cf. Isabel Maria Barreira de Campos, *O Grande Terramoto (1755)*, Lisboa, Editorial Parceria, 1998, p. 594.

castigada pela justiça divina. Assim assegura o P. Gabriel Malagrida, em seu *Juizo*, ao sublinhar como o burgo lisboeta logo trocara «aquele inferno de culpas» pela «mais rigorosa penitência», para merecer «escapar daquele extermínio, a que estava irremediavelmente sentenciado»²⁰⁸. Acentue-se que os pregadores zelosos, ouvidos pelas massas de ouvintes aterrorizados, viram-se convocados a prosseguir, quando, a 13 de Novembro, foram oficialmente ordenadas preces públicas «por todo o Reino para aplacar a Deos justamente irado contra os pecados dos homens»²⁰⁹. Para o ritmo frenético experimentado, – como se verifica pelos testemunhos coevos atrás mencionados, em que as parêneses se sucediam nas praças da capital, nos abarracamentos e nos púlpitos dos templos capazes de oferecer segurança, durante as missas, procissões penitenciais e nos actos piedosos de desagravo –, dispunha a cidade de Lisboa de um número bastante de oradores sagrados, sobretudo do clero religioso, para assegurar uma constante presença perante a multiplicidade de auditórios. É verdade que, ao depois, apoiados em texto impresso foram raros, embora talvez bastantes mais pudessem circular em cópias manuscritas, como provavelmente sucederia. Quanto à abundância de pregações, foi facto de sobejo comprovado. O capuchinho Fr. Iluminato de Borgo, em sua extensa relação para Itália, revela que o Rei, ao reconhecer, «como os outros a justa ira do Céu», querendo «os seus súbditos reformados», deu também, na circunstância, uma ajuda ao chamar «os Missionários de Varatojo juntamente com os outros que esta capital acolhia espalhados por aqui e por ali, para que pregassem em Lisboa a penitência»²¹⁰. Por sua vez, na correspondência para Roma, a 2 de Dezembro de 1755, o Núncio Acciaiuoli informava que o monarca D. José ordenara ao capuchinho italiano Fr. Clemente de Nizza, residente no Hospício da gente de sua nação, que pregasse uma missão durante oito dias, depois da hora da ceia, e fora da tenda real, a que, à porta, com toda a família e o resto da corte o soberano assistiu, dando-lhe muita satisfação essas prédicas em língua portuguesa²¹¹. A mesma fonte, nos despachos de 6 de Janeiro e 17 de Fevereiro de 1756, menciona que continuavam a fazer-se «diversas procissões de penitência, sermões e outras obras de piedade», havendo todos os dias «pelas estradas diversas missões, nas quais pregam Religiosos e Padres Seculares, os quais não deixam de ter assistência maior

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 13.

²⁰⁹ Cf. P. António Pereira de Figueiredo, *Diario dos Sucessos de Lisboa, desde o terremoto até ao exterminio dos Jezuitas*, traduzido do idioma latino por Mathias Pinto [...], Lisboa, Na Offic. De Francisco Borges de Sousa, 1766, p. 17.

²¹⁰ Cf. *Sismicidade em Portugal*, vol. II, p. 336.

²¹¹ Cf. *Correspondência do Núncio*, p. 336.

nos dias festivos»²¹². Pela província, no Convento de Santa Maria de Alcobaça, da ordem cisterciense, celebraram-se, em 5 de Novembro, as mesmas actividades religiosas e, a 29 de Dezembro de 1755, houve missões nas vilas vizinhas, rematadas na primeira quinzena de Julho do ano seguinte com uma celebração gratulatória a Nossa Senhora, sendo as pregações confiadas a reputados oradores daquele mosteiro²¹³. Por sua vez, o bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação fez pregar na sua igreja catedral por «missionários zelosos a reforma dos costumes»²¹⁴.

A impressão geral, de imediato dada pela leitura desse conjunto de sermões impressos, é rondarem por uma valia literária próxima da vulgaridade. Salvo um ou outro, de resto acorrentados a redundante formalismo barroquista, de nada serve aos restantes a empolada lisonja do parecer enaltecedor dos censores e dos subscritores das dedicatórias. Quanto ao conteúdo, vai esse da acentuação moralista à ascética, a que o teor do texto apocalíptico do P. Malagrida, escopo do que o jesuíta pregava sem desfalecimento por Lisboa, poderia servir de norma. Acentuar ao extremo a causa religiosa do terramoto – a ira de Deus ofendido, pelo nenhum caso feito a seus inumeráveis sinais de aviso – era, sem dúvida, o que mais contava, a fim de mover à conversão e à penitência. Daí o quadro de costumes imorais em que a capital mergulhara e a falta de emenda que parecia ainda subsistir. O clima gerado pela catástrofe e os tremores espaçados, reais e imaginados, que se continuaram a sentir pelo ano além, a juntar aos incitamentos da hierarquia e ao zelo fanático de alguns pregadores, concorriam para manter em respeito os crentes, concordantes e discordantes, numa perfeita adesão à religiosidade que de todos se esperava sinceramente vivida. Mas percorra-se, e tão-só, cada um dos sermões apontados no referido elenco, e em sua maioria agora datados com precisão.

4.1. Lisboa: Fr. Manuel da Epifania

A principiar, tome-se o do franciscano, figura culta e de prestígio, Manuel da Epifania, aliás sem referência de dia e local, que o autor fez sair do prelo unido a um escrito filosófico, pautado em treze desenvolvimentos, a que deu o título de *Novas e curiosas reflexões sobre os terramotos*, por ser assunto, escreve, «que tanto cuidado tem dado às melhores pessoas»²¹⁵.

²¹² *Ibid.*, pp. 67, 81-82.

²¹³ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, pp. 79-80.

²¹⁴ Ver, *infra*, o *Sermão* de D. António da Anunciação, pregado em Coimbra em 1756, p. 16.

²¹⁵ Fr. Manuel da Epifania, escritor, pregador e teólogo, nasceu em Coimbra, a 9 de

De resto, lá vai lembrando que, se após «grandes terremotos commumente se seguem outros pequenos, que põem os povos em grande consternação», disso procede «algum bem à reforma das vidas». E não deixa de acentuar ter a experiência «mostrado que qualquer repetição do tremor de terra, he hum missionario, que chega ao fundo das consciencias, e que retem mais a corrente das culpas, ainda que a mayor parte da gente não faz este movimento, tanto pelo amor de Deus, como pelo temor de perder a vida»²¹⁶. O sermão que intitulou *Oração tragica de Lisboa* deve ter sido pronunciado em qualquer mês a seguir a 16 de Novembro, dia em que por “insinuação” de D. José, o Cardeal Patriarca, se ordenara uma procissão gratulatória, acompanhada pelo Colégio Patriarcal, isto é da Basílica de Santa Maria, clero, comunidades e Senado da Câmara, saindo da Ermida de São Joaquim e a recolher-se na Igreja das Necessidades²¹⁷. Por voto, e com jejum na véspera, a mesma se repetiria nos anos seguintes, na segunda domingo de Novembro, dedicada ao Patrocínio de Nossa Senhora». A que acabara de se realizar, «com grande devoção e piedade», acompanhada da

Abril de 1712, e faleceu a 8 de Dezembro de 1767, tendo professado na ordem franciscana no Convento de Alenquer (4.01.1731) e frequentado o Colégio Universitário de S. Boaventura em Coimbra. Espírito inconformista, ensinou teologia e filosofia no Convento de Mafra (1737-1743) e exerceu o magistério do púlpito para que era dotado. Aderente à mensagem doutrinária do iluminismo e sensível ao debate entre “antigos e modernos”, a propósito do “método português” e do “método francês” de pregar, sobre cujo confronto no discurso parenético dissertou acerca do que era melhor, “se huma eloquencia innocente, se artificiosa”. Publicou em dois volumes o controverso *Verdadeiro Metodo de Pregar* (1759/1762) onde se verifica um claro repúdio, da teoria e prática do método português e uma opção pelo ideal de perfeição, através da imitação da natureza, defendendo que o “bom gosto” não pode ser ditado pelo gosto da maioria. Integrou o movimento de anti-jesuitismo que a política pombalina alimentava. Escreveu dois opúsculos sobre o terramoto de 1755, tendo assinado a *Carta Critica* com o pseudónimo de Sigismundo Andrade Coutinho, a propósito do poemeto *Parenesis* de Francisco de Pina e de Mello, dedicado à catástrofe. Ver: Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, IV, p. 241; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, V, pp. 410-411; Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Composição literária em Portugal*, Coimbra, 1973, pp. 531-550 e 564-566; António Alberto de Andrade, *Vernei e a Cultura do seu Tempo*, Coimbra 1975, p. 355; João Francisco Marques, “Manuel da Epifania (Frei)”, in *Logos, Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 3, 1999, cols. 436-438.

²¹⁶ Cf. Fr. Manuel da Epifania, *Novas, e Curiosas Reflexoens sobre os terremotos, e huma Oração Tragica de Lisboa*. Que fez Fr. Manoel da Epifania, Religioso Menor da observante Provincia de Portugal. Lisboa. Na Officin. de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. S. Card. Patriarca., Anno M. DCC. LVI. Com as licenças necessárias (4 págs. Inum. que incluem o rosto + 89 págs., ocupando as “Reflexoens” de 1 a 37 e a “Oração Trágica de 39 a 89 págs.); p. 22.

²¹⁷ Cf. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 31.

família real, «altezas e toda a corte». A 13 do mês seguinte, também por determinação da mesma entidade eclesiástica, ordenou-se nova procissão de preces com idêntica afluência de acompanhantes, clero e ordens religiosas, em que «todos descalços e humilhados» rogaram «a misericórdia de Deus e a protecção dos santos»²¹⁸. O exemplo foi seguido pelas comunidades conventuais e pias irmandades da cidade que «fizeram outras devotíssimas procissões, com muitas penitências públicas e particulares»²¹⁹. O prestígio de que usufruía Fr. Manuel da Epifania concorreria para levar a escutá-lo grande auditório. O escopo do discurso, intitulado *Oração trágica*, era de per si esclarecedor. Para tema escolheu a perífrase do profeta Jeremias, extraída do capítulo segundo, *Haccine est urbs perfecti decoris, gaudium universi terrae*, vertida em vernáculo por «Esta é a cidade de perfeita beleza, e o gosto de todas as nações da terra»²²⁰. O contraste oferecido virara desolador: «Nestes nossos tempos descahio nesta Corte o fervor da Religião; faltarão as virtudes, o uso das suas riquezas se fez unico exercicio da sua vaidade; os divertimentos passarão a ser idolos dos seus desvêlos, e rendimentos; o Deos de seus pays ainda he o mesmo Deos da sua profissão, mas não he o mesmo Deos das suas veneraçoes; a justiça lançou fóra a balança, e perdeo o equilibrio; os que deverão mais zelar o bem da Republica, estabelecerão hum mynisterio da sua particular utilidade; os Pastores formárão hum coração indolente aos clamores dos seus institutos, e os subditos encherão toda a liberdade nas suas obras; os obreiros euan-gelicos, quaes outros Profetas falsos de Israel, á face dos Altares sagrados fallárão lisonjas, prometerão felicidades, faltárão á instrucção, desemparárão a verdadeira doutrina, não combaterão os erros; em fim, porofanarão a dignidade do lugar, e formarão um mynisterio sem fundo, e relaxado»²²¹. Fora esta multidão de desordens que moveu a justiça divina contra os seus moradores e «determinou o todo poderoso castigar a nação Portuguesa, encaminhando o principal golpe a esta capital da «Monarchia»²²². Deus fizera de Jerusalém uma cidade santa, mas em seu santo templo o criador chegara a ser adorado «como por politica, e cerimonia; os Altares profanos de Baal enchião as suas adoraçoens affectivas»²²³. Isto se viu repetido em Lisboa que assistiu à profanação dessas aras destinadas ao sagrado e onde

²¹⁸ *Ibid.*, pp. 31-32.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 32.

²²⁰ Fr. Manuel da Epifania, *Oração trágica*, pp. 39-41.

²²¹ *Ibid.*, pp. 43-45.

²²² *Ibid.*, p. 47.

²²³ *Ibid.*, p. 49.

«se tributavão sugeiçoens ao amor profano com praticas, acçoens, e outras mais indecencias: nestas mesmas casas de Deos punhão os Portugueses a Venus, e a Cupido no Altar das suas veneraçoes, fazendo cahir do Altar dos seus respeitos a hum Deos seu benfeitor»²²⁴. Aconteceu, por isso, que a «espada da Divina justiça», nesse dia de «pavor tão horroroso, como merecido», feriu, nesta corte, grande parte de inocentes e culpados «quasi em todos os templos, aonde se via profanado o respeito do Creador, e a veneração que alli se devia a Deos». E a cidade, continua o pregador em tom apocalíptico, «passou dos exercícios da sua santa Religião a ser idolatra de todas as vaidades, e divertimentos perigosos á innocencia; a frequencia dos Templos mudou-se pela frequencia dos seus theatros; não chegou a perder a fé, porém extraviouse de todas as virtudes de seus mayores»²²⁵. Alguns já têm proclamado, por meios capazes de suspenderem o castigo da cólera divina e servirem «de remédio a tantas misérias publicas», dever invocar-se o que «fizerão os Portugueses em attenção á fé de Christo», nas quatro partes do mundo, do reino do Congo ao Brasil, de Moçambique às praias do Oriente, onde tantos varões apostólicos «paderão trabalhos, soffrerão injurias, e perseguiçoens por amor do seu Deos»²²⁶. Só que há uma enorme diferença entre essa «idade mais pura» e uma «idade toda carnal». Para que o paralelo entre o passado e presente calasse fundo nos ouvintes, acentua essa diferença ao obrigá-los a pôr o olhar no quotidiano: «vereis aquelles Portuguezes cheyos de fervor da Religião, de hum trato cheyo de humanidade, de um comercio sincero; vereis que em tão bastava para fazer a galla de hum Príncipe, o que não basta hoje para fazer o vestido de hum plebeo; hoje falta a boa fé no comercio, ha excessos no luxo, falta o desejo das boas obras, ha menos escrupulos na usura, mais interesse nos que administração justiça, menor zelo nos Pastores, e mais veneno nos maldizentes; estes chegão ao culpado, e ao innocente, ferem os amigos, e inimigos não perdoão ao sagrado, nem ao profano; a reputação que he o bem mais amado, e precioso a todos os homens, he a pobre victima, que morre aos golpes da lingua no Altar terrivel da vingança; as mulheres nos seus primeiros annos se accupão no ornamento de huma fragil belleza, e só nos ultimos he que tem de Deos huma leve memoria; reservão para o seu creador as ruinas da idade, e dão ás vaidades do mundo a flor dos seus annos: em fim, as danças, as representaçoens

²²⁴ *Ibid.*, pp. 53-54.

²²⁵ *Ibid.*, pp. 54-55.

²²⁶ *Ibid.*, pp. 60-61, 65.

theatrais, o lauto das mesas, a vaidade pomposa dos trajes, todo o divertimento excogitavel, seja, ou não seja perigoso ao espirito christão, he o encanto dos moradores de Lisboa; isto lhes rouba todos os cuidados, e affectos; estes são os teus Deoses, ó Israel Portuguez»²²⁷. Toda a demonstração fora conduzida ao ponto pretendido: o perdão divino. Bem consciente da exigência do seu ministério, o orador poderia, «na presença de hum Deus offendido, procurar recorrer à dor dos ouvintes, «cooperando, com uma imaginação errada»²²⁸. O meio para «desarmar a cólera de Deos» não é chorar os «patricios, amigos, e parentes que ficarão sepultados entre ruínas», mas converter essas lágrimas em exercício de penitência e voltar à inocência dos antigos costumes²²⁹. Recorrendo a enfática interrogação, pergunta se não será imprudente falar «em penitencia na corte». O inciso oratório é aproveitado, então, para uma critica à pregação de circunstância que a galante Lisboa conhecia e, ironicamente, prossegue: «Não he este o lugar, aonde a prudencia mundana costuma lisongear as paixoens dos Principes, ou para melhor dizer, sitiar o throno das Magestades? Não he aonde os vicios dos grandes encontrarão artificiosos applausos, que os justificão? Aonde a adulação reveste os clamores Euangelicos com a cor de temeridades dignas de castigo? Aonde he politica encubrir, ou dourar os horrores das calamidades publicas, ainda que estas sejam mandadas pelo supremo legislador do universo?». A rudeza esbate-se, porém, ante o rei que, na ocasião, o escuta e a quem não poupa encómios, como o temor reverencial aconselhava: O soberano é «cheyo de piedade, e de religião»; mostra «hum coração mais ferido das infelicidades dos seus vassallos, do que da perda dos seus thesouros»; reconhece-se nele «hum espírito real, que «podendo ir para outro lugar do seu Reyno, adonde não houvessem espectaculos tão horrorosos, quiz assistir sempre no meyo das miserias publicas, fazendo o officio do bom, e fiel Pastor, que ainda nas mayores tempestades atura o furor das tormentas, e nunca desampara as suas ovelhas; á face dos grandes, e pequenos, por si mesmos tem clamado pela misericordia»²³⁰. Só a cidade que até parecia já ter entrado «no conhecimento dos seus frivolos gostos, e dos seus caprichos vaidosos», se mostra ainda impenitente e seus moradores pedem a misericórdia divina não por temerem as ofensas como filhos, mas o castigo «como escravos»²³¹. E, para

²²⁷ *Ibid.*, pp. 65-67.

²²⁸ *Ibid.*, p. 68.

²²⁹ *Ibid.*, p. 69.

²³⁰ *Ibid.*, pp. 72-73.

²³¹ *Ibid.*, p. 74.

levar os ouvintes a sentirem o espírito contrito e a vontade firme de sincera penitência, exprobra-lhes a contumácia em se preservarem no caminho que lhes trouxe aquele «formidável açoute» do céu: «Vós louvais a Deos com a boca diante das sagradas imagens e, nestes terços; mas eu cuido que o vosso coração está muito longe de Deos. Como quereis que vos julgue penitentes se depois de tantos ameaços sois como o soldado veterano nas campanhas, que faz um coração insensível ao temor! A justiça tem mostrado muitas vezes a esta Lisboa a mesma espada, ainda molhada do sangue de tantos miseráveis cidadãos; mas ela perdeu o pavor, e está socegada na posse de seus antigos costumes; Lisboa ainda depois de humilhada he soberba; depois de aniquilada he vaidosa; perdeu as suas riquezas, mas cresceu na sua ambição; quer aliviar os seus males, mas não sei se acerta os meyo para o seu bem; reedificou as suas chamadas mesas, e não sei se alli crescem os inventos para tirar esse pouco sangue, que ficou nas veas dos pobres»²³². A critica à administração pública recebe aqui severa admoestação. Por isso, será de temer novo açoite e ver a cidade ficar «deserto, o comercio sem cultura, os altares sem sacerdotes, e os Santos sem veneração»²³³. Passa então abordar, em discordância, as opiniões dos cultos discutidas em reuniões de eruditos, religiosos e leigos, as quais asseguram «não ser Deos» que brandiu a sua cólera, «mas a força do elaterio excitada da materia ardente, que se acha nas entranhas da terra», aconselhando a que se não vá «cegamente com este tropel de discursos humanos»²³⁴. A interpretação ortodoxa de episódios bíblicos afins parece-lhe oportuna: «Deos humas vezes impede a actividade dos elementos para beneficiar os seus escolhidos, como se vio nas fornalhas de Babilonia: outras vezes deixa obrar toda a actividade das causas segundas, para castigo das Cidades, que não merecem a sua misericórdia, como succedeo nessa infeliz Gomorha». A Providência é libérrima no que determina: se na Antiga Lei ordenou aos profetas, «órgãos da sua ira», que avisassem muitas nações dos castigos que sofreriam, não se pode abrigá-la a que declare «se este estrago» foi castigo das culpas passadas ou «só effeitos destes elementos furiosos»²³⁵. Isso seria temeridade humana: «querer entrar no santuario dos segredos divinos». Nem a consciência dos moradores de Lisboa está tão pura para esperar que Deus os olhe «como Pay de misericórdia, e não como juiz severo»²³⁶. Se

²³² *Ibid.*, pp. 76-77.

²³³ *Ibid.*, p. 79.

²³⁴ *Ibid.*, p. 80.

²³⁵ *Ibid.*, pp. 80-81.

²³⁶ *Ibid.*, pp. 81-82.

Ele é misericordioso «para beneficiar os justos», não deixa de ser «Deos, de vinganças», como se vê «na espada, que ainda fumega com o sangue de tantos miseráveis; nos templos, que sendo todos os dias ungidos com o sangue da nossa redempção, agora estão profanados com o sangue de tantas victimas da sua ira; nesta Cidade chea de confusão, e pavor»²³⁷. Mas Lisboa mostra-se «distraída» e está «reduzida a huma solidão», com seus santuários desertos, quando precisa lavar «com as agoas da penitencia» o seu coração, voltar à inocência da sua infância cristã, entrar «na observancia das leys divinas»²³⁸. Só assim, acentua o pregador a terminar a peroração, Deus lhe será favorável e cumprirá a promessa feita em Ourique «ao grande Affonso, que Portugal havia de ser o Imperio» do seu amor. A melhor alento dos brios patrióticos da monarquia não se podia apelar, em hora de prostração e desânimo, do que à secular utopia do Quinto Império, mito que ainda ressoava na consciência da nação²³⁹.

4.2. Montemor-o-Velho: P. Francisco de Pina e de Mello

Dentre os muitos sermões pregados, um outro a sair do prelo, nos tempos imediatos à catástrofe, aparece na província. Trata-se de o *Juízo sobre o Terramoto*, de Francisco de Pina e de Mello, que o censor dominicano do Santo Ofício tem por “hum homem Encyclopedico”²⁴⁰. Este sermão foi

²³⁷ *Ibid.*, p. 82.

²³⁸ *Ibid.*, pp. 86-87.

²³⁹ *Ibid.*, p. 88.

²⁴⁰ Francisco de Pina e de Mello nasceu em Montemor-o-Velho (7.08.1695) e ainda vivia em 1775. Frequentou Filosofia e Cânones na Universidade de Coimbra sem haver concluído os cursos. Espírito erudito e inclinado às ciências, artes e literatura, residiu quase sempre em sua terra natal. Poeta gongórico e conhecedor da poesia francesa, gozou de reputação nos meios árcades do seu tempo, mas sofreu também severa e excessiva crítica de seus pares. Suspeito aos sequazes de Pombal, veio a ser encarcerado por inconfidência. Deixou abundante obra poética e vários textos oratórios entre os quais a conhecida e controvertida *Parenesis* sobre o terramoto de 1755, em versos hendecassílabos. Ver Inocêncio Francisco da Silva *Dicionário Bibliográfico Português*, III, pp. 33-35. A polémica desencadeada pela *Parenesis*, ambígua entre o literário e o filosófico, fez surgir vários opúsculos de curiosa leitura, entre os quais serão de mencionar: *Carta critica*, em que se pesa o valor da chamada Parenésis de Francisco de Pina e de Mello, escrita por Segismundo António Coutinho, pseudónimo de Fr. Manuel da Epifania (1756); *Defensam apologetica* contra a critica, que a Parenésis de Francisco de Pina e de Mello [...], por Joam Chrisotemo de Faria Cordeiro de Vasconsellos de Sá (1756); *Carta anatômica* que escreve hum amigo do Porto a outro de Coimbra, em que se faz juizo da Carta, que sahio dando noticia do Terremoto de Lisboa, e da Crisis feita á Parenésis do Pina, Coimbra: Na Officina de Antonio Simoens Ferreira, Impre. Da Univer. Anno 1756 (7 págs.).

recitado «na Capella do Hospital Real de Monte-mor o Velho no último dia do Oitavario, com que a Confraria da Senhora da Conceição, instituida no mesmo Hospital, implorou o patrocínio da Soberana Virgem, estando sempre o Sacramento exposto de dia, e de noite»²⁴¹. A data encontra-se pois registada: 7 de Dezembro de 1755, ia decorrido pouco mais de um mês após o terrível sinistro que, como «enraivada Vibora», que continuava a mover-se insistente, todavia com menos fortes tremores. O tema é do evangelho de S. Mateus, 11, 25: *Abscondisti haec sapientibus, et prudentibus, et revelasti ea parvulis* (escondeste estas coisas dos sábios e as revelaste aos pequeninos). Entende o orador que poucos no numeroso auditório «não desejem saber a Origem destes horriveis abalos da Terra, que nos tem posto em continuo susto, desde o primeiro de Novembro»²⁴². Com este dado arranca o tema, mas de imediato avisa que se desiludão quantos pensarem dever-se o terramoto a causas naturais, pois só a poderosa mão do Altíssimo «he que faz este tremendo abalo» que não tem dia marcado pela natureza, porque esse é o «da ira, do furor divino»²⁴³. A verdade sobre a origem dos terramotos, acentua, não será a dada por matemáticos e filosofos, mas pelo Profeta Isaías. A história sagrada e profana mostram não haver terramoto «que não seja fulminado contra a preversidade humana». Lisboa, de facto, estava «cheia de lascivia, de latrocínios, de iniquidades, de delicias, de jogos, e de bailes», quando se deu o terramoto e, por isso, como Babilónia, foi castigada. A Providência divina não podia agir de outra forma: «era preciso que esta vingança correspondesse á culpa, que assim procede sempre a justiça de Deos; e como Lisboa se jactava das suas mesmas dissoloçoens, e se glorificava nos seus delictos, que podia esperar-se da equidade suprema, senão que correspondesse a esta gloria, e a esta jactancia o luto, e o tormento?»²⁴⁴. O mal, por toda a parte, campeava infrene. Dominavam, na verdade, os crimes, as obscenidades, «mas de roubos, de violencias, de soberba, de ambição» todos sofreram e os que podiam fugiram, tendo o que sucedeu acontecido por sentença divina²⁴⁵.

²⁴¹ *Juízo sobre o terremoto*, por Francisco de Pina e de Mello, Moço Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Academico da Academia Real da Historia Portuguesa. [Emblema da Companhia de Jesus numa moldura] Coimbra: Na Off. De Antonio Simoens Ferreira, Impressor da Universidade Anno de 1756. [-] *Com as licenças necessarias*. (6 págs. Inum. + 30; nas seis págs. Inum. vem o rosto e as licenças).

²⁴² *Ibid.*, p. 1.

²⁴³ *Ibid.*, p. 4.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 7.

²⁴⁵ *Ibid.*, pp. 7 e 10.

Espanta-se por verificar, ao ler as relações que vieram da capital, que, não ficando «templo, nem tribunal inteiro», se mantiveram de pé as casas de meretrizes. Julga incompreensível que a justiça divina se haja compadecido de lupanares tão sórdidos e se irritasse «contra aquelles edificios, que se instituirão» para louvar ao Altíssimo e para o governo público ²⁴⁶. Olhando para a terra onde prega, vê que Montemor, se não comete as faltas “odiosas” de Babilónia ou de Lisboa, também é culpada, embora menos, «porque nas terras pequenas não há tantas occasioens para se apurar a malicia», mas encontram-se nelas «mais vivas as murmuraçoens, os mexericos, os odios, as trapaças, as traiçoens, e as usuras: em Monte-mor tambem há Letrados, tambem há Escrivaens, tambem há mulheres, e outras coizas mais». Por isso, «foi para Lisboa o castigo» e para Montemor «o ameaço» ²⁴⁷. O país, lembra o pregador, encontra-se em estado de calamidade e pânico. Deixa, assim, esta admoestação insistente: «os terremotos do Ceo saõ vozes de Deos» que se continuão a ouvir. A terra tremeu e «fez arrazar Lisboa, Faro, Tavira, Setubal, Villa-franca, Castenheira, Alemquer, e Ourem», mas não passa semana sem que as cartas não «refiraõ novas mortes, novas tragedias, novas calamidades» e as noticias estejam clamando «que os homens tem desamparado as povoaçõens, e que vivem a modo de feras pelas brenhas, e pelas charnecas; se despejam os palacios, que habitaõ nas choupanas»; e «como na arca de Noe, aonde se accommodavaõ com hum mudo socego tantos viventes de contrarias especies», há fidalgos e plebeus «misturados nas choças» ²⁴⁸. Cita então o Padre António Vieira que ventilou a questão da incoerência da obras com a fé, sendo que a justiça divina não pode aceitar confessar a boca que «há hum Deos, que premeia, e castiga, se nem antes, nem depois da morte esperamos premio, nem tememos castigo» ²⁴⁹. Tal comportamento é de gente temerária e louca: «comemos, e dormimos, e andamos alegres, e os tremores da Terra a repetirem quasi todos os dias, as vozes de Deos a gritarem quasi todos os instantes, a ira divina a ameaçarnos todos os momentos» ²⁵⁰. Só que, a comportar-se o povo português como estátua insensível, a misericórdia divina não o ampara. Basta lembrar, inflete aqui o orador o teor do discurso enveredando pelo tom da esperança, que as suas Quinas são «huma portentosa figura» das suas cinco chagas, seu brasaõ rubricado com seu

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 12.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 14.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 17.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 18.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 20.

preciosíssimo sangue e todos os anos saiam de Lisboa a levar o Evangelho às partes mais remotas do mundo, à Índia, Japão, China e América²⁵¹. A eleição de povo escolhido, anunciada ao seu primeiro rei Afonso Henriques, é recordada, a fim de manter a confiança na perservação da promessa de reino seu, apesar da «summa immutabilidade», de «summa miseria» e «fragilidade summa»²⁵². Se Deus, continua o pregador, não aniquilou o homem no tempo de Noé perante seu enorme estendal de misérias, não há-de tratar de forma diferente este reino seu entre todas as monarquias do mundo²⁵³. A severidade divina não poderá assim manter-se, não sendo necessário para isso que se aleguem os serviços prestados, mas que se proponham tão só as confessadas misérias²⁵⁴. E, nesta altura, a peroração evoca a protecção de Maria Santíssima, a «Iris, que nos assegura que estão apagados os incêndios» da ira divina. Nem haveria agora razão para mantê-la contra um povo que a Deus «tem feito mais serviços, que todas as Nações do Mundo, e ainda mais que o mesmo Povo judaico; pois este negou no deserto» o seu «santíssimo nome, e os Portuguezes, não só o confessarão sempre nas Cidades mais populosas, e nas mais barbaras solidões, mas também o levaram a todas as partes do Mundo»²⁵⁵. E conclui, afirmando, que o título de Conceição conjuga-se com o de Vitória, porque, com o primeiro, foi derrotado o demónio e, com o segundo, o triunfo sobre a vingança divina²⁵⁶.

4.3. Lisboa: Fr. António do Sacramento, Fr. António do Espírito Santo Andrade, P. António Nicolau de Carvalho, P. Tomás Caetano de Bem, Fr. António das Onze Mil Virgens

Em sua correspondência diplomática de finais de 1755, o Núncio Acciaiuoli continua a registar o estado de miséria e horror da gente sinistrada da capital, enquanto se faziam sem cessar «especiais procissões de penitência muito devotas»²⁵⁷. Repetia o mesmo, na de 6 de Janeiro do ano seguinte, ao referir serem numerosas as barracas levantadas «para suprirem as igrejas», mencionando continuarem a realizar-se «diversas procissões de penitência, sermões e outras obras de piedade»²⁵⁸. No dito mês houve, de

²⁵¹ *Ibid.*, pp. 21-22.

²⁵² *Ibid.*, p. 23.

²⁵³ *Ibid.*, p. 25.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 27.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 29.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 30.

²⁵⁷ Cf. *Correspondência do Núncio*, p. 66.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 67.

facto, o costumado triduo, com procissão e pregação, promovido pela confraria de Santa Engrácia, em seu templo, para desagravo do sacrilégio cometido sobre as hóstias consagradas, na segunda metade do século anterior ²⁵⁹. As celebrações religiosas, no decurso do ano litúrgico, iam tendo lugar nos abarracamentos erguidos em Lisboa e «nos campos e entrada do campo»: a exposição do Santíssimo das 40 Horas na quadra do Carnaval; as cerimónias da Semana Santa; a festa do Corpo de Deus ²⁶⁰. Sem se conhecer o exacto dia em que foi pronunciado, mas a colocar nos tempos imediatos e conturbados da catástrofe ou nos primeiros meses de 1756, conta-se outro sermão impresso, escrito e recitado pelo franciscano António do Sacramento, diante da imagem do Senhor dos Desamparados, colocada na igreja da barraca dos religiosos seráficos de Lisboa, no sítio de Campolide ²⁶¹. O pregador, conhecido por suas actividades literárias e oratórias dedicou-o ao prelado da Sé Patriarcal, Mons. João de Melo Pereira Sampaio, do conselho de estado, cujas obras de misericórdia praticadas menciona e enaltece: os mortos e vivos que tirou das ruínas e a quem prestou assistência, a uns dando-lhes sepultura e a outros conduzindo aos hospitais, «onde a todos com frequencia quotidiana lhes dava copiosas esmolas e saudaveis conselhos» ²⁶². Precedido por uma «Breve notícia do terramoto de 1755», o tema escolhido tirou-o do profeta Miqueias, cap. 6, vers. 3: *Popule meus, quid feci tibi, aut quid molestus fui tibi! Responde mihi*, ou seja: Povo meu, que te fiz ou em que te tenho sido molesto! Responde-me. O exórdio principia algo *ex abrupto* ao lembrar a jactância com que o povo lusitano provocava os demais com ser a nação por Deus

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 71.

²⁶⁰ *Ibid.*, pp. 86-90; Cláudio da Conceição, *op. cit.*, pp. 57-58.

²⁶¹ *Exhortação consolatoria* de Jesus Christo crucificado na cruz, Ao povo Lufitano, por se ver nimiamente conturbado por causa do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755. Escrita por Fr. Antonio do Sacramento Religioso Observante de S. Francisco da Santa Provincia de Portugal, Pregador Jubilado, etc. e Ex-Guardião do Santo Imperial e Magnifico Convento de Belém, onde Deus Menino nasceo ao mundo, e recitada Na Real presença da devotíssima Imagem do Senhor dos Desamparados, Collocada na Igreja da Barraca dos Religiosos de S. Francisco da Cidade, no sitio de Campolide. Dedicada ao Illustris. e Rever. Monsenhor Sampayo. [Cruz] Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa. Anno de MDCCLVII. [–] *Com todas as licenças necessarias*. (24 págs. Inum. + 31). A data primeira, subscrita pelo provincial da ordem, é 28 de Dezembro. Nas vinte e quatro págs. inum. vêm o rosto, dedicatória, licenças e “Argumento ou Breve Notícia do Terremoto de 1755”. Fr. António do Sacramento nasceu em Vila Verde de Unhão (concelho de Guimarães) em 1711, de família nobre. Entrou na ordem franciscana, professando no Porto em 1729. Ignora-se quando faleceu. Ver Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, 1, p. 264.

²⁶² Cf. “*Dedicatória*”, p. 2 n.n..

escolhida para império ²⁶³. Ideia esta que há-de ser agitada em outros momentos do sermão. Se o povo se queixa dos castigos sofridos, é porque não percebeu terem-lhe sido aplicados por «Juiz recto», quais outros «danos de amor», com que a sabedoria divina o pretende «fazer justificado» ²⁶⁴. Era tão verdadeiro os portugueses andarem distraídos, desencaminhados em vaidades, entregues «a todas as maldades, e vícios» que, por serem delitos, mais pediam, como merecido castigo, os sepultassem «nas, entranhas da terra», punidos «com eternos tormentos» ²⁶⁵. Para Fr. António do Sacramento, «repentinamente em grande terror», foram postas todas as cidades, vilas e povoações do reino. E, as pobreza e penúrias que estavam a passar, eram apenas para se lembrarem que, tendo-lhes Deus «dado tantos diamantes, tantos metões, tanto ouro, e prata, tantas pedras preciosas, tantas sedas, tantos viveres, e tantos regalos, quasi tudo em poucos minutos» tirado, fora-lhes isso concedido como dádivas para conservação da sua vida e não para serem adoradas como deuses o que arrastaria à perdição da alma ²⁶⁶. Nos templos, se Deus era adorado, muitas vezes o provocavam «com offensas que de sacrilegas passavão algumas a execrandas» ²⁶⁷. Em nota marginal, menciona acima de 18 mil as pessoas mortas nas ruínas e nos incêndios que, no fundo, não «tiverão inferior fortuna» da dos que conservaram a vida, pois desta forma ficaram livres de «carregarem de mais culpas a sua pobre alma» ²⁶⁸. Recorrendo aos vaticínios de Isaías no capítulo 24 e do Apocalipse no 18, prognosticados sobre Babilónia, e agora repetidos para Lisboa, recorda que Deus, tanto para o bem como para o mal, sempre os quer anunciados «por mais Profetas que hum», sendo por isso que insinuou «nos tempos proximos passados a futura ruina» desta «memoravel Cidade com todas as circunstancias» naqueles lugares bíblicos profetizadas ²⁶⁹. Só que Lisboa a todos estes «reclamos» fechara os ouvidos. Daí o castigo divino ser menor que a culpa, porque foi livre da «eterna perdição» e se lhe deu meios para poder «conseguir por huma eternidade a visão beatifica». O orador procura então despertar a

²⁶³ *Ibid.*, p. 1.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 2.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 2-3.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 4-7.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 8.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 9.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 12-17. Em anotação marginal se escreve que «15 annos antes em vizão foy mostrado á Irmã Catharina da Conceição que esta enterrada em Jesus [convento franciscano]. A hũa Religiosa do Louriçal e a outra de Alenquer já defuntas». *Ibid.*, p. 15.

confiança na bondade divina e, para tal, recorre ao carisma mítico de Portugal, como seu império, escolhido entre as monarquias do mundo desde sua fundação e protegido com «mão poderosa á força de protentos, e milagres», tornando-o «sempre vencedor de seus capitães inimigos com glórias não vulgares, e estupendas», e «dominante em todas as quatro partes do mundo, tanto no espiritual, como no temporal», de cada um de seus soldados fê-lo outro Alexandre Magno, de cada um ministério evangélico outro S. Paulo para levar o nome de Deus a essas «barbaras gentes nas partes mais remotas do Orbe». E continua, alternando, na evocação do memorial histórico lusitano, o esplendor e o abatimento da nação, ligados ao zelo e honra do serviço divino e aos castigos merecidos pelos pecados praticados ²⁷⁰. O solilóquio, de que se serve, mantém veemente vibração em sua linguagem discursiva de exprobatória dureza: «Com a eminencia das glorias, que em tantos triunfos alcançastes, e com a opulencia das riquezas, que em tão dilatadas conquistas adquiristes, te esqueceste de tão santos empregos, e te voltastes ás vaidades, portando-te atrevido contra a minha tremenda Magestade com a cõmissão de execrandos peccados, e inauditos insultos» ²⁷¹. Efeito desta provocatória atitude foi a jornada de África que custou sessenta anos de enfeudamento a Castela com a consequente «vasalagem aos mesmos, a quem», por suas «façanhas» causavam terror ²⁷². O que fora séculos atrás vaticinado em Ourique a D. Afonso Henriques é recordado por Cristo Crucificado que, em virtual postura retórica, assim o repete: «lembrando-me tambem da promessa, que tinha feito ao vosso primeiro Rey, que quando, povo meu, te visses mais atenuado, então poria em ti os olhos da minha piedade: *In ipsa attenuata respiciam, et videbo* (Ex vita I. Regis Alphonsis I), te restitui outra vez inexplicável gloria às liberdades, e grandezas de meu Imperium: *imperium mihi*» ²⁷³. O choque violentíssimo provocado no país pelo terramoto levou o povo português a reconhecer, conforme o pregador sublinha, que Deus o pôs a seus pés «contrito, e humilhado, penitente, e devoto, acautelado nas culpas, zeloso» a seu serviço; e, se persistir em O temer, amar, louvar e servir, será de novo enriquecido «de todos os bens espirituais, e corporaes», e reinará «felizmente possuidor das antigas, e ainda de mayores glorias» ²⁷⁴. A peroração

²⁷⁰ *Ibid.*, pp. 18-19.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 20.

²⁷² *Ibid.*

²⁷³ *Ibid.*, p. 21. A alusão à Restauração de 1640 e aos tempos que se lhe referiram não oferece dificuldade.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 22.

acaba por ser um incitamento a cumprir a lei divina «com humildade profunda, e observancia perfeita», enfatizando-se, mais uma vez, no eco da promessa de Ourique, o convite misericordioso de Deus: «Ora vem a mim, povo meu muito amado, e entre muitas naçoens escolhido; *Popule meus*, e em quem estabeleci o meu Imperio, que será duravel até ao fim do mundo»²⁷⁵.

De outro franciscano, Fr. António do Espírito Santo Andrade, é o texto, publicado no mesmo ano de 1756 e pelo autor proferido no hospício do Rato, no dia de S. Venâncio, 18 de Maio, *Sermão de Jesus Christo crucificado com o titulo de Senhor dos Desamparados*, pois assim se chamava a imagem venerada na igreja do Convento de S. Francisco de Lisboa que o terramoto e fogo deixaram ileso, quando tudo o mais pereceu²⁷⁶. O anónimo promotor de sua impressão justifica-a pela forma como os ouvintes o receberam e pelo desejo de ver multiplicados tais efeitos em quantos o conseguissem ler, sendo que também podia servir «para exemplar dos Pregadores, principalmente os que tem pregado depois do terremoto»²⁷⁷. Para tema escolheu o pregador o versículo do capítulo 15 do evangelho de S. João: *Manete in me, et ego in vobis* (permaneçei em mim que eu permanecerei em vós). No desamparo em que Lisboa ficou, deserta após o terramoto, sem moradores, uns mortos outros em fuga, abandonada por Deus «que lhe voltou as costas, por castigo de suas grandes culpas», só poderia encontrar refúgio na santa imagem do Senhor dos Desamparados que três vezes o fogo havia «respeitado», quando as muitas que adornavam aquele vasto templo foram sepultadas nas ruínas. Para sensibilizar religiosamente o auditório, Fr. António do Espírito Santo acentua o espectáculo da desolação

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 28.

²⁷⁶ *Sermão de Jesus Christo Crucificado com o titulo de Senhor dos Desamparados*, imagem venerável, que ficou elleza na nossa Igreja de S. Francisco da Cidade de Lisboa, sem a derribar o Terremoto, nem a offender o fogo, que destruiu a tudo o mais. *Pregado pelo Padre Fr. António do Espírito Sancto Andrade*, Religioso de S. Francisco da Provincia de Portugal em dia se *S. Venâncio no Hospício do Rato em 1756*. [28 de Maio] Dado ao prelo por um grande devoto do Sanctissimo, e Seráfico Padre S. Francisco, e de toda a sua Illustre, Esclarecida, e Sagrada Religião. [Gravura] Lisboa M.DCC.LVI. [-] Na Officina de Joseph da Costa Coimbra. *Com todas as licenças necessárias*. (16 págs. Inum. + 36).

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 2 n.n.. Na aprovação “Do Paço”, subscrita pelo Doutor Joaquim Pereira da Silva Leal, da Academia Real da História, para além do elogio dirigido ao Rei e ao Conselho de Estado, «fazendo-lhe a justificada mercê de lhes approvar os pareceres», em conjuntura «mais para Oráculos, que para Ministros», refere-se brevemente aos reinados que conheceram grandes pestes e aos terramotos havidos em Portugal, desde D. Afonso IV ao de 1755. *Ibid.*, pp. 4-5 n.n..

da cidade que viu a alegria de que era teatro transmutar-se por toda a parte no «horror dos cadáveres»²⁷⁸. Parece-lhe, desta forma, que em toda a perícopa evangélica está Cristo a falar-lhe neste tom: «Vio que este Reyno, sendo o seu mimoso, e o seu escolhido, para a cultura estava esteril no fructo das boas obras; porque só produzia as verduras da vaidade, de que compunha a bizzarria de seus adornos superfluos, as folhas da soberba, de que formava os livros da sua genealogia affectada, as flores da formosura, que enfeitava, para a perdição das almas; as raízes da avareza, com que vivia pegado aos bens da terra, e só para os fructos da penitencia era esteril, só do fructo das boas obras se tinha feito fecundo»²⁷⁹. O desamparo a que Cristo votou o povo português, apesar de ser o seu eleito como lhe anunciara em Ourique, deve entender-se de um duplo modo que o pregador assim enuncia: aos pecadores Deus desampara de duas maneiras – se os considera réprobos, entrega-os ao demónio «o senhor destes desamparados para os castigar com a pena eterna»; aos outros «deixa ao desamparo entre as tribulações, mas nunca sahe deles, constituindo-se o Senhor destes desamparados, para os fecundar nos fructos da penitencia»²⁸⁰. Mas, desamparando-os, «como Deos de Vinganças» quer ficar «como Senhor dos Desamparados». O passo do capítulo 51 de Jeremias, em que era vaticinado o castigo da cidade de Babilónia, pôde ver-se repetido em Lisboa, por também ela haver deixado reinar em si «toda a liberdade dos seus grandes peccados»²⁸¹. Nenhum caso, de facto, fora feito nem de auxílios nem de passadas ameaças de castigos do Autor da Natureza: os anos de seca, a que se respondeu apenas com «publicas procissões»; os horrores provocados por mortes repentinas; «o aviso de formidaveis incendios, que principiando no Hospital de Todos os Sanctos, parece que indicava, que no seu dia faria a consummação do seu furor»²⁸². Reconhecia-se que eram avisos de Deus para reforma dos corações endurecidos e obstinados no pecado, mas continuavam a impenitência e a «escandalosa soltura» de costumes, «sem temer os castigos para a emenda, nem abraçar os auxilios para a penitencia»²⁸³. Deus, clama apocalíptico o pregador, perante a resistência às suas inspirações e insensibilidade a seus auxílios, pôs a todos em desamparo. Os elementos que serviam de benefícios revoltaram-se furiosos: a

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 1.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 2.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 4.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 5.

²⁸² *Ibid.*, p. 8.

²⁸³ *Ibid.*

terra abriu-se em bocas para tragar; o mar dilatou os braços para subverter; o fogo multiplicou-se em línguas para consumir; «o vento crescendo nos sopros para espalhar as cinzas da sua reducção»²⁸⁴. À objecção, fundamentada no salmo 36, versículo 25, de que Deus não desampara o justo, Fr. António Andrade enfatiza-a para melhor ponderar a extensão dos prevaricadores sobre os quais recaíra mais que um justo castigo: «Como desamparais [Senhor] a Lisboa, aonde piamente creyo, que se acharião muitos, não só no austéro das clausuras, mas ainda nas liberdades do seculo! Huma cidade, em que se exercitava tão copiosa, e tão heróica a vir[tu]de da Caridade! Em que tanto se engrandecia a vossa soberania, no serio, no magnifico, e no sumptuoso dos Templos!»²⁸⁵. Em resposta, no diálogo retórico tecido, o exemplo de Sodoma, é invocado a propósito, porque dela se fartou Deus, «deixando-a em total desamparo, entregue ao fogo elementar, para que logo principiasse a sentir o tormento da eterna condemnação». A Lisboa, no entanto, o Senhor, se a desamparou, não se apartou dela só a entregou «ao fogo material, não para a perdê-la, mas para purificá-la; porque no incendio he que se purifica o ouro»²⁸⁶. Surge outra vez a ideia utópica do Quinto Império prometido em Ourique e ainda sem se cumprir. Por isso, o orador aproveita a deixa para adiantar a prova da sua argumentação teológica: «E como deste ouro queria Deos compôr a corôa do Reyno, que ha de estabelecer em Portugal; para renová-lo foi necessário desfazê-lo com hum Terremoto; para purificá-lo foi preciso metê-lo em hum incendio; e isto não foi desamparo, foi clemencia, não foi effeito da vingança, para nos fazer vitima da sua ira, foi affecto da benevolencia, para fazer em nós hum sacrificio de expiação; porque a mão de Deos sempre remissa para a pena, he tão liberal para a misericordia, que até quando nos castiga, he para favorecer-nos! Pareceo, que nos desamparava pela rigorosa execução de tantas tribulações; mas sempre ficou conosco para benevolo exercicio da sua grande misericordia!»²⁸⁷. A justificação da circunstância motivadora desta parénese volta a ser sublinhada em seus aspectos simbólicos conducentes às finalidades ascéticas pretendidas. Continua o pregador: «Talvez que para explicar este mysterio dispusesse a sua altissima providencia, que nem o Terremoto derribasse, nem o fogo offendesse esta Sancta Imagem, quando consentio nas mais o estrago das suas furias; porque como nesta o veneramos com o titulo do

²⁸⁴ *Ibid.*, pp. 8-9.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 9.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 11.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 12.

Senhor dos Desamparados, quiz mostrar-nos, que ainda fica conosco para favorecer-nos no mesmo desamparo, em que nos punha; e que até o mesmo fogo sabia respeitar este mysterio, na reverencia com que ardeo, sem se atrever a toca-la»²⁸⁸. Subtilezas metafóricas próprias da engenhosidade barroca são incorporadas no fio demonstrativo do discurso, como acontece com o recurso aos episódios bíblicos da aparição de Deus a Moisés nos montes Horeb (Genes. cap. 3, n. 2), e Sinai (Exod. cap. 19, n. 18), sendo o mistério assim interpretado: «no Sinai arde o fogo terrível, e abrazador, mostrando-o entre labaredas como Deos de justiça; e no Horeb arde o fogo suave, e sem queimar, mostrando-o entre chamas, como Deos de misericórdia»²⁸⁹. De novo, o franciscano o agita a conotação messiânica de povo eleito, lembrança afectiva para sustentar a desesperança, e assim se dirige aos presentes: «Catholicos Irmãos meus, este Reyno he particular de Jesus Christo, como já o disse no Campo de Ourique ao seu primeiro Monarcha, por onde nos constituiu os seus filhos mais amados: desamparou-nos este Pay entregando-nos nas mãos da sua justiça, e com constante animo vio em nós as suas rigorosas operações, a violencia do Terremoto, rasgando não só o insensível das pedras, mas também o animado das creaturas, padecendo cauterio de fogo igualmente os homens, e os edificios»²⁹⁰. O desamparo divino não foi para perdição, mas para remédio; e, se Deus desamparou como um «Pai amante», ficou a velar na Santa Imagem de Cristo dos Desamparados, «dilatando os olhos da sua misericórdia» para, à vista da cura, afastar de Lisboa «a ultima desolação»²⁹¹. Lamenta o orador que haja já caído no esquecimento o trágico dia do primeiro de Novembro e a capital do reino pareça «huma farça theatral», recrudescendo o crime, a imoralidade e o luxo; «o fogo da ambição nos roubos, e nas injustiças de que todos se queixão, e quando devia crescer a caridade, augmentou-se a carestia! O fogo da lascivia porque a liberdade das barracas abriu mayores portas para a desenvoltura dos vicios! O fogo da vaidade porque a falta dos mantos faz mais publicas as affectações da bizzarria! em fim o fogo de todos os peccados he o incendio, em que ainda arde Lisboa, e que desafiará a ira de Deos como fogo para a sua ultima destruição»²⁹². Surpreende-se o pregador ao ver, neste intervalo de tempo após o terramoto, que o “santuário de penitentes” voltou a ser “teatro de

²⁸⁸ *Ibid.*, pp. 12-13.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 13.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 14.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 16.

²⁹² *Ibid.*, p. 17.

escandalosos” no regresso às mesmas culpas. E o sermão prossegue na alternância entre a denúncia da falta de contrição e o amparo da misericórdia divina sempre pronta a perdoar e esquecer as culpas passadas. A dor, reacção ao medo natural da morte, não era, no entanto, um acto de autêntica penitência²⁹³. Motivo por que não havia resposta de sincero arrependimento aos “avisos do Céu e os remorsos da consciência”, por insinceros, permitiam concluir não existir «nem Fé, nem Religião verdadeira»: a fé estava «morta pela falta das boas obras, que a vivificaõ», e a «Religião agonizante pela falta da Fé com que se anima»²⁹⁴. O problema da causa do terramoto, sempre em público debate, surge apenas enunciado e sem intenção de considerá-lo, como se deduz pela forma pela qual é introduzido: «A que causa atribuíis, Catholicos, este Terremoto, em que vos vistes? Não a pergunto aos Filosofos, que tudo querem attribuir ás causas naturaes, nem aos politicos, que se servem das suas doutrinas para desvanecer o temor das creaturas, pergunto-a aos Catholicos, e aos tementes a Deos, que sabem respeitar a Veneravel Imagem da sua altissima Providencia: Sabeis qual foi a causa? forão os nossos grandes peccados, que provocárão a ira de Deos para este castigo». De sua boca, a resposta a vir só esta podia ser²⁹⁵. Até final, Fr. António do Espírito Santo nada mais faz do que alertar os ouvintes para a premência do regresso à vida virtuosa, aproveitando a adequação do simbolismo da imagem do Crucificado poupada pelo fogo do incêndio: o amor do Senhor dos Desamparados não o separou do seu povo, motivo para que a ingratidão e a aleivosia deste o não separassem da sua presença²⁹⁶. E, na peroração, não falta mesmo uma referência à promessa de Ourique em jeito de prece exortativa: «Usai Senhor comnosco da vossa piedade, e mereça-vos Misericordioso, quem já vos vio tão irado: baste meu Deos, baste de rigor, se até aqui foste Juiz sevéro para o castigo, sede agora Pay Misericordioso, para o perdão! Portugal he o vosso Reyno escolhido, nós somos vossos filhos amados; e se perdemos a graça pela culpa, ainda conservamos o direito pela filiação para vos pedir, que verifiqueis em nós o amor de Pay, fazendo que a nossa emenda corresponda ao vosso castigo»²⁹⁷.

Foram também pronunciados, na capital do reino, duas pregações a merecerem nomeação e que tiveram lugar ao atingir-se o primeiro aniversário da

²⁹³ *Ibid.*, pp. 18-19.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 21.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 22.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 29.

²⁹⁷ *Ibid.*, pp. 34-35.

catástrofe, embora só o texto de uma haja sido publicado: *Exhortação que fez aos fieis, no domingo 28 de Outubro de 1756, na Igreja de N. S. da Lapa do Recolhimento das orfans dezamparadas, no sitio de Buenos-aires de Lisboa*, proferida pelo Padre António Nicolau de Carvalho, do clero secular²⁹⁸. Confessa o seu autor ser a primeira obra que dá à imprensa e que, se literariamente imperfeita, «sem elegantes frases, nem figuras pintadas», é, quanto à matéria, «tão verdadeira que se não pode negar»²⁹⁹. O tema colheu-o na Epístola de S. Paulo aos Hebreus cujo versículo 1 do capítulo 12 assim reza: *Obsecro vos per misericordiam Dei, ut exhibeatis corpora vestra, hostiam viventem Deo placentem* (Rogo-vos pela misericórdia de Deus que ofereçais os vossos corpos, como hóstia viva agradável a Deus). Confessa o pregador que o move «o zelo da salvação das almas, e a afflicção» ao «ver tantas submergidas no profundo de suas culpas»³⁰⁰. Por isso, só pretende chamá-las a penitência. Mantinha-se, assim, o clima religioso que dominava o púlpito lançado, prioritariamente, nesta actividade apostólica. Recorda, a abrir, o quadro aterrador, presenceado havia poucos meses e tão idêntico ao de 1531, fazendo-o nestes termos não diferentes aliás dos costumados: «Não vistes a vistosa fabrica de Lisboa, que custou duzentos, e tantos annos a reedificar, depois do ultimo castigo semelhante a este, que experimentastes, desfeita em meyo quarto de hora? Os edificios mais altos, e opulentos destruhidos; as imagens antigas e milagrosas queimadas; os magnificos templos arrazados; as creaturas sepultadas debaixo das mesmas ruinas; sem se lembrar o filho do Pay; a mulher do marido; tudo a impulsos de hum horroroso terremotto, em que se não ouvião senão gemidos,

²⁹⁸ *Exortação*, que fez aos Fieis, no Domingo 28 de Outubro de 1756, Igreja de N. S. da Lapa do *Recolhimento da Orfans Dezamparadas, no sitio de Buenos-aires de Lisboa*, o Padre Antonio Nicolau de Carvalho Clerigo secular. *E offerece* ao Senhor Antonio de Almeida e Brito, Caballeiro Professo na Ordem de Christo, e Mosso de Camera do Fidelissimo Rey o Senhor Dom Jozé o Primeiro. [vinheta] Lisboa: Anno M. DCCL VII. Na Offic. De Jozé da Sylva da Natividade, Impressor da Serenissima Caza, e Estado do Infantado, e da Sagrada Religiaõ de Malta. *Com todas as licenças necessarias*. (31 págs.; 6 com rosto, dedicatória e prólogo + 7 a 24 de texto + de 25 a 31 com licenças). No *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Papeis vários. Manuscrito 1229 de fl. 51 a 97 encontra-se uma “Descrição geral do terremoto de Lisboa”, publicada por F.L. Pereira de Sousa, *op. cit.*, III, pp. 516-534, que refere a fundação deste instituto nos tempos immediatos à catástrofe e faz notar “que a caridade se achava no seu auge por que houve muitos que fizeram tudo o bem que puderam a grande dispendio seu. Erigiu se logo hum Recolhimento para Orfans dezamparadas na Igreja de Santos com o Titulo de N^a S^a da Lapa onde se recolheu hum grande numero”. *Ibid.*, p. 519.

²⁹⁹ Na “Dedicatória” a António de Almeida e Brito. p. 1 n.n.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 7.

vião-se lagrimas, e confusão tudo? Ja vos esqueceo; os continuados tremores, que tendes experimentado, ha hum anno a esta parte, de que sempre deveis fazer sensitiva memoria»³⁰¹? A razão da catástrofe apontada pelo P. Nicolau de Carvalho é exclusivamente religiosa: «Todos estes movimentos da terra são effeitos da ira de Deos, e a causa desta divina Ira são os nossos pecados». E o maior e o mais horrível monstro que produzio a malícia» é o pecado mortal que importa, por isso, conhecer. Passa, então, a explanar a doutrina catequética sobre o mesmo, lembrando que se ofende gravemente a Deus por ignorância, fragilidade ou malícia³⁰². Se nas duas primeiras há lugar para a misericórdia de Deus, a última torna esta dificultosa, bem como o arrependimento. O castigo é o inferno, «carcere medonho em que padecem os condemnados por suas culpas», onde «são os tormentos continuados, innumeraveis as blasfemias, o fogo consumidor»³⁰³. Os que neste mundo vivem em pecado mortal «estão no Inferno inferior, (como lhe chamou David) padecendo todos aqueles tormentos, que no superior havião [de] padecer, depois da morte»³⁰⁴. O remédio para evitar tamanho mal é a penitência que faz «merecer a misericórdia de hum Deos de vinganças»³⁰⁵. Essa penitência, porém, leva o pregador a advertir que a esperada não é a que se presenciava em Lisboa em consequência do terramoto: «andar descalço, trazer cilicio, tomar disciplina, sofrer sobre os hombros huma pezada cruz pelas ruas publicas»³⁰⁶. Tudo isto é, por certo, muito bom. Mas, primeiro que tudo, deve fazer-se um «confissão geral, e verdadeira». A circunstância de o sermão ocorrer numa igreja de uma instituição de assistência a órfãs permite ao P. Nicolau de Carvalho lembrar que a penitência podia traduzir-se em donativos a reverter para o sustento daquela obra caritativa de protecção a donzelas em perigo moral. Para o efeito, apela desta forma aos ouvintes: «remi os pecados, com esmolos [e] em nenhuma parte o podeis exercitar melhor, que nesta casa, onde se recolherão tantas orfans dezamparadas, por se exporem à culpa». Entre as de mais boas obras a praticar, «de coração puro, contrito, e humilhado», aponta a oração mental, em casa, nos templos, em viagem e no trabalho, prática piedosa que continuava a ganhar força na espiritualidade do tempo e era recomendada pelos denominados sigilistas. Quanto a mais menções sobre o terramoto fechou-se em silêncio.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 8.

³⁰² *Ibid.*, p. 11.

³⁰³ *Ibid.*, pp. 12-13.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 14.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 15.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 20.

Conforme menciona na dedicatória a D. António Caetano de Sousa, religioso teatino arquitecto da monumental *História Genealógica da Casa Real*, o então seu jovem confrade António Bezerra de Lima, autor da *Declamação sagrada na ruina de Lisboa*³⁰⁷, adianta que o P. José de Carvalho, superior da casa de Nossa Senhora da Divina Providência, na quinta do Campo Grande, querendo «oferecer a Deos hum sacrificio, que concorresse para o fim de aplacar a sua ira que tão infelizmente experimentamos em o dia de todos os Santos, determinou fazer na véspera do [ano] de 56 huma Procissão de Preces com toda a sua Comunidade»³⁰⁸. Grande fora o número de pessoas incorporadas, «com diversos generos de penitencias, e postas em ordem debaixo do Estandarte do Calvário, que levava hum Religioso», saindo «esta devota comitiva da Ermida logo no principio da noite». Depois de todo o povo e dos solistas seguiam os clérigos teatinos também descalços, acompanhando a imagem de Cristo Crucificado que o padre Prepósito transportava. Chovia copiosamente e os acompanhantes enterravam os pés nas águas e nas lamas³⁰⁹. Lágrimas abundantes e sentimentos de mágoa se viram aumentar nos rostos dos presentes, quando o P. Tomás de Bem subiu ao púlpito³¹⁰. Referindo-se ao pregador, o P. Bezerra de Lima, na mesma dedicatória, destaca a elegância da verbe e expressividade da elocução: «Alli se vio toda a Arte empenhada.

³⁰⁷ *Declamação sagrada na ruina de Lisboa*, causada pelo terremoto do primeiro de Novembro de 1755, e pelo incendio, que se lhe seguio. Dedicada ao muito reverendo Padre D. António Caetano de Sousa, *Clerigo Regular Theatino, Qualificador do Santo Officio, Deputado da Bulla da Cruzada, Academico da Academia Real da Historia Portugueza, etc., etc.*. Por Joaõ António Bezerra e Lima. *Intende in adjutorium meum, || Domine Deus Salutis meae*. Psalm. 37,23 [Ornamento tipográfico] Lisboa, Na Officina Patriarcal da Francisco Luiz Ameno. [–] M.DCC.LVII. *Com as licenças necessarias* (10 págs. Inum + 14 + 4 inum; nas dez págs. Inumeradas preliminares, vem o rosto e a dedicatória e nas quatro finais: «A Lisboa arruinada. Soneto: «Oh quanto, Caminhante, bem reparas!...», e as licenças).

³⁰⁸ *Ibid.*, “Dedicatória” p. 4 n.n.

³⁰⁹ *Ibid.*, pp. 4-6 n.n.

³¹⁰ Thomas Caetano de Bem, natural de Lisboa (18.09.1718) e falecido a 13.03.1797, filho de um jurisconsulto de nomeada, entrou para a congregação dos religiosos teatinos. Mestre em Teologia, pertenceu à Academia Pontifícia de de Liturgia de Coimbra, Academia Real da História e Academia das Ciências. De reconhecida erudição e pregador de mérito, os seus sermões eram apontados por enfermarem de menos defeitos dos que eram encontrados nos oradores sacros do seu tempo. Entre as obras deixadas merecem nomeação: *Notícia prévia da colecção dos Concilios celebrados pela Igreja Lusitana, e mais pertencentes em suas conquistas* (Lisboa, 1757) e *Memórias Históricas e Chronológicas da Sagrada religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas, na Índia Oriental* (Lisboa, 1792/1794), 2 vols. Ver Francisco Inocêncio da Silva, *op. cit.*, VII pp. 337-340.

As expressoens sentidíssimas, com que pintava as lastimosas scenas, que se representarão em Lisboa no primeiro de Novembro de 1755: a suavidade, com que induzia os animos a formarem imagens distinctas de tanta calamidade: a efficacia, com que persuadia a abraçar as virtudes, e deixar os vícios: o profundo dos conceitos: o delicioso da frase: o proprio das figuras: o natural da voz: o composto das acçoens: e finalmente todas as qualidades, que formão hum Orador dos daquella classe, que a inadvertencia chama Franceses», cuja eloquência fora «capaz de fazer derramar os coraçãoes desfeitos em lágrimas». E, de contínuo, acrescenta, neste enfiamento de encómios, haver escutado «confessar a pessoas, que naturalmente não costumavão chorar, ouvindo muitos Sermoens, e que nesta ocasião não poderão evitar este affecto de sentimento». Diz, ainda, nunca ter presenciado «iguaes sinaes de contrição, porque todos os ouvintes clamavão, choravão, postravão-se por terra, imploravão a Misericórdia Divina, e se castigavão com o mayor rigor, parecendo, que querião entregar as vidas nas mãos do pezar; (sendo nestes effeitos o presente dia o mais similhante retrato daquelle, que nos representava)»³¹¹. De resto, o intuito do P. Tomás de Bem, como aliás de todos, os que nessa altura subiam aos púlpitos de Lisboa, como recorda Bezerra e Lima na sua *Declamação Sagrada*, concebida por sua vez em estilo de patético sermão, não era outro que «manifestar» a iniquidade da cidade prevaricadora, a fim de a «provocar à penitencia», pelo que, dirigindo-se-lhe, assim a increpa: «Imprime bem na memoria o estado, em que estavas antes desta desgraça, e o em que te achas agora, e lembra-te sempre, que, supposto venha a ser o que foste, podes tornar a ser o que es»³¹². Pena que não se encontrasse nem aqui nem algures o texto desta pregação.

Em relação directa com o terramoto, porque integrando a cerimónia da trasladação do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora de Jesus dos irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco para o seu novo templo da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, de Lisboa, na tarde de 22 de Novembro de 1756, pois o antigo fora atingido pelo fatal incêndio que o reduzira a cinzas, será de registar o *Sermão Panegyrico, e histórico* pregado por Fr. António das Onze Mil Virgens, religioso da mesma instituição, bem conhecido na corte como orador sagrado e mestre teólogo³¹³.

³¹¹ *Ibid.*, p.6 n.n..

³¹² *Ibid.*, p. 9.

³¹³ *Sermão Panegyrico, e Historico*, da Transladação do SS. Sacramento do Altar, que na tarde do dia 22. de Novembro do presente anno de 1757. se celebrou na Igreja de N. Senhora de Jesus dos Religiosos da Terceira Ordem de N. P. S. Francisco para a sua nova Igreja da Freguesia de Santa Catharina de Monte Sinai com assistencia de muitas Comunidades

Custeou a sua publicação a Irmandade do Santíssimo Sacramento da dita paróquia, querendo contribuir, ao dá-lo à estampa, para permanente memória do funesto evento que, de tão público, «não houve parte no mundo, onde os movimentos da Terra, os suspiros dos vivos, e a compaixão dos mortos não fizesse eco». Revela o autor que teve apenas nove dias para sua preparação, tendo-o proferido durante o sagrado lausperene, na tarde imediata à festiva trasladação com a participação de muitas comunidades religiosas ³¹⁴.

Texto gongórico, palavroso, enfático, repleto de metáforas de cerne profano, de referências mitológicas pertença de clássicos greco-latinos e que, parecendo prometer, se perde na banalidade. Assinale-se, no entanto, o que importará reter: se o templo destruído é um despojo da Divina justiça talvez pelos «sacrilegios do Sacerdocio», a erecção do novo será um testemunho de arrependimento e humilde sacrifício devido por imperiosa obrigação a cumprir. Apelando para a sua invocação, que é Santa Catarina do Monte Sinai, o pregador faz notar haver Moisés recebido a Lei no monte deste nome e «por ver, que o povo idolatrava, e não queria a observância da Lei, quebrou as taboas, em que a Lei vinha escrita; tendo previsto já o Ceo nos terremotos, relampagos e trovões, que o povo idólatra experimentou, a desobediência, em que havia de persistir por causa da idolatria» ³¹⁵. Para tema escolheu o versículo 59, do capítulo 6 do Evangelho de S. João: *Hic Panis, qui de Coelo descendit*, sem dúvida apropriado a acto desta natureza. Fundamento bíblico apropriado para evocar a terrível catástrofe, bem viva na lembrança dos ouvintes: «E que outra experimentou

Religiosas, onde no dia seguinte, estando o mesmo Sacramento exposto em Lausperenne o Recitou o M. R. P. M. Fr. Antonio das Onze Mil Virgens Ferreira, *Religioso da Terceira Ordem do S. P. S. Francisco, Mestre na Sagrada Theologia, Qualificador do Santo Officio, Consultor Theologo da Bulla da Cruzada, Examinador da Meza da Consciencia e Ordens Militares Protonotario Apostolico de S. Santidade, e Presidente in Capite do dito Convento de N. Senhora de Jesus desta Corte*. E offerece ao Juiz, e mais Irmãos da respeitavel Meza do Senhor da dita Freguezia. Dado ao prelo à custa da mesma Irmandade. Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Officio. Anno de 1757. *Com todas as licenças necessarias*. (8 pags. Inum. + 21 + 1, nas 8 pags. inum. vêm o rosto e a dedicatória). Fr. António das Onze Mil Virgens Ferreira, nasceu no Porto (22.08.1717) e faleceu nas Caldas da Rainha (04.04.1761). Pertenceu à Ordem Terceira de S. Francisco e foi Mestre de Teologia. Aos dezoito anos professou no Convento de Caria (02.12.1736). Pregador de alguma audiência, deixou vários sermões publicados. Ver: Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, IV, p. 51; Inocência Francisco da Silva, *op. cit.*, I, p. 216.

³¹⁴ *Ibid.*, pp. 2-3 n.n..

³¹⁵ *Ibid.*, pp. 2-3.

a Corte de Lisboa no fatal dia primeiro de Novembro do anno de 1755? quando frenética nos seus vícios idólatra do proprio erro, e antipoda do conhecimento proprio estava inficionnada com o veneno da culpa»³¹⁶. Com este outro Tabor, agora erguido, acrescenta: «hoje vemos, que emendados os erros, e detestados os vícios se erigio este novo Templo, não só para nelle se satisfazer a Deos pelos delictos; não só para se lhe dar graças pelos benefícios recebidos, mas para se continuar huma gloria perpetua, ou hum Lausperenne com acção de graças»³¹⁷. Eram palavras apaziguadoras para os espíritos com evidente efeito psicológico, reforçadas pelas que constam do termo da peroração em que a referênciã a Portugal como povo escolhido está presente: «Senhor, com os raios da vossa luz todo este povo, que he vosso: *Imperium mihi*: e se he propriedade do Sol desterrar as sombras, se he grandeza da luz extinguir as trevas, desterrai de nossos corações as trevas de toda a culpa, para que nem por sombras cheguemos a contrahir a menor falta»³¹⁸. A expressão latina pertencia à obra do alcobaçense Fr. Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, l.3, c.3, onde se encontra a célebre passagem da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, em Ourique, com aquela exaltante a promessa³¹⁹.

4.4. Coimbra: P. Joaquim Rebelo e D. António da Anunciação

Fora da capital e ainda no continente, dois sermões impressos correram relacionados directamente com o terramoto: o do jesuíta P. Joaquim Rebelo e do cruzio D. António da Anunciação. O primeiro, garante o promotor da sua publicação, estaria qual se ouviu no púlpito e se intitula: *Sermão de S. Francisco de Borja. Protector Principal deste Reino, e Especial da Universidade de Coimbra contra os Terremotos*³²⁰. Teve lugar na Igreja do Colégio das Artes da Companhia de Jesus, com assistência da

³¹⁶ *Ibid.*, pp. 3-4.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 4.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 21.

³¹⁹ *Ibid.* (n. 36).

³²⁰ *Sermão* de S. Francisco de Borja, Protector Principal deste Reino, e Especial da Universidade de Coimbra *Contra os Terremotos* Dice-o o M.R.P.M. Joaquim Rebello, da Companhia de Jesus, na Igreja do seo Real Collegio de Coimbra com assistencia da Universidade em Prestito, do Senado da Camara, e de hum numerozissimo concurso. *Publica-o hum Academico, Amigo do Autor, e o dedica ao Reverendisimo P. Provincial da Companhia de Jesus. Vai impresso fielmente como se ouviu po Púlpito.* [-] Coimbra: Na officina de Francisco de Oliveira Impressor da Universidade, e do S. Officio Anno 1758. *Com todas as licenças necessarias* (8 págs. inumeradas + 15; nas 8 págs. inum. vêm o rosto, licenças e dedicatória).

Universidade, em préstito solene, do Senado, da Câmara e de numerosíssimo povo. Saído do prelo em 1758, trás a licença do Santo Ofício, a primeira das que acompanha o texto, a data de 31 de Outubro de 1757, pelo que se deve presumir proferido naquele mesmo ano.

António Ferreira de Andrade Encerrabodes, que Pombal manterá mais tarde nas prisões da Junqueira ³²¹, representante em Roma do rei D. José, obtivera do papa Bento XIV o Breve, datado de 24 de Maio de 1756, aprovando «que São Francisco de Borja fosse tido, invocado e venerado como patrono e protector destes reinos e domínios, contra terremotos, com todas as prerrogativas que, conforme as rubricas do breviário e missal romano, competem aos principais patronos e protectores», com o rito de primeira classe ³²². A licença do Santo Ofício é dada em Coimbra, a 31 de Outubro de 1757. As relações do santo, (1510-1572), que fora um dos grandes de Espanha e, viúvo de 41 anos, entrara para a Companhia de Jesus, sendo em 1565 nomeado terceiro Geral da ordem, haviam sido, no tempo de D. João III e de D. Sebastião, sempre muito estreitas com a coroa portuguesa ³²³. Trata-se de um sermão panegírico ajustado às circunstâncias e dento da conjuntura da catástrofe de 1755, prestes a perfazer dois anos. O tema foi tomado do evangelho próprio da missa que era de S. Mateus, capítulo 19, versículo 27: *Secuti sumus te; quid ergo erit nobis? Sedebitis et vos* (Seguimos-te; que teremos por isso? Também vós vos assentareis). Fazia parte de uma pergunta dirigida pelo apóstolo Pedro a Cristo e da resposta que este lhe dera. O exórdio abre, porém, com uma paráfrase ao vaticínio legendário de Ourique: Portugal era o ditoso reino que Deus «destinou, logo no berço, Império seo firme, e estavel» o qual prezava, «com razão a excellencia de ser na Fé o mais puro». Pequena parcela do mundo, «mas entre todos tão distinto nos exercicios christãos» era e esperava-se que fosse «Reino sempre amado, por fiel, e por amado, estavel, sem sujeição a ruínas, e estragos», que assim «promettião as Divinas palavras» de seu «primeiro Augusto Rei: «*Volo in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire*» ³²⁴. Logo, porém, afirma que quase se frustraram essas esperanças, porque se viu duvidosa nas ruínas a sua permanência. Irrompe, então, com um inciso patético, de fazer estremecer o auditório: «Por ventura, Senhor,

³²¹ Cf. *Cláudio da Conceição, op. cit.*, p. 106.

³²² *Ibid.*, p. 68.

³²³ Ver: texto do *Sermão*, pp. 4-7; Queiroz Veloso, *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1950, p. 48 e *D. Sebastião 1554-1578*, 3ª edição, Lisboa Empresa Nacional de Publicidade, 1945, pp. 5, 26, 32 e 144, passim.

³²⁴ *Ibid.*, p. 1.

enganastes vós aos Portuguezes, povo vosso, e com elles a Lisboa, que foi a Jeruzalem de Portugal, e alma sua, prometendo-lhes na fundação deste Reino hum Imperio firme, estavel, e perpetuo: *Volo in te, et in semine tuo imperium mihi stabilire?* A mesma Fé, que conservamos tão pura, nos ensina, que não podeis vós enganar, nem enganarvos. Pois como, supremo Edificador dos Reinos, e dos imperios, se vio Portugal, há pouco tempo, quasi arruinado, chegando a ferir-lhe a alma nos estragos de Lisboa a formidável espada da vossa indignação: *Et ecce pervenit gladius usque ad animam* (Jeremias, 4, v.10)? Não he este, Senhor, o Reino que fundastes, o Império, que estabelecestes, e o Portugal, que amaveis pela sua Christandade, e piedade: *Pietate dilectum?*»³²⁵. Ao reagir como «amante e sentido» não podia esperar outro procedimento o «dezacordado Portugal, depois de provocar», e muitas vezes o fez, «a Divina justiça com dissoluções, com culpas», pois não tinha «hum homem, ou hum Santo, que com rogos se oppozesse às justificadas iras de Deos offendido, e, como Moises, o persuadissem» a perdoar-lhe. Se houvesse, de facto, «em Portugal hum Advogado contra os terremotos, nem se arruinara Lisboa, nem se lamentariam outras cidades, nem ultimamente a terra perderia a firmeza natural, com que antes a fundou o seo Author». Agora, conclui o P. Rebelo no exórdio, a instâncias do rei fidelíssimo, seu neto, que tem nos ascendentes o imperador Carlos V, cujo sangue corria em Francisco de Borja, conta com um protector do reino contra os terremotos e também da Universidade, em «parecer unânime de seus Veneraveis Mestres»³²⁶. A pregação passa, em seguida, a desenvolver com exemplificações biográficas panigiristas os dois escopos do tema: *secuti sumus te e sedebitis et vos*. Através do primeiro, procura demonstrar porque o Santo é «poderosissimo valido do Rei do Ceo» e, por isso, evitará de morrerem «attonitos de horror, opprimidos dos edificios, subvertidos da terra, e nas suas violentas succussões reduzidos com o susto a dezanimados cadaveres» – rápida evocação de Lisboa destruída; no segundo, funda as razões, porque é seguro o protector que à nação e à Universidade foi dado contra os terremotos. Para o pregador, a forma corno lidou em vida com as coisas terrenas torna S. Francisco de Borja um “Atlante do Céu” capaz de segurar a terra, metendo-a debaixo de seus pés para impedi-la de mover-se «contra sua natural quietação [...], ja com trepidações, que atemorizam; ja com succussões, que fazem maior perigo; ja finalmente com inclinações, que são ruina certa e inevitável»³²⁷.

³²⁵ *Ibid.*, p. 2.

³²⁶ *Ibid.*, pp. 2-3.

³²⁷ *Ibid.*, pp. 3-5. Apareceu em Coimbra nesta altura um “romance heróico” assim

As habituais acomodações barrocas não escasseiam, a fim de conduzir às demonstrações pretendidas como, entre outras, esta “violência” retórica: «porque atrevido intentou entronizar-se em lugar superior a Deos [...] desceio Lucifer precipitado e perdido [...]; Borja, porque se considerou merecedor de lugar mais abatido, e mais humilde, que os pés do mesmo Judas subio a lograr no Ceo o Titulo de Querubim Protector»³²⁸. Se acaso se objecta que o santo não pode ser coluna contra os terramotos, porque «vivo, e no Altar, a dizer Missa, era visto arder no semblante, e tremer com todo o corpo, desde a consagração, até que commungava», tal como «tremendo, e ardendo se arruinou Lisboa», o orador responderia que S. Francisco de Borja é coluna na terra, e «no Ceo aonde são as colunas tão firmes que ainda o mesmo Deos, para nos segurar com a sua protecção, quer parecer na firmeza hũa coluna». De resto, acentua, basta observar a sua imagem posta no altar: em frente, o que sustenta na mão esquerda é o peso de uma «Custodia com o mesmo Deos em figura» e isso «he como abraçar», dessa forma, «hum impenetravel escudo, ou para rebater nele as iras de Deos offendido, ou para sem nosso dano receber os golpes do açoute nos terremotos». E se, na altura, Portugal sente a sua felicidade e descanso na segura protecção de tão grande santo, importaria que na Universidade de

intitulado *Coimbra empenhada, e desempenhada Com o sempre Grande, e principal patrono destes Reinos, e suas conquistas, contra os Terremotos, S. Francisco de Borja da Companhia de Jesus*. (Sem rosto especial, de 7 págs., tendo no fim: Na Officina de Luis Secco Ferreira, Anno de 1756. *Com as licenças necessárias*). O texto é acompanhado, de principio a fim, com notas informativas de algum interesse. Correu pelo país também um opúsculo intitulado *Supplicas Humildes ou Bemdito para se cantar em louvor do grande, e invictissimo S. Francisco de Borja, Singularissimo Patrono de Portugal* (Com rosto encimado por uma gravura em madeira com a imagem do Santo, e mais 8 págs. que incluem uma dedicatória e uma antífona e oração para serem rezadas. A propósito, poderá mencionar-se que, nesta altura, outros opúsculos saíram do prelo relativos a santos advogados contra os terramotos, como, por exemplo: *Nova devoção, Que hum indigno devoto Dedicou ao Glorioso S. Filipe Neri Advogado contra os terramotos e mortes repentinas*. Tirada de hum livro intitulado: *Receita Universal, e traduzidas algumas cousas do Latim em Portuguez, para que todos se aproveitem, impetrando de Deos misericordia, e impedindo a Divina Justiça com que nos ameaça a sua Omnipotente mão*. Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1756 (23 págs.); *Vida prodigiosa da grande Virgem, e martyr St^a Águeda, especialissima advogada contra os Incendios, e Terremoto, Cujas Sedulas bentas, são milagroso, evidente, e presentâneo contra estes crueis inimigos nossos*, Lisboa, Officina do Beato Antonio, 1756 (8 págs.). No escrito anónimo, *Terremoto Destruído ou Escudo Celestial Contra os Terremotos, Peste, Rayos, Trovoens, e Tempestades* (Lisboa, Offic. de Joseph Filipe, MDCCLVII, (8 fls. + 503 págs.), há uma colecção de varias e particulares orações com exorcismos contra toda a espécie de malefícios.

³²⁸ *Ibid.*, p. 12-13.

Coimbra, e «em todo o Reino já mais se riscasse da memoria aquella vulgar pemia: *Quando Deos não quer, Santos não rogão*»³²⁹. Mas, conclui: «Se pelos nossos pecados, quaesquer que elles fossem, nos castigou Deos com hum terremoto, quando continuem as injustiças, as faltas de caridade com o proximo, as irreverencias nas Igrejas, as amizades, e correspondencias illicitas, os roubos, as trapaças dos Escriptorios, e mil outras dissoluções, e escandalos; que Santo, ainda que elle seja S. Francisco de Borja, nos poderá defender dos merecidos castigos?»³³⁰. A advertência moralista, põe a descoberto os delitos mais frequentemente cometidos – imagem sociológica de certas franjas da população que, contritas do passado, deviam regenerar os costumes. Por sua vez, a outra parénese é o *Sermaõ em Acção de graças, pela conservação da Caza Real, e por todos beneficios feitos á Nação Portugueza, entre o commum estrago do grande Terremoto do 1. de Novembro de 1755*, pregado no dia do Patrocínio de Nossa Senhora, na Cathedral de Coimbra e publicado em 1757, da autoria do cónego regular de Santa Cruz, D. António da Anunciação³³¹. Sem que haja a indicação precisa da data em que foi proferido, parece poder sugerir-se com toda a probabilidade o ano de 1756, no dia em que o Cardeal Patriarca, em sua pastoral de 2 de Dezembro de 1755, mandava que em todo o patriarcado, e a comemoração foi logo extendida a todas as dioceses, houvesse uma «procissão geral em a segunda dominga do mês de Novembro, em que se celebra a festa do Patrocínio da Senhora, jejuando-se no sábado antecedente» e, no fim, se cantasse «missa votiva da Senhora *pro gratiarum actione*, como protectora do presente perigo com ladainha no fim»³³². O tema é extraído do evangelho de S. Lucas em que

³²⁹ *Ibid.*, pp. 13-14.

³³⁰ *Ibid.*, p. 15.

³³¹ *Sermaõ em acção de graças, Pela conservação da Caza Real, e por todos os beneficios feitos à Nação Portugueza entre o commum estrago do grande terremoto do 1. de Novembro de 1755. Pregado no dia do Patrocínio de N. Senhora na cathedral de Coimbra, pelo M.R.P.M.D. Antonio da Annunciação Cónego Regular Lateranense da reformada Congregação de S. Cruz de Coimbra...* [Coroa] Coimbra: Na Officina de Antonio Simoens Ferr. Impressor da Universidade. [-] Anno de M.DCC. LVII. *Com todas as licenças necessarias*. (8 págs. inum. + 26; nas oito pags. inum. vêm o rosto e a dedicatória ao Bispo Conde, D. Miguel da Anunciação, as. por P. José Simões). Fr. António da Anunciação, no estado civil António Joaquim Callado, nasceu em Évora (1717) onde estudou Filosofia na Universidade, tendo-se doutorado em Coimbra (24.07.1746). Cónego Regrante de Stº Agostinho, recebeu o hábito no Mosteiro de Santa Cruz (12.03.1738). Ver Barbosa Machado, *op. cit.*, IV, p. 24.

³³² Fr. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, p. 98.

uma mulher do povo ergue a voz no meio da multidão e dirige à Mãe de Jesus este louvor: *Beatus venter qui te portavit et ubera que suxisti* (Feliz o ventre que te trouxe e os seios que te alimentaram). O exórdio arranca com a sinistra lembrança: «Depois de hum anno de temores e tremores, visita terrível do furor de Deos sobre Portugal tão ingrato e afflictico como Jerusalem», a lamentada pelo Profeta Jeremias (cap. 23, vers. 12) por ter «inundada a terra de adulterios e torpezas», com os excessos dos sacerdotes levados «até o mais Sagrado do Santuario». Por isso, foi «assolada, e açoutada do mar a capital do Reyno», «devorada a melhor parte pelo fogo que no meyo daquella grande Cidade accenderão as suas iniquidades». Considerando que os reis fidelísimos e «todo o resto do sangue real» foram preservados «por virtude do singular Patrocínio de Maria Santíssima, Senhora e Protectora Augustíssima deste Reyno, estabelecido por J. C. seu Filho», era naquele dia oferecido na Sé de Coimbra, dedicada á memória da mesma Senhora, «hum sacrificio de louvor e acção de graças, por este, e por todos os beneficios feitos á nação Portugueza, desde as tristes, e sempre memoraveis calendas de Novembro do anno passado»³³³. De facto, foram «as mãos virginaes de Maria, que tantas vezes ligarão ao Deos das vinganças os braços, que desviarão das testas coroadas, e das cabeças Reaes de Portugal o golpe funesto, com que todos seriamos irremediavelmente feridos»³³⁴. Assim passou o pregador a desenvolver, em duas partes do corpo do sermão, o agradecimento que deve assentar: primeiro, na «reforma Christãa dos costumes pelas maximas do Evangelho; segundo, na «perseverança nessa reforma». Mas, se é justo tributar a Maria Santíssima o reconhecimento por a clemência divina haver preservado incólume as pessoas reais «entre o commum estrago do grande terremoto», o benefício concedido aos escapados com «vida depois de hum anno de clamores, e de lagrimas, capazes de extinguir todo o fogo do terremoto, [...] requer huma demonstração ainda mayor de agradecimentos que Deus pretende», e que se não vê, apesar dos avisos «tão frequentes na triste repetição de tantos terremotos»³³⁵. Entende, por isso, que são “ditosas” as tribulações e “saudáveis” os tremores durante um ano experimentados, porque, «refreando os impios, conservão os justos no serviço de Deos» e em vigilância³³⁶. Os pecadores, de contínuo apegados à vida temporal, ao socego, aos bens da terra, sem nunca convidarem Deus para o seu coração,

³³³ *Sermão* supra citado, pp. 1-2.

³³⁴ *Ibid.*, p. 3.

³³⁵ *Ibid.*, p. 9.

³³⁶ *Ibid.*, p. 7.

a fim de reformar-lhes os costumes, não se apercebem que «o Senhor os entrega justamente ás inquietações mortaes de hum temor que os dezanima, ainda quando menos ha que temer»³³⁷. Foi assim, prossegue D. António da Anunciação, «que no primeiro do proximo Novembro os mais temerosos eram os menos justos, que possuidos de hum temor servil, observavão os dias grandes, devendo temer todos os dias por seus grandes peccados». Ora, passando «com aquelle grande, e sempre memoravel dia todo o medo», voltaram a cometer as enormidades com que desafiam a justíssima vingança divina, sentindo que podiam «viver seguros, depois daquelle prazo fatal, que nos trazia a todos melancolicos»³³⁸. Apela, pois, para que «o agradecimento que naquelles felices minutos do terremoto se prometeo a Deus» fosse restituído no «sacrificio de louvor e acção de graças» que se estava a celebrar, encadeando incessantes considerações ascéticas em ordem ao exercício de «obras de huma vida inteiramente Christãa, e reformada»³³⁹. Lembra, no entanto, que, se o dia anterior, sábado, fora dedicado ao jejum, «além de outras obras de penitência», em memória da catástrofe, diversos actos pios se têm visto em Coimbra promovidos pelo bispo D. Miguel da Anunciação e pelo cabido da sua cathedral. Fez este último pregar «por Missionarios zelosos a reforma dos costumes». E não se engane ninguém, porque «o jejum, a cinza, a humilhação, [sic] e o cilicio que nos deixão todas as nossas paixões, todos os nossos appetites, todas as nossas vontades, não atrahem sobre nós as Divinas complacencias». O jejum recomendado devia consistir em desatar «os laços das iniquidades»; e não só a abstenção «do alimento, mas tambem de todo o peccado; daquella occasião tantas vezes fatal» à inocência; «daquella caza do fogo eterno, da conversação ou murmuração, daquella amizade perigosa daquella usura, etc.»³⁴⁰. Passa, então, a mostrar que para se conseguir segurança, face à ameaça dos perigos, não basta «entoar as Ladainhas com olhos enxutos, e talvez pouco modestos; assistir a huma Missa, huma leve abstinencia». E, dentre os terremotos semelhantes que Portugal tem chorado, recorda as ruinas e mortes provocadas pelos mais importantes que sacudiram Lisboa desde 1531 até ao de três anos antes de 1755, o que mostra que os grandes tremores de terra não eram sucessos raros³⁴¹. Se Deus não preservara em se mostrar aplacado, é porque não via «preservação na vida justa e penitente», antes desprezo da virtude «como incompativel com as occupações da caza, do mundo, e do

³³⁷ *Ibid.*, p. 8.

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ *Ibid.*, p. 10.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 16.

³⁴¹ *Ibid.*, pp. 16-17.

estado»³⁴². Acrescenta, esmiuçando o quotidiano, no campo espiritual: «Deixa-se o conselho de hum Padre de espirito que nos guia, á frequencia dos Sacramentos que nos esforça, a pratica das pessoas virtuosas que nos anima, a lição dos livros santos que nos desengana, a Oração mental [meditar nas verdades eternas ao menos meia hora cada dia] que nos conserva. Mental, digo porque da vocal só responde a vossa reincidencia». Insiste o pregador quanto importa seguir este caminho que não é tido na conta necessária; e não é o tempo que falta, mas a consciência «de que sem oração, sem lição das verdades eternas, sem frequencia de Sacramentos, sem direcção de hum Padre de espirito não se preservara»³⁴³. O propósito final que o orador crúzio procura inculcar na alma dos ouvintes, através do teor exortativo da peroração, é o de que, se Deus os livrara «com mão poderosa entre signaes, e prodígios do mundo, que sepultou naquelle fatal dia do terremoto». Perante aquele desengano e em memória do benefício recebido, seria indispensável «fazer huma vida inteiramente espiritual, escondida com Christo em Deos», pois «he esta a perseverança no agradecimento»³⁴⁴. Percebe-se nesta parénese, em que a acomodação à circunstância motivadora é conseguida, a coerente militância doutrinária do círculo de inspiração rigorista jacobea próximo de D. Miguel da Anunciação³⁴⁵.

4.5. Rio de Janeiro e Pernambuco: P. António Pereira da Câmara e P. Filipe Benicio

Por fim, nesta ronda a aproximar-se de seu termo, importará registar que não foram apenas as notícias, acerca do trágico abalo que arruinou Lisboa em 1755, a chegarem além Atlântico com a celeridade permitida pelas comunicações da época. Logo que se concentrou na dolorosa extensão humana da catástrofe, o Brasil, dada a fortíssima ligação à metrópole de suas autoridades, instituições, população branca e descendentes, reagiu, como se esperaria, solidário e cristão. Apareceram, assim, quatro sermões relacionados com o grande Terramoto pregados na primeira metade de 1756 e em duas das maiores cidades: Pernambuco e Rio de Janeiro, e no ano imediato impressos na capital portuguesa, o que lhes proporcionou mais dilatada difusão. O primeiro foi o *Sermão na Procissão de Penitência que fés de noite a Reverenda Irmandade dos Clerigos de S. Pedro da cidade do Rio*

³⁴² *Ibid.*, pp. 19-20.

³⁴³ *Ibid.*, p. 21.

³⁴⁴ *Ibid.*, pp. 21-24.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 25.

de Janeiro por ocasião do Terremoto que houve em Lisboa no primeiro de Novembro de 1755, pregado pelo Padre António Pereira da Câmara, em 27 de Fevereiro de 1756³⁴⁶. Mal conhecido o trágico sucesso, que «de outro igual se não recorda a memoria» e Deus «permitio na Capital do nosso Reino», o orador, na dedicatória ao rei D. José, hesitante no motivo, «se por castigo, se por amor» ou se por huma, e outra couza», informa ter o Bispo do Rio de Janeiro ordenado que se abalasse o Céu «por meio das maiores penitências»³⁴⁷. Na pastoral que compôs, o prelado decretou que, «em todos os Conventos, e Ordens; em todas as Matrizes, e Capelas», houvesse um Lausperene a servir «de novo estímulo para com motivo mais suave» o povo se conformar com a divina vontade «sempre admiravel nas dispozoens de sua altissima providencia»³⁴⁸. O tema tomou-o da segunda epístola de S. Pedro, capítulo e versículo 9: *Non tardat Dominus promissionem suam, sicut quidam existimant; sed patienter agit propter vos nolens aliquos perire, sed omnes ad paenitentiam reverti.* (Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns pensam; mas usa de paciência convosco, não querendo que nenhum pereça, mas que todos se convertam à penitência). No exórdio, refere o orador que os membros do clero do Rio de Janeiro se apresentaram naquele dia «aos olhos do Ceo na triste representação de tão humilde, e penitente espectáculo, como reos de culpa capital, que do delicto vão caminhando para o suplicio». Acompanhavam a procissão «com alvas, coroas de espinhos nas cabeças com cordas ao pescoço, e cingidos com as mesmas, maons cruzadas, e pes descalços»³⁴⁹. À vista desta demonstração de penitência e do que se obrara e ainda iria continuar, Deus se compadeceria e perdoaria ao reconhecer «humma verdadeira, eficaz emenda»³⁵⁰.

³⁴⁶ *Sermaõ* na Procissam de Penitencia, que fés de noite a Reverenda Irmandade dos Clérigos de S. Pedro da Cidade do Rio de Janeiro por ocaziaõ do Terremoto que houve em Lisboa no primeiro de Novembro de 1755. *Offerecido* a El Rei D. Joseph I. Nosso Senhor. Pregado á porta da Igreja da Crus ao passar da Procissão, pelo Padre Antonio Pereira da Camara, *Sacerdote do Habito de S. Pedro, Bacharel Formado nos Sagrados Cânones, Mestre em Artes, Natural da Cidade da Bahia, donde com os empregos de confessor, e Director conduzio as coatro Religiozas, que do Convento de Santa Clara do Desterro da mesma Cidade vieraõ fundar o da Conceiçaõ na do Rio de Janeiro.* 27 de Fevereiro de 1756. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. MDCC.LVII. *Com todas as licenças necessárias.* (Tem 45 págs. As 6 primeiras, com o rosto e dedicatória, e da 7 a 45 vem o sermão, havendo mais uma inum.). O Padre António Pereira da Câmara nasceu na Baía em 1697. Cf. Barbosa Machado, *op. cit.*, IV, p. 54.

³⁴⁷ *Ibid.*, na dedicatória ao rei D. José I, p. 2 n.n..

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 3 n.n..

³⁴⁹ *Ibid.*, p. 11.

³⁵⁰ *Ibid.*, pp. 12-13.

Como não havia na cidade a confirmação da notícia do terramoto, que para alguns soara a falso rumor, os pregadores agiam com prudência não falando da matéria segundo as informações que circulavam «pela incerteza não do cazo, senão das suas circunstancias, ou dos seus efeitos»³⁵¹. Entendia, porém, o orador que bastava somente o dito para «atemorizar, e entristicer; pois nunca, ou quasi nunca se levantão semelhantes vozes senão pelo que foi, ou pelo que ha de ser; e nisto está muitas vezes o maior mistério»³⁵². É um facto não ser esta a primeira vez que Lisboa «se vio castigada da mão de Deos com semelhante ruina». E bem poderá ser, continua o P. Câmara, que em vez de se buscar culpa aos pecados, haja motivos de consolação, isto é: «o tenha Deos assim permitido por ser Corte de hum Reino, que hé a minina dos seus olhos, como Reino fundado tambem para si, que assim o disse o nosso primeiro Rey poucas horas antes de o ser, falandolhe da Crus em o Campo de Ourique: *Volo in te, et in semine tuo imperium mihi stabilire*. E sempre Deos teve por gloriozo timbre da sua divina bondade, e por demonstração evidente do seu amor infinito castigar aos que ama»³⁵³. À margem do texto, refere o juramento de D. Afonso Henriques, em 29 de Outubro de 1252 [*sic!*], nas cortes de Coimbra, onde consta esta promessa, «havendo sucedido o prodigio em 1139». Por sua vez, remetendo para o *Anno Historico*, diário de efemérides portuguesas, cita vários castigos deste género com que Deus, em vários séculos, fulminara Portugal, arruinando casas, destruindo templos, matando gentes, subvertendo povoações inteiras³⁵⁴. No século que decorria, o tremor de terra de 1755 foi o quarto; e tamanhos, acentua, «forão os nossos pecados, que nos não valeu nem o esmero da piedade, nem a pureza da fé», nem «tantos exemplos de Santidade» nem tanta frequencia de Sacramentos, em que Lisboa tanto se especializa», nem «tanto dispendio com o culto divino, e o Lausperene de todos os dias, huma das maiores grandezas de Portugal, ou a maior de todas»³⁵⁵. Ao inferir-se que foram os pecados de todos a provocar as iras do Céu, não havia melhor remédio «que a reforma geral desses pecados»³⁵⁶: os cometidos pelos sete vícios capitais que pormenoriza, ao nomear cada um³⁵⁷. Se houvesse reforma de vida, a cidade ficava «tão

³⁵¹ *Ibid.*, p. 16.

³⁵² *Ibid.*, p. 17.

³⁵³ *Ibid.*, p. 18.

³⁵⁴ *Ibid.*, pp. 18-19. A referência às Cortes de Coimbra remete para 1252, quando D. Afonso Henriques morre em 1185.

³⁵⁵ *Ibid.*, pp. 20-22.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 22.

³⁵⁷ *Ibid.*, pp. 23-28.

outra como santa» e Deus embainharia a espada da justiça. Melancólico, adianta que há quatro anos se tinha publicado no Rio de Janeiro o jubileu do ano santo com as indulgências concedidas pelo Papa reinante Bento XIV, sendo que: «Não faltarão Missoens, nem faltarão penitencias, não faltarão confissoens geraes; visitarãose as Igrejas com toda a devoção; e vimos por tempo de seis mezes que durou o indulto, o Ceo aberto na terra com todo o tezouro de suas graças»³⁵⁸. Porém, de reforma, pergunta, nada se sentiu: «Vimos por ventura pediremse os perdoens, perdoaremse as injurias, reconciliaremse as inimizadas, acabaremse os odios, entregarse a fazenda alhea, restituirse a fama do proximo, satisfazeremse os legados, cumpriremse os testamentos, pagaremse as dividas, comporemse os demandas, ou trapaças que laborão nesses auditorios, respeitarse o sagrado para o não profanarem com conversas indecentes, e assistencias pouco devotas, e observarse no seu vigor primitivo, por ser couza que não perscreve a imunidade Ecclesiastica? Nada disto vimos, antes ficou tudo com estava»³⁵⁹. O quadro moral da sociedade brasileira, pelo que o orador denuncia, não se diferenciava do da portuguesa. Por isso, «passados estes primeiros fervores ocasionados talvez mais do receio proprio, que da calamidade alhea», voltar-se-ia ao que se era antes e se esqueceria o que importaria fazer-se³⁶⁰. Nesta linha, o discurso envereda pelo libelo a insinuar a realidade local, embora cautelosamente aponte o dedo acusatório para o que, no geral e em toda a parte, se pratica: reis arruinando reinos, destruindo províncias, consumindo Conquistas com opressões, tributos e outros impostos; prelados eclesiásticos «procedendo sabe Deos como na distribuição dos benefícios; magistrados, «em cujos hombros ou fracos, ou robustos carregão o pezo das maiores, e mais terriveis consequencias, como julgar fazendas, vidas, e honras sem a circunspecção devida, e a limpeza de maons necessária», não ouvindo «as partes litigantes, e mui menos se são pobres, humildes, e miseráveis»; mercadores, «vendendo a fazenda por preços exorbitantes, e com mil juramentos falsos, de que a não pode dar por menos»; negociantes «que com qualquer novidade de tempo, ou contratempo, entram a abarcar os mantimentos a si, pondo ao povo em consternação com insofriveis carestias»; pais de famílias, «em cujas cazas tudo hé desgoverno – quer «na vaidade, e luxo da mulher, não se contentando com as posses do marido, antes fazendo-o concorrer para o superfluo com dividas, que nunca se pagão, e quantas vezes acabando numa

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 31.

³⁵⁹ *Ibid.*, pp. 31-32.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 32.

prizão» quer já «no pouco recato, e recolhimento das filhas» e «nas liberdades, e nas companhias dos filhos»; quer «nos vícios, e soltura dos escravos, e o que mais he no rigor com que os tratão, faltandolhes com o necessário, mas não com o castigo; assentando muitas Pessoas doudas, e de virtude, que huma das cauzas principaes das miserias a que está hoje reduzido todo o Brazil nace da tirania com que são tratados os escravos sem mais razão da sorte, que a sem razão do fado»³⁶¹. Corajosa acusação sobre o flagelo da escravatura lançada do alto do púlpito, diante de um grande auditório, numeroso e socialmente representativo, que participava na procissão de penitência com a imagem do *Ecce Homo* em presença³⁶². A peroração alonga-se, como de ordinário acontecia nestas paréneses, incitando à retratação das culpas para alcançar a clemência e o perdão de Deus, e à reforma dos costumes que um coração sinceramente contrito devia abraçar.

No fio do tempo mais imediato ao terramoto, surge o *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma*, do P. Filipe Benício, natural de Recife, pregado em 1756 e impresso em Lisboa no ano imediato³⁶³. Teve lugar na Matriz do Corpo Santo, na cidade de Pernambuco, logo que chegou «a noticia da grande ruína de Portugal», cuja matéria, como declara na dedicatória ao capitão António José Brandão, é o justo castigo de Deus» pelos pecados cometidos que levaram à ruína de Lisboa – assunto que «não cabe na penna mais elevada, nem nas leis da Rhetorica mais polida, e só se explica com o interno sentimento do coração, e perenne profusão de lagrymas»³⁶⁴. O tema: *Si veritatem dico vobis, quare non creditis mihi?* (Se vos digo a verdade, porque não acreditais em mim?) é o versículo 46, do capítulo 8 do evangelho de S. João pertencente ao próprio daquele dia, chamado vulgarmente Dominga das Verdades, por isso «devendo-se huma, e muitas vezes com exacta ponderação pregar-se de hum castigo tão especial da ira de Deos offendido para a emenda, e arrependimento de tantas culpas, para que aquelle ameaço se não extenda a verdadeira execução»³⁶⁵.

³⁶¹ *Ibid.*, pp. 36-38.

³⁶² *Ibid.*, p. 41.

³⁶³ *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma*, Exposto em a Igreja Matriz do Corpo Santo em Pernambuco no anno de 1756. Havendo chegado a noticia da grande ruina de Portugal, dedicado ao Senhor Capitão António José Brandão por seu author o P. Filipe Benicio, *Sacerdote do habito de S. Pedro, e natural da Villa do Recife*. [—] Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio. Anno de 1757. *Com todas as licenças necessárias*. (6 págs. inum., incluindo o rosto e a dedicatória + 40).

³⁶⁴ Em a “dedicatória”, p. 3 n.n..

³⁶⁵ *Ibid.*, pp. 1-2.

No exórdio, lamenta o orador não pregar naquele momento num dos templos da destruída cidade, para serem «mais efficazes as suas palavras, à vista do que ellas manifestão». Havia, porém, no auditório, acrescenta, «muitos, ou quasi todos, participantes daquella infelicidade, já na morte dos parentes, pais, amigos, já na perda irremediavel de seus cabedaes, sendo tambem Pernambuco ameaçado do mesmo castigo, pois no mesmo dia o primeiro de Novembro às mesmas horas do infausto acontecimento de Lisboa se sublevou o mar nas nossas costas marítimas, entrando pelo interior da terra dilatado espaço com terror grande daquelles habitadores vizinhos»³⁶⁶. O esquema encontrado para o desenvolvimento temático parte da idealização de «trez Prégadores tão novos, e tão desconhecidos, como nunca vistos, nem ouvidos», aparecidos na circunstância, a fim de pregarem «a Portugal o mais funebre, e horrivel Sermão que virão as cidades, e os tempos»³⁶⁷. Se em poucos minutos Lisboa foi destruída pela ira de Deus, a violência do terramoto, a voracidade do fogo e a impetuosidade do mar, serão os pregadores. Cada um deles há-de dizer porque tremeu a terra, destruiu o fogo e se sublevou o mar. A doutrina que pregarão aos moradores de Pernambuco será essa a verdade evangélica para seu aproveitamento e emenda³⁶⁸. Principiando o corpo do sermão, abundantíssimo em exemplificações bíblicas, a explanar a força simbólica do primeiro pregador, a terra, a que o P. Benício dá voz, confirmando a razão religiosa por que haverá tremido: a vontade de Deus em castigar Lisboa «pelos muitos, e grandes peccados de seus habitadores» e tê-lo feito por sua exclusiva decisão. A forma axiomática como afirma permite-lhe contestar a opinião de «alguns Filósofos de Pernambuco» e, ao que lhe contavam, «alguns de Lisboa», ao asseverarem haver sido «aquelle terremoto hum acaso procedido da disposição das causas segundas, fundadas em doutrinas modernas, e antigas», adiantando, no discurso, a explicação da física do tempo. Este argumento só podem apresentá-lo aqueles «a quem falta o santo temor de Deos, porque esse mesmo terremoto, que teve principio nessas causas naturaes, he castigo da ira de Deos, que para tomar de nós, vingança, se vale desses mesmos principios naturaes»³⁶⁹. A deliberação divina assentava no facto de não poder sustentar «o peso de tantas culpas e injustiças»; consentir tantos ladrões profissionais; ver a vida licenciosa a chegar «ao

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 2.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 5.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 6.

³⁶⁹ *Ibid.*, pp. 7-9.

ultimo expresso da malicia»; assistir à proliferação de «tantas casas de divertimentos ilicitos, e torpes, em que se consumião os dias em danças, e bailes, sendo aquellas mais theatros de vaidade, que habitação de homens Catholicos», extravasando para os Brasis tais escândalos. A terra, acentua o orador num trocadilho barroco, apenas chamou a si «vingar, e despigar aquillo, que Deos por compassivo não queria castigar dissimulando»³⁷⁰. A extranheza em ver-se que não foram poupados magníficos templos e santuários se compreenderá pelas «execrandas maldades» e não menores «atrevimentos» cometidos durante os officios litúrgicos solenes: os homens examinando a entrada das portas, «olhos fixos em aquelles objectos da sua torpe correspondência, que para maior enleio do appetite se pintavão para parecer bem, e a estas pinturas se rendião os cultos, e as venerações», sendo que as mulheres choravam, quando «não vião o emprego de seu amor, ou ao seu Adónis»³⁷¹. Não foi, porém, bastante, continua o P. Benício, a piedade das almas justas e de virtude conhecida concentrada na adoração ao Santíssimo Sacramento exposto durante todos os dias do ano em Lausperene contínuo, porque muitas eram as «desatenções, e culpas», tendo, por isso, «infallivelmente de haver hum rigoroso castigo»³⁷². E acentua: o Sacramento só será «infallivel remédio, para todos, e para tudo», e também para Pernambuco, quando a lei de Deus for observada³⁷³. O fogo, voraz e desumano, o segundo pregador naquela celebração religiosa responsável por ter consumido e reduzido «em poucos dias a cinzas muitas casas, e Palacios, importantes preciosidades, magnificos e riquissimos Templos», não foi provocado pelo contágio das iluminárias nos altares das igrejas ou pelo que ardia nas casas a preparar os alimentos³⁷⁴. Foi «primitivamente divino; porque suposta a ira de Deus» disposta a punir os peccadores. Na verdade, tão poucos e qualificados eram: as «vistas lascivas, e peccaminosas, já nas casas, praças, e Templos»; os ouvidos só empregues e «abertos a ouvir as arias, e amantes minuets, deshonestas, e torpes conversações, e muito fechados para ouvir a palavra de Deos, e as admoestações para sua emenda»; as «fingidas cores de faces mal coloridas, e os enfeites descompostos, de que tambem usavão os homens, perturbando a forma varonil, com o fogo das suas faces»³⁷⁵. Se sempre Deus castiga com

³⁷⁰ *Ibid.*, pp. 12-13.

³⁷¹ *Ibid.*, pp. 17-18.

³⁷² *Ibid.*, pp. 21-22.

³⁷³ *Ibid.*, p. 23.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 25.

³⁷⁵ *Ibid.*, pp. 27-28.

o fogo culpas e pecados, compreende-se que o fogo pregue estas verdades ³⁷⁶. O terceiro pregador será o mar, cujas águas, saindo de seus limites, assolaram não só Lisboa, mas também «muitas Vilas, e Lugares daquelle Reino [Portugal] tirando com impiedade tantas, e innumeraveis vidas» ³⁷⁷. Enganam-se, adverte o P. Benício, os que afirmam «que aquella sublevação procedêra do tremor da terra, como centro das aguas, e movendose a terra naturalmente se havião de alterar as aguas». A alteração do Mar foi, sem dúvida, castigo da mão de Deus que em Lisboa fez o mesmo que à cidade bíblica de Tiro, abatendo dessa forma o seu luxo e superfluidades, a fim de acentuar quão desolador fora o estado em que ficara a capital do reino, metrópole de intenso comércio marítimo, da qual evoca a sumptuosidade e riqueza: «Para os seus edificios se vinhão buscar as madeiras ao Brasil, e para as fabricas de suas náos, assim como a Sanir se hião buscar as faias, e os cedros do Libano: nela para maior grandeza habitavão todas as nações do mundo: de todos era a mais temida, e respeitada: para o seu luxo, e pompa lhe trazião todas as nações mercadorias para lhas vender em suas tendas, e feiras, ao mesmo tempo que tinha com abundância aquillo mesmo que se lhe vendia: dos Brazis lhe vinha o ouro, das Indias os diamantes, de Africa o marfim, e o evano, e todos os Reinos estrangeiros lhe trazião as suas preciosidades: achavão-se recolhidas as frotas vindas da América, e as estrangeiras tão ricas nos cabedaes, como soberbas nos galeões, em que tinha Lisboa a sua glória» ³⁷⁸. Sobre o que destas riquezas «escapara à verocidade do incendio», se abateu, de súbito, a fúria das ondas, consumindo juntamente com elas quanto «nas vidas de tantos, e tantos milhares de homens se virão acabar» ³⁷⁹. De cabeças descobertas, cingidos de cilícios, de almas amarguradas, lamentam-se os que restam; monarcas estrangeiros oferecem «gratuitos donativos»; os mercadores de Portugal e de todo o mundo que negociavam em e com Lisboa, «e muitos, que amanhecerão opulentos como Cresso, anoitecerão pobres com Hyro», sussuram, em segredo, que a cidade «se vê em termos de não ser mais o que de antes foi» ³⁸⁰. Por todas estas razões concedeu o pregador a palavra à terra, ao incêncio e ao mar, para que dissessem toda a verdade sobre o acontecido em Lisboa, esperando que Pernambuco, no mesmo dia do «estrageo de Portugal» e também ameaçado por Deus, ponha «termo às suas

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 29.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 29.

³⁷⁸ *Ibid.*, pp. 30-34.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 35.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 36.

superfluidades, e luxos», tema a Divina Justiça e observe a «Santíssima Lei, para que o mesmo castigo não se abata sobre si». De contrário, clama a terminar a apocalíptica peroração, «o mesmo Deus será o fiscal» que há-de entregar Pernambuco à terra para tragá-lo, ao fogo para consumi-lo e ao mar para submergi-lo de uma só vez ³⁸¹. E, com a prece de ordinário feita, pedindo a «Divina clemencia» em troca do arrependimento e a promessa de emenda, o sermão termina.

No Rio de Janeiro, tiveram lugar as duas pregações que restam dar a conhecer. Proferiu-as o sacerdote baiano P. António Pereira da Câmara, em 1756, dando-as à estampa em Lisboa, no ano seguinte. *O Sermão de N. S. da Lapa na noite da Procissam, que fizerão os seus devotos invocando o patrocínio desta Soberana Senhora pelo successo de Lisboa* ³⁸², foi pronunciado em 3 de Abril e dedicado ao Núncio Apostólico em Portugal, Mons. Acciaiuoli, (1754-1760), para quem augura o cardinalato, como aconteceu com um dos seus antecessores Miguel Ângelo Conti que acabou por vir a ser o Papa Inocêncio XIII. Para justificar a dedicatória, aponta a devoção do representante pontifício à Senhora da Lapa em cuja capela da mesma invocação, edificada em Lisboa pelo missionário Ângelo de Sequeira, religioso de incansável fervor, a quem se devem alguns templos e a reedificação de outros em terras brasileiras, o representante pontifício havia celebrado a missa solene da sua abertura ao culto ³⁸³. Como tema escolheu o pregador, no *Eclesiástico* o versículo 24 do mesmo capítulo: *Ego Mater pulchrae dilectionis* (Eu sou a Mãe do amor formoso). O exórdio, polvilhado de leve perfume barroquista, tece-o à volta da representação da Senhora da Lapa sem o Menino nos braços, pois assim foi vista a Mãe de Deus e «Mãe do amor fermoço, que hé o que sem vermos com os olhos do corpo, admiramos com os afetos da alma» ³⁸⁴. Será esta a matéria

³⁸¹ *Ibid.*, p. 40.

³⁸² *Sermão de N. S. da Lapa na noite da Procissam, que fizeraõ os seus devotos invocando o patrocínio desta Soberana Senhora pelo sucesso de Lisboa. Oferecido ao Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Nuncio Apostólico de sua Santidade no Reino de Portugal. Pregado pelo Padre Antonio Pereira da Camara, Sacerdote do habito de S. Pedro, Bacharel formado, Mestre em Artes, natural da Cidade da Bahia, donde com os empregos de Confessor, e Director conduzio as coatro Religiosas, que do Convento de Santa Clara do Deterro da mesma Cidade, vieraõ fundar o da Conceição na do Rio de Janeiro. Em 3 de Abril de 1756. Impresso á custa de Antonio de Araujo Braga. [—] Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LVII. Com as licenças necessarias. (39 pags., incluindo 6 inum. e rosto).*

³⁸³ Ver “Dedicatória”, p. 3 n.n.; F. L. Pereira de Sousa, III, p. 518.

³⁸⁴ *Ibid.*, pp. 10-11.

a tratar na circunstância: o devoto e penitente acto que é realizado pelo «sucesso de Lisboa» que, como diz, «tanto nos tem magoado os corações; a mesma distancia, em que vivemos, acredita a nosso dor». Pois, «a dor na prezença reparte-se entre os sentidos, e na ausencia só se recebe na alma; acrescentando que dor na presença, e cita, tem a mesma presença por alívio e a dor na ausencia toda he dor»³⁸⁵. Da Senhora da Lapa só se espera que interceda de seu filho todas as piedades, transformando «as demonstraçoens de hum Deos sem razão ofendido, e por isso justamente irado, seja daqui em diante tudo amor, já que do amor fermoço a Senhora da Lapa se intitula Mãe»³⁸⁶. No corpo do discurso, o orador principia por vincar a necessidade da protecção da Virgem, particularmente na hora da morte – «o passo mais apertado, e mais estreito por onde em hum brevissimo instante se vai do tempo à eternidade»³⁸⁷. Encontra, então, ensejo para se referir ao terramoto de 1755, a propósito do que, no religioso, se via no Rio de Janeiro, e assim o faz: «Se no sucesso de Lisboa, que tem sido, e com razão, o motivo total de tantos actos de devoção, e de penitencia, quantos se tem feito nesta cidade, e ainda se continuão, podessemos averiguar esta differença na grande multidão dos que perecerão a estragos de tão formidavel e rigoroso castigo, como hé certo veriamos, que os devotos da Virgem Maria todos se salvarão, e que só se condenarão com irremediavel desgraça os que não erão seus devotos»³⁸⁸. Conjectura, lá o vai confessando, embora se arrependa, pois entende e repete mais adiante: «E como em toda aquela machina de gentes de hum, e outro sexo, que perderão as vidas debaixo de tantas ruínas, não lhes valendo as mesmas Igrejas, onde se achavão huns, e para onde outros se acolhião em tão grande aperto, e consternação; não considero, nem me posso persuadir, que houvesse pessoa alguma, que não fosse devota de Maria Santíssima; por isso entendo, por isso julgo, e piamente creio, torno a dizer, que todos se salvarão; pois nem posso, nem devo presumir o contrario»³⁸⁹. Tomando o exemplo do dilúvio onde Noé se salvou na arca e com ele animais, natureza corruptível, Maria, com aquela comparada, foi a arca da vida incorruptível, porque, se a de Noé recolheu quem a fabricou, «esta trouce em si quem fés o mesmo Noé»³⁹⁰. Figurada na arca de Noé, como a tradição cristã interpreta, recorre

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 12.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 13.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 14.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 15.

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 17.

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 21.

a uma acomodação da alegoria, para afirmar que Nossa Senhora da Lapa é não só a arca do Novo Testamento, pois assim se pode inferir do que se dizia ter acontecido no tremor de terra de Lisboa, facto esse, para si, maravilhoso: «depois do primeiro terramoto admirou a nossa Corte na passagem da ponte de Alcantara por onde se vai para Belem, como em romaria a Senhora da Lapa [...], que levando hum devoto Missionario a Imagem da mesma Senhora acompanhado de infinito povo, que se havia acolhido ao abrigo da Mãe de Deos, sendo advertido das sentinelas militares, que tornasse atrás, e não fosse adiante, porque o mar vinha já assoberbando, e inundando a ponte; com animo Apostolico, e viva fé na soberana Imagem, abençoando com ela o mar, logo parou sustendo o impeto, enquanto passou livremente toda aquela multidão, até que posta em salvo, e sem perigo da outra banda, de improviso descarregou todo o pezo das suas ondas sobre a ponte arruinando parte dela, e chegando finalmente ao termo, que prescrevem as noticias»³⁹¹. Por isso, aproveita o P. Câmara para concluir que, à Senhora da Lapa dominadora do «mar a que cresceu o rio Tejo, ou o rio Tejo transformado em mar», pertence «particularmente» o misterioso epíteto de Senhora do mar»³⁹². Mais: se no Calvário a Virgem assistiu junto do «Filho que deu por nós a vida», esteve também como Mãe de Deus e Senhora da Lapa. A prova encontra-a em outro *fait-divers* do terramoto, ou seja, «no sucesso sempre lastimozo, e lamentavel da nossa Corte; pois havendo tantas, e tão milagrosas Imagens da Santissima Virgem ao pé da Cruz do Filho em muitas outras Igrejas não só das que se arruinarão, mas tambem das que ficarão em pé, e sem lezão; não consta de nenh[uma] delas o grande, e portentozo prodigio, que se refere da de Belém». E logo repete a notícia a correr no vulgo de que a imagem de Nossa Senhora aos pés da Cruz, pertencente ao templo real de Santa Maria de Belém, «na ocasião de tão tremendo castigo caíra do lugar mais eminente onde estava, a chegarse mais ao pé da mesma Crus, como quem orava, e intercedia pelo Reino de Portugal com este, ou semelhante empenho: *Basta, Filho, basta*; assim ficara perseverando na mesma postura»³⁹³. Razão para merecer o título de «a Senhora da Lapa da Crus». Daí, prossegue, «o seu valimento, o seu respeito, e o seu patrocínio» intercederão a nosso favor «todas as vezes, que assim o pedir a piedade das causas»³⁹⁴. E termina o pregador, sublinhando que o argumento fora «tão ajustado às circunstancias do

³⁹¹ *Ibid.*, pp. 22-23.

³⁹² *Ibid.*, p. 24.

³⁹³ *Ibid.*, pp. 30-31.

³⁹⁴ *Ibid.*, pp. 31-32.

cazo» que motivou aquela piedosa demonstração dos devotos da Senhora da Lapa ao seu magnífico templo, certos de que o seu patrocínio como Mãe de Deus poderá «suspender os castigos, que tanto merecemos»³⁹⁵.

O mesmo P. António Pereira da Câmara pregou na igreja paroquial da Senhora da Candelária do Rio de Janeiro, numa festa votiva à Virgem, o *Sermão da Conceição da Senhora*, a 2 de Maio de 1756, que no ano imediato saiu, em Lisboa, impresso³⁹⁶. O tema escolhido foi o versículo 48, do capítulo 2, do evangelho de S. Lucas: *Fili, quid fecisti nobis?* (Filho porque procedeste assim connosco?) e o motivo da pregação era o agradecimento de um devoto à Senhora da Conceição «pelas noticias que teve de haver livrado toda a sua Familia do sucesso sempre fatal de Lisboa que sem lhe valer o ser fundada em sete montes, se vio em brevissimo tempo qual outra Troya cabeça de toda a Azia reduzida a cinzas, por sobir com suma presteza a voracidade das chamas aos mesmos montes da sua soberba fundação, e com mortandade de muitos de seus habitadores»³⁹⁷. Sendo o dia um domingo, em que se celebrava a festividade litúrgica da Maternidade da Senhora, enlaçará estes dois excelsos títulos da Virgem na acção de graças que se pretende tributar-lhe, motivo para o argumento a desenvolver tomar a consistência de um panegírico. Todo o discurso acaba, no entanto, por passar em silêncio o terramoto de Lisboa – só naquele empolado inciso retórico recordado – circunstância dolorosa na origem desta celebração gratulatória. Apenas na peroração há lugar para breve referência ao infausto evento com uma ligação acomodada ao acto litúrgico³⁹⁸. Inúmeras, por certo, haviam sido já as expressões de sentimentos lutosos pelo «destrução de huma Corte, que amanhecendo no maior auge da sua grandeza, de hum instante para o outro se vio entre os estragos da maior ruína»³⁹⁹. Devotíssima no Brasil, em Portugal a Senhora da Conceição é «universal Padroeira, jurada em Cortes com aclamaçoens nas nossas

³⁹⁵ *Ibid.*, pp. 37-38.

³⁹⁶ *Sermão* Em festa votiva que á Virgem Soberana *Dedicou* o Doutor Francisco de Almeida Jordam, *Cavalleiro Professo na Ordem de Christo*. Pregado na Parochial da Senhora da Candelaria pelo Padre Antonio Pereira da Camara, *Sacerdote do habito de S. Pedro, Bacharel formado nos Sagrados Canones, Mestre em Artes, natural da Cidade da Bahia, donde com os empregos de Confessor, e Director conduzio as coatro Religiosas, que do Convento de Santa Clara do Desterro da mesma Cidade vieraõ fundar o da Conceição na do Rio de Janeiro. Em 2 de Maio de 1756*. Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. *M.DCC.LVII. Com as licenças necessárias*. (34 pags., incluindo o rosto).

³⁹⁷ *Ibid.*, p. 3.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 4.

³⁹⁹ *Ibid.*, pp. 32-33.

Universidades, venerada em todas as Religiões, e Ordens do Reino». Termina o panegírico a expressar um curto lamento pela catástrofe, não o faz, no entanto, sem repassá-lo num repto de encorajamento e esperança: a fidelíssima devoção à Senhora da Conceição bem merecia, «em sucesso tão fatal, em castigo tão rigurozo, e em estrago tão geral o favor da sua piedade»⁴⁰⁰. E, se acabaram as penitências, as missões, as manifestações de dor e pranto, os clamores de misericórdia, remata o P. Câmara, não deviam terminar a emenda e a perseverança, para que não desaparecesse «o perdão da culpa, o merecimento da graça, e o premio da gloria»⁴⁰¹.

Ficava assim registada uma marca eloquente da solidariedade do Brasil na hora amarga vivida na pátria lusa, sem se deixar de inferir que a mesma comunhão de sentimentos se experimentaria nos demais espaços do vasto império, o que torna consistente o dito, cheio aliás de intenções, deste mesmo pregador, no primeiro dos sermões assinalados: isto «basta para saber Portugal o que deve ás suas Conquistas»⁴⁰².

Conclusão

A ruína de Lisboa, sequela visível do grande terramoto de de 1755, traduzida na multidão de mortos e feridos, no caos urbano e na angústia dos sobreviventes, provocou em simultâneo a imagem de um fenómeno apocalíptico de *sinistra memória*. Sobre as dimensões da catástrofe a unanimidade era completa, se globalmente encarada. Mas, se a conjugação de esforços, na execução das medidas de imediato tomadas, obtivera pronta resposta, não houve idêntica sintonia, quanto à origem do cataclismo. No entanto, o espaço era de inteira religiosidade católica, fundamento do sentir colectivo que pautava o quotidiano da população. Ética, espiritual e socialmente, o homem culto e o ignorante, a gente poderosa e a humilde recebiam do magistério eclesiástico um conteúdo doutrinário vivo e interviniente. As reacções, porém, logo surgidas, acusavam uma tríplice orientação mental: a dos filósofos, a dos políticos e a dos crentes arreigados a uma conduta de exclusiva dependência da sua fé. Poder-se-á aceitar que a dialéctica entre o antigo e o moderno mostrava haver assentado arraiais no Portugal de meados de setecentos? Perante o facto que a todos interpelava em sua crua dureza, as explicações são adiantadas: a dos filósofos, tocada

⁴⁰⁰ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 34.

⁴⁰² P. António Pereira da Câmara, *Sermão de N^a Sr^a da Lapa*, infra citado, p. 12.

pela procura de objectividade científica; a dos políticos impregnada de pragmatismo; a dos crentes obebecada pela garantia da salvação eterna, dependente da coerência entre a fé e as obras. O pólo da controvérsia – única que neste caso importa – é o mal moral que o católico aceita e chama pecado. Para uma consciência culpada que admite tê-lo cometido, a justiça do castigo divino, por haver violado as leis do Criador, torna-se indiscutível. Só o sacrifício dos inocentes permanece perturbante. Escapados à razia mortífera da hecatombe, a atitude a abraçar deve ser a da gratidão e a da penitência para aplacar o Deus justiceiro que fora também misericordioso. A evocação de um quadro histórico dos desvarios morais da sociedade lisboeta setecentista confessadamente religiosa e culpada funciona, dentro da pedagogia pastoral do concreto, como uma espécie de composição de lugar do delito praticado, a fim de justificar e imperar as preces gratulatórias e as mortificações mais extremas, colectivamente assumidas. É o que ressalta da extensa panorâmica de testemunhos-documentos rastreados e que reflectem esse tempo sociológico português, controlado doutrinária e administrativamente pelo clero através da célula paroquial e monástica adentro da extensão diocesana. Sendo estreita a ligação trono e altar em uma monarquia católica, a comunicação estava assegurada e a resposta seria a esperada, mercê da consonância dos dois poderes em altura de calamidade pública de proporções dantescas. A discordância só se manifestava em razão do monolitismo da interpretação teológica – castigo divino –, que podia contrariar a razão de estado, a investir no regresso à normalidade da vida social. A cura das enormes feridas abertas no tecido urbano lisboeta dependia da crença na retoma do dinamismo capaz de restituir à cidade a pujança dos seus canais de riqueza e o brilho do esplendor perdido. O debate sobre as causas segundas, as *naturais*, de que até se aceitava Deus delas se haver servido, sustentado pelos políticos, recebia o suporte dos filósofos estribados na razão e no saber científico, a que já tinha chegado e musculava o iluminismo triunfante.

A perenética coeva – alavanca espontânea e obrigatoriamente movida – enfrenta o desafio polémico e detém-se, dada a variedade cultural dos auditórios, na defesa de uma posição que afastasse a dúvida da alma dos crentes, aproveitando a preciosa oportunidade para compenetrá-los ou, ao menos, atraí-los à prática cristã sincera. Por presente nos textos escritos analisados, é possível seguir a controvérsia e ver até que ponto o distanciamento entre um clero erudito e um laicado preso ao ideário das luzes era facto incontroverso. A literatura, a circular em paralelo, nada mais seria de que eloquente contra-prova a ter em conta, com a exigida detença, se outro fôlego animasse a intenção que norteou esta pesquisa. Apenas apontada na

marginália do sermônário do terramoto, mas aqui e acolá emergindo expressamente em dedicatórias, preâmbulos e licenças, não deixou de assinalar-se a *vexata questio* do novo estilo de pregar, de raiz francesa, contraposto ao modo português enleado pela exploração engenhosa das metáforas e alegorias, do recurso aos lugares-comuns e às fastidiosas citações de autoridades bíblicas, patrísticas e exegéticas que fervilhava, naquela era de declínio barroco no desempenho no púlpito. De notar, a propósito, que, tendo-se atido, até à saciedade, aos discursos catastrofistas dos profetas apocalípticos, em particular Jeremias e Ezequiel, não há referências ao Livro de Job, em que o problema do mal e da onipotência divina aparece tão exautivamente aprofundado. Por sua vez, a via da espiritualidade recomendada é a oração mental e a necessária reforma de vida, se insiste em ligar à frequência dos sacramentos da penitência e da eucaristia, ao coerente enlaçamento da fé e das obras e aos exercícios ascéticos. No alto do púlpito, o embate antitético da culpa e castigo era esmagador e terrífico, encorajado pelo estendal dos vícios correntes, postos a campo descoberto. Se, em Lisboa, as chagas sociais escarpelizadas eram a desonesta aquisição da riqueza e a imoralidade nos templos, fruto do laxismo que corria *par e passo* com a galanteria, frivolidade e tibieza características do século; no Brasil, verberadas com corajoso destemor perante um auditório colonialista representativo, apresentava-se a escravatura e a corrupção da justiça. Havia, sem dúvida, partes sãs: a dos honestos e piedosos tementes a Deus, como timidamente se referencia, o que não deixa de constituir uma objecção embaraçosa, posta à justiça divina, que permite ver os inocentes serem arrastados na punição. Alguns pregadores, conscientes da pertinência da interrogação metafísica, esboçam respostas que tanto encaminham este sacrifício em troca da salvação de pecadores por capazes de futuro arrependimento, como de uma morte que abrevia futuras penas e assegura a glória eterna, o bem mais que todos precioso. Ao tomarem a interpretação teológica exclusiva do castigo, afloram, nos desenvolvimentos parenéticos, a intencionalidade dos vaticínios proféticos de antemão feitos por intermediários abonados mercê de sua vida santa ou deduzidos de fenómenos naturais que se procura mostrar suficientemente claros, de forma a serem entendidos como avisos da Providência ofendida e no limite da paciência incapaz de suportar a enormidade das ofensas.

Duas imagens de Deus são insistentemente erguidas perante as massas de fiéis traumatizados e temerosos: o ser onipotente possuído de justa ira e o pai detentor de infinita misericórdia disposto a perdoar. Agitadas eficazmente estas configurações da Divindade no discurso perenético, pode afirmar-se que o objectivo procurado acabou por ser atingido. Desta rede

de movimentações religiosas, nos templos e nas praças, orando e penitenciando-se, motivadas pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, resultou um duplo efeito psicológico catártico de inegável alcance: de um lado, a acalmia da população, de consciência desculpabilizada e de dócil obediência à vontade e orientação dos detentores do poder espiritual e temporal, a fim de facilitar a restauração da ordem pública e o restabelecer da normalidade na vida colectiva; de outro, a esperança no retomar do destino glorioso de Portugal, essa utopia messiânica do Quinto Império, que se acreditava vaticinado ao seu primeiro rei e na legendária aparição divina em Ourique sacralizado. Como se verifica, o mito secular, em meados do século XVIII, ainda palpitava e era por patriotismo instrumentalizado. Por que seria, então, que o Deus do castigo não havia de transfigurar-se no Deus do perdão, se, teologicamente, Ele não podia enganar nem deixar de ser fiel às suas promessas, difundidas sobre juramento por quem as recebera?

*

Bibliografia Consultada

A vastíssima bibliografia referente ao Terramoto de 1755 pode encontrar-se multiplicada, nomeadamente, nas recentes **obras gerais**: Ana Cristina Araújo, “Sensibilidade e Razão” e “O Optimismo Abalado”, in *O Terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2005; Helena Carvalhão Buescu / Gonçalo Cordeiro (Coordenadores), *O Grande Terramoto de Lisboa. Ficar diferente*, Lisboa, Gradiva – Publicações, 2005; Isabel Maria Barreira de Campos, *O Grande Terramoto (1755)*, Lisboa, Editorial Parceria, 1998; M.R. Themudo Barata, Luísa Braga, M-N. Wagner, Berta Guerra, / F. Alves, Joana Neto (Coord.), *Sismicidade de Portugal. Estudo de Documentação dos Séculos XVII e XVIII*, 2 vols., Lisboa, Ministério do Planeamento – Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear, 1988; João Duarte Fonseca, *1755, O Terramoto de Lisboa. The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Edições Argumentum, 2005; Rui Tavares, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2005. Dentre as **fontes documentais** utilizadas, em cujos trechos transcritos se mantiveram a ortografia e pontuação originais, citem-se: Arnaldo Pinto Cardoso, *O Terrível Terramoto da Cidade que foi Lisboa. Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivo Secreto do Vaticano)*, Lisboa, Aletheia Editores, 2005; Cláudio da Conceição, *Notícia do Terramoto* (conforme ao capítulo VII do tomo XIII do Gabinete Histórico, 1ª edição, 1829, Lisboa, EdiçõesTrenesi, 2005; Eduardo Costa, *O Terramoto de 1755 no Distrito de Aveiro*, in “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol. 22 (1956), nº 85 pp. 40-80, nº 86 pp. 117-138, nº 87, pp. 167-207; *Memórias de uma Cidade Destruída. 1755, Testemunhos das Igrejas da Baixa-Chiado*. Prefácio de D. Manuel Clemente, Lisboa, Aletheia Editores, 2005; *Revista de História do Livro*, Ano IX (2006), nº 17, C.E.H.L.E., Lisboa, Edições Távola Redonda, 2006; *Relation Abregée du Tremblement de Terre*, in «Ângelo Pereira, o Terramoto de 1755. Narrativa de uma testemunha ocular», *Terra Lusa*, 3 (1953) pp. 89-95; *1755 o Grande Terramoto de Lisboa – Volume 1*

Descrições, Volume 2 *A Protecção*, Volume 3 *Providências do Marquês de Pombal*, Volume 4 *Sobre as Causas dos Terramotos*, Lisboa, Público / Fundação Luso-Americana, 2005; Francisco Luís Pereira de Sousa, *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, Volume I – *Distritos de Faro, Beja, Évora*, Volume II – *Distritos de Santarém e Portalegre*, Volume III – *Distrito de Lisboa*, Volume IV – *Distritos de Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Aveiro e Viseu* (incompleto), Lisboa, Serviços Geológicos, 1919, 1928, 1932. **Catálogos e Arquivos:** *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, «Colecção de Terramotos», Tomo I (6826-6843), Tomo II (6844-6861), Tomo III (6862-6877), Tomo IV (6878-6909), in *Catálogo da Colecção de Miscelâneas* tomo 5º (vols. CCCLXXVI a CDXLV), Coimbra, Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1971, vols. CDXXIV a CDXXVII, pp. 168-186; *Biblioteca Nacional de Lisboa*, *Colecção Pombalina*, códices 460, 627, 11380; *Biblioteca da Ajuda*, códices 55 – V – 8 a 19. **Publicações Periódicas** de 2005 a merecer referência: *História*, nº 80 (Outubro 2005) – «1755. O Terramoto de Lisboa», pp.16-31; *National Geographic*, nº 56 (Novembro 2005) – «O Dia em que tudo Ruiu», pp. 82-107; *Grande Reportagem* 251 (29 de Outubro a 4 de Novembro 2005) – «O Fantasma de Pombal», pp. 24-40; *Visão* (Edição Especial – 27 Outubro 2005) – «1 de Novembro de 1755 – O Dia que Abalou O Mundo», 34 pp.; *DNa* (suplemento do Diário de Notícias, nº 465. 28 de Outubro de 2005), 62 pp.; *Público Domingo* (Ano XVI, nº 5697, 30 de Outubro de 2005). «1755. Os 9 minutos que abalaram o mundo», pp. 1-11 e nº 5699 – «250 anos depois, Lisboa ainda não tem carta de risco sísmico», pp. 1-6; *Pública* (nº 492. 30 de Outubro de 2005) – «Lisboa sem terramotos», pp. 44-58; *Notícias Magazine* (suplemento do Jornal de Notícias, nº 141 / 118, 23 de Outubro de 2005) – «Lisboa interrompida», pp. 28-44. **Panfletos polémico-apologéticos:** *Refutação* de alguns erros que com o falso, e fantastico nome de profecias, ou vaticínios, se divulgaram, e espalham ao presente aonde com toda a brevidade, e clareza, se mostra sua insubsistencia, e falsidade. *Discurso crítico, e moral, que tudo escrito em huma Carte (sic) remette ao Senhor **** morador na Cidade do Porto, seu Autor L. J. de F. e S.* [Gravura] Lisboa: Na Officina de Domingos Rodrigues. Com todas as licenças necessarias. 1756, (8 págs); *Juizo Critico*, em que se persuade a falacia dos vaticínios do homem chamado vulgarmente o Profeta de Leyria, E outros que se atribuem a outros sugeitos, dentro, e fora de Portugal, e se propoem a cautela que deve haver na credulidade sobre esta materia, Lisboa, Na Officina de Antonio Vicente da Silva. Anno MDCCLIX. *Com todas as licenças necessárias* (7 págs); *Estragos do terremoto* vetecinio de felicidades. Sobre os habitadores da nobilissima Villa de Setuval na justificada afflicãõ em que se viraõ no primeiro de Novembro de 1755. Offerecido ao ILL.,mo e Ex.mo Senhor D. Antonio Luiz Caetano de Sousa Marquez das Minas Comcelheiro de Guerra, Gentil–Homem da Camera de Sua Magestade Fidelissima, etc.. Por Fr. Francisco de Santo Alberto Leyriense Fundador do Seminario de N. Senhora da Encarnaçãõ, na Villa de Vinhaes, Provincia de Tras os montes, Missionario Apostolico, e Mestre dos Noviços do Real Seminario de N. Senhora dos Anjos de Brancannes, junto a Setuval, Fundação do Venerável Padre Fr. António da Chagas. Lisboa Na Offic. Junto a S. Bento de Xabregas, Anno de 1757. *Com todas as licenças necessárias* (53 págs.); *Carta* em que se mostra falsa a profecia *Do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755*. Na Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno M.DCC.LVI.. *Com todas as licenças necessárias* (16 págs., vem as. Por Epicureo Alexandrino que é o pseudónimo de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha); *Verdade Vindicada*, ou resposta a huma carta escrita de Coimbra, em que se dá noticia do lamentavel successo de Lisboa no dia 1. de Novembro de 1755. Escrita Por Jose Acursio de Tavares [José Acursio de Tavares é

pseudónimo do P. Bento Morganti], Estudante Canonista Scalabitano. Lisboa. Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio. Anno M.DCC.LVI. *Com todas as licenças necessárias* (32 págs.); *Portugal Consolado, e Instruido* com as vozes de Jesus Christo Depois das Fatalidades de Um Terremoto, obra que offerece ao Senhor D. João Luiz de Menezes Magalhães Barreto de Sá e Rezende, *Senhor Donatario da Villa da Ponte da Barca, Terras de Nobrega, e Souto de Rebordãos, da Honra de Tonse, e dos Coutos de Freiriz, e Pennagate, etc.* Fr. Manoel da Epifania, *Religioso Menor da Observante Provincia de Portugal, Leitor Jubilado de Theologia, etc.* Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio. M.DCC.LVII. *Com todas as licenças necessárias* (87 págs.); *Discurso moral*, sobre os temores, que causou o terremoto na gente de Lisboa. *Composto pelo P.M.* Fr. Francisco Antonio de S. Joseph, Missionario Apostolico dos Religiosos Franciscanos da India. Lisboa, M.DCC.LVI. Na Officina de Joseph da Costa Coimbra. *Com todas as licenças necessárias*. (7 págs.) *Conversaõ erudita* discursu familiar conferencias Asceticas; Historicas, Politicas, e Philosophicas. Offerecidas a Magestade Augustissima, e Gloriosissima Sanctissima, *Immaculada Senhora da Pureza*. Por Joaõ Antonio da Costa, e Andrade Academico Scalabitano. Lisboa, M. DCC.LVI. Na Officina de Joseph da Costa Coimbra. *Com todas as licenças necessárias*. (24+68 págs.); *Novo terremoto* nos remorsos da consciencia, e avizos da culpa *para o acerto da emenda*: Por Miguel Carvalho de Macedo Malafaya. Lisboa: Na Offic. De Manoel Soares. Anno de MDCCVI. *Com todas as licenças necessárias* (8 págs.); *Carta*, em que hum amigo dá noticia a outro do lamentável successo de Lisboa. [1755]. Lisboa; *Com todas as licenças necessárias*. (27 págs., está ass. por José de Oliveira Trovão e Sousa e datada de Coimbra 20 de Dezembro de 1755); *Resposta á carta* de Joze de Oliveira Trovam e Sousa, Em que se dà noticia do lamentavel successo de Lisboa. Lisboa: Na Officina de Domingos Rodrigues Anno de M.DCC.LVI. *Com todas as licenças necessárias* (15 págs.); *Carta* de hum amigo para outro, *Em que se dá succinta noticia dos effeitos do terremoto*, succedido em o primeiro de Novembro de 1755. *Com alguns principios Fisicos para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes Phenómenos terrestres*. *Escrita por* Bento Morganti. Lisboa: Na Offic. de Domingos Rodrigues MDCCVI. *Com todas as licenças necessárias*. (16 págs.)

Literatura de ficção evocativa do contexto sociológico e universo mental de Lisboa na altura da catástrofe: Pedro Almeida Vieira; *O Profeta do Castigo Divino*. A Venturosa Vida de Gabriel Malagrida, o jesuíta que tentou salvar Lisboa do terramoto de 1755, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005; Miguel Real, *A Voz da Terra*. Romance histórico sobre o Marquês de Pombal e o Terramoto de 1755, Matosinhos / Lisboa, Edições QuidNovi, 2005.